

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Victor De Carli Lopes

**AS VOZES QUE RECRIARAM AS ÁFRICAS: A INTELLECTUALIDADE  
DE KWAME NKRUMAH**

Santa Maria, RS  
2019



**Victor De Carli Lopes**

**AS VOZES QUE RECRIARAM AS ÁFRICAS: A INTELLECTUALIDADE DE  
KWAME NKRUMAH**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em História, do Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para a obtenção do título de **Mestre em História**.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Henrique Armani

Santa Maria, RS  
2019

Lopes, Victor De Carli  
AS VOZES QUE RECRIARAM AS ÁFRICAS: A INTELECTUALIDADE  
DE KWAME NKRUMAH / Victor De Carli Lopes.- 2019.  
157 p.; 30 cm

Orientador: Carlos Henrique Armani  
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa  
Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Programa de  
Pós-Graduação em História, RS, 2019

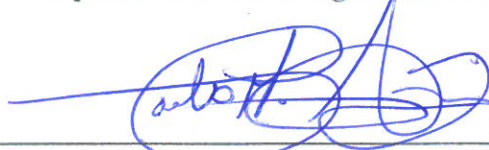
1. Pan-africanismo 2. Kwame Nkrumah 3. África 4.  
Neocolonialismo I. Armani, Carlos Henrique II. Título.

**Victor De Carli Lopes**

**AS VOZES QUE RECRIARAM AS ÁFRICAS: A INTELLECTUALIDADE DE  
KWAME NKRUMAH**

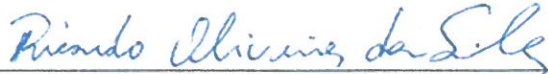
Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em História, do Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para a obtenção do título de **Mestre em História**.

**Aprovado em 28 de agosto de 2019:**



---

**Carlos Henrique Armani, Dr. (UFSM)**  
(Presidente/Orientador)



---

**Ricardo Oliveira da Silva, Dr. (UFMS) - Videoconferência**



---

**João Manuel Casquinha Malaia Santos, Dr. (UFSM)**

Santa Maria, RS  
2019



## DEDICATÓRIA

*A todos/as aqueles/as que despertaram minha consciência racial. E a todos/as que ainda a buscam.*





## AGRADECIMENTOS

Os agradecimentos sempre foram umas das minhas partes favoritas da escrita de qualquer material. É o reconhecimento explícito de que não fazemos nada sozinho e o momento em que posso declarar que a materialização dessa dissertação é fruto da cooperação de diversas pessoas que me acompanharam, incentivaram e me animaram nos momentos de frustração e incerteza. Se me vejo sentado ao ombro de gigantes que permitiram que as pesquisas sobre meu tema ganhassem volume e densidade, só pude me sentar neste local privilegiado pois fui empurrado por diversas mãos.

Comecei o mestrado quase que ao mesmo tempo que iniciei o serviço público. Para ajudar, o Martín, meu filho, ainda tinha uns 3 meses na época. Nunca consegui fazer todas as cadeiras obrigatórias no período certo e sempre acabava atrasando a leitura e tendo que me desgastar ao máximo para cumprir os prazos. Estava sempre atrasado em relação aos meus colegas, que felizmente nunca me deixaram conhecer na prática a famigerada "rivalidade acadêmica". Lhes agradeço por isso.

Se organização e respeito a prazos nunca foram meu forte, a dificuldade para lidar com essas situações se intensificaram muito nos últimos anos. As horas que eu gastava para ir nas aulas, depois eu tinha que compensar trabalhando a mais nos outros dias. E ainda quando chegava em casa tinha um bebezinho demandando cuidado, atenção e afeto. Após tudo isso era preciso arranjar tempo para estudar. Era uma soma que não fechava e muitas das vezes o sono foi sacrificado para balancear a equação.

Mas ainda assim isso é curioso: a causa de boa parte da dificuldade é também o principal motivador para vencê-la. Desta forma, agradeço primeiramente ao meu filho, Martín, meu grande companheiro de aventuras.

Foi um gostinho de realidade - a mesma que tantas outras pessoas passam - que eu só pude suportar pois estava muito bem acompanhado. Só consegui chegar até aqui graças ao apoio de várias pessoas que impediram que eu desistisse no meio do caminho. Em especial, sem dúvida nenhuma, a pessoa que eu mais tenho que agradecer é a Bibiana Irala Gomes pelas inúmeras vezes que, quando meus prazos batiam à porta, tomava conta do Martín integralmente para que eu pudesse estudar. Foi ainda a pessoa que no último dia do prazo virou a madrugada comigo, dando uma última revisada na coesão e gramática. Te agradeço pelas nossas conversas que me ajudavam a pensar melhor sobre minha pesquisa e todo apoio que tu me forneceu no dia a dia que, por vezes, é invisibilizado. Pela tua parceria é que consegui me preparar para defender a dissertação.

Também agradeço meu pai, Silvio Luiz dos Santos Lopes, e minha mãe, Silvana De Carli Lopes, por todo o suporte que me deram, não somente para realizar esse trabalho, mas durante toda a vida. Nossa relação sempre me garantiu que junto a vocês eu terei um porto seguro que me capacita para me recuperar de qualquer coisa. A simples companhia de vocês é um acalanto. Agradeço à Giovanna De Carli Lopes, minha irmã, que sempre esteve a disposição quando eu precisava incomodar alguém. E também sempre foi uma parceira incrível com a qual eu pude contar.

À minha vó, dona Ilda e demais familiares pela parceria de sempre e pela possibilidade de um sentimento de pertencimento e de comunidade. À Fernanda Irala, por sua disponibilidade de cuidar do Martín sempre que eu precisava estudar ou fazer outras coisas e por me assegurar que não existe ex-sogra, representando uma importante âncora familiar para mim em Santa Maria.

Aos meus amigos por garantirem minha sanidade mental com bebidas, risadas e afetos. Mesmo que tenhamos seguido caminhos distintos eu sempre me encontro em cada um de vocês. Aos meus colegas da Pró-Reitoria de Extensão da UFSM pela cumplicidade e compreensão nos meus momentos de exaustão acadêmica e em especial minha colega Jaciele Sell.

Agradeço ao meu orientador Carlos Henrique Armani, por sua paciência e confiança no meu trabalho. Suas cobranças sempre foram extremamente profissionais e ajudaram a criar uma das melhores musas inspiradoras que existem: os prazos. Obrigado pelo olhar e pelas novas perspectivas que me forneceu para a construção deste trabalho. Sua ajuda foi fundamental para o vencimento dessa etapa.

Agradeço aos membros da banca, tanto na parte da qualificação quanto na defesa, pois é no diálogo com outros pesquisadores que as pesquisas amadurecem e se tornam mais fortes.

Agradeço ao PPGH e seus servidores que possibilitam estrutura e incentivo para a formação de pesquisadores e do pensamento crítico dos profissionais que se formam em seus bancos escolares. E por último agradeço a UFSM e ao projeto de incentivo à educação superior em nosso país que tornou possível a minha formação e a de tantos outros jovens negros.

*O pesadelo durou tanto tempo e as distâncias percorridas foram tão grandes que a comunicação entre a terra natal e a diáspora se rompeu; até mesmo a lembrança de tudo isso foi sumindo, e os dois lados se perderam um do outro. Cada um esqueceu quem era, esqueceu até o próprio nome. Um lado ganhou o nome de escravo; o outro, de selvagem. A opressão dá novos nomes a suas vítimas, ela as marca como um fazendeiro marca seu gado, com uma assinatura comum a todos. Seu objetivo é subverter o espírito individual e a essência humana da vítima [...].*

*Responder à opressão com a resistência apropriada exige dois tipos de conhecimento: em primeiro lugar, o autoconhecimento da vítima, ou seja, a consciência de que a opressão existe, a consciência de que a vítima caiu de uma grande altura, seja de glória ou de perspectivas, para as profundezas em que está hoje; em segundo lugar, a vítima deve saber quem é o inimigo. Ela deve saber o nome real do seu opressor, não um apelido, um pseudônimo ou um nom de plume!*

*(Chinua Achebe, 2012)*



## RESUMO

### AS VOZES QUE RECRIARAM AS ÁFRICAS: A INTELLECTUALIDADE DE KWAME NKRUMAH

AUTOR: Victor De Carli Lopes  
ORIENTADOR: Carlos Henrique Armani

A África da metade do século XX fora terreno fértil para uma ambiciosa produção intelectual. O efeito dominó das independências políticas inaugurara ares de incerteza quanto aos rumos que o continente tomara abrindo espaço para a circularidade de ideias que tensionavam a luta por independência e projeções de futuro lastreadas em perspectivas africanas com os entraves impostos pela colonização e o neocolonialismo. Nesse sentido, a presente dissertação analisa o papel da intelectualidade de Kwame Nkrumah nessa conjuntura, escolha representativa dada a sua notoriedade ao conquistar, de maneira inédita na África subsaariana, a independência de Gana (1957) e se tornar seu primeiro Chefe de Estado. A análise da filosofia do autor se dará por meio dos conceitos *libertação africana*, *pan-africanismo*, *neocolonialismo* e *socialismo*, conceitos que ele foi um dos principais defensores e um dos filósofos mais exitosos em ressignificar e fixar seus conteúdos. Mais do que um mero epifenômeno da sua temporalidade, os enunciados de Nkrumah influenciavam sobremaneira a realidade a sua volta. A partir da análise de seu contexto, de seu texto e do autor, esse trabalho se direciona na necessidade de compreender de que maneira os conceitos apropriados pelo autor ganem se relacionavam com seu contexto. Assim sendo, é parte constitutiva desse trabalho o esforço para compreender a colonização e seus desdobramentos, a conceituação de intelectualidade e suas implicações epistemicidas no pensar periférico e a construção de uma interpretação que permita analisar os conceitos do autor por suas próprias palavras, usando para tal seus principais livros, *África Deve Unir-se* e *Neocolonialismo*, e outros que permitam a criação de um *corpus textual*. Por fim, esse trabalho se soma a tantos outros impulsionados pela Lei 10.639/03 no que tange a produção de conteúdos que tratem e valorizem a história e cultura afro-brasileira e africana.

**Palavras-chave:** Kwame Nkrumah. Pan-africanismo. África. Neocolonialismo.



## **ABSTRACT**

### **THE VOICES THAT RECREATED THE AFRICAS: THE INTELLECTUALITY OF KWAME NKRUMAH**

**AUTHOR:** Victor de Carli Lopes  
**ADVISOR:** Carlos Henrique Armani

Mid-twentieth-century Africa had been fertile ground for an ambitious intellectual production. The domino effect of political independencies has brought a uncertainty atmosphere concerning the direction the continent would take, opening the way for the circularity of ideas that tensed the struggle for independence and future projections backed by African perspectives with the obstacles imposed by the colonization and neocolonialism. In this sense, the present dissertation analysis the role of the intellectuality of Kwame Nkrumah in this conjuncture, a representative choice given his notoriety in gaining independence in sub-Saharan Africa in Ghana (1957) and becoming its first Head of State. The author's philosophy will be analyzed through the concepts of African liberation, Pan-Africanism, neocolonialism and socialism, concepts which he was one of the main advocate and one of the most successful philosophers in reframing and fixing this contents. More than a mere epiphenomenon of his temporality, Nkrumah's utterances influenced the reality around him. From the analysis of his context, his texts and the author, this essay addresses the need to understand how the concepts appropriate by the Ghanaian author were related to his context. Thus, it is a constitutive part of this paper the effort to understand colonization and its consequences, the conceptualization of intellectuality and its epistemicide implications on the peripheral thinking and the construction of an interpretation that allows the author's concepts to be analyzed in his own words, using his own words and his main writings, Africa Must Unite and Neocolonialism, and others that allow the creation of a textual corpus. Finally, this work sums up to so many others stimulated by Brazilian Law 10,639/03 related by the production of content that discuss and value for the Afro-Brazilian and African history and culture.

**Keywords:** Kwame Nkrumah. Pan-Africanism. Africa. Neocolonialism.





## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CODESRIA	Conselho de Desenvolvimento da Pesquisa em Ciências Sociais na África
CPP	Partido de Convenção do Povo
FLN	Frente de Libertação Nacional
HBCU	Universidades e Faculdades Historicamente Negras
HGA	História Geral da África
NCBWA	Congresso Nacional da África Ocidental Britânica
OUA	Organização da União Africana
UA	União Africana
UGCC	Convenção Unida da Costa do Ouro
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNIA	Associação Universal para o Progresso Negro



## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	21
<b>2</b>	<b>A OCUPAÇÃO DE UM TERRITÓRIO QUE NÃO ESTAVA À DISPOSIÇÃO: INTERPRETANDO A COLONIZAÇÃO E A COLONIALIDADE</b> .....	29
2.1	LEITURAS SOBRE O SISTEMA COLONIAL.....	29
2.2	A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO COLONIALISMO.....	47
2.3	A COLONIALIDADE QUE SUCEDE A COLONIZAÇÃO.....	53
<b>3</b>	<b>ENTRE CANETAS, PALANQUES E ARMAS: INTELECTUAIS PERIFÉRICOS E A LUTA POR LIBERTAÇÃO AFRICANA</b> .....	63
3.1	O QUE E QUEM É O INTELECTUAL?.....	63
3.2	UNIVERSALIDADE E EPISTEMICÍDIO.....	69
3.3	INTELECTUAIS PERIFÉRICOS E REDES DE INTELECTUAIS AFRICANOS.....	77
3.4	O <i>OSAGYEFO</i> DE GANA.....	92
<b>4</b>	<b>DA LUTA POR INDEPENDÊNCIA PARA A LUTA POR AUTONOMIA: ANÁLISE DAS OBRAS DE KWAME NKRUMAH</b> .....	97
4.1	LIBERTAÇÃO AFRICANA.....	101
4.2	PAN-AFRICANISMO.....	108
4.3	NEOCOLONIALISMO.....	120
4.4	SOCIALISMO.....	132
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	143
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	151



## 1 INTRODUÇÃO

Até fins do século XIX, as diversas estruturas políticas presentes na África tinham *n* formatações de poder e organização social, possuindo uma longa tradição de contato com o resto do mundo e, inclusive, relações comerciais e diplomáticas entre si e com Estados do além-mar. Refutando uma visão idílica e estável dessa África pré-colonização, os temas relativos à soberania sempre preocuparam os chefes locais, sendo suas estruturas mais voláteis e abertas à mudança do que transparece o conceito que a trata como África *tradicional*.

Mesmo a questão da conquista e da submissão não foi uma novidade levada pelos navios europeus. Entretanto o diferencial do período da colonização e do imperialismo ocidental é a marcação de uma perda generalizada da soberania e independência dos Estados políticos africanos e o protagonismo da edificação de uma distorção da imagem e autoimagem da população autóctone ali estabelecida. O processo de colonização iniciado no final do século XIX colabora para a transformação acelerada e impositiva de uma série de estruturas no continente que marginalizaria a agência dos atores políticos africanos neste processo.

A burocratização do colonialismo que sucedeu às conquistas militares, criou uma série de instituições que viriam a intensificar a presença europeia e seus aparatos ideológicos de administração colonial. Porém essa burocratização também possibilitou o surgimento de uma nova elite africana, composta por uma incipiente burguesia e por uma intelectualidade letrada. Como efeito colateral indesejado, essa nova elite viria a demandar cada vez mais espaço nas estruturas de poder e, por vezes combinada com a antiga elite, composta pelos chefes locais, reivindicar o autogoverno e o fim do colonialismo.

A conjuntura estrutural internacional causada pelo declínio das potências imperiais fragilizadas pelas perdas na Segunda Guerra Mundial, incentivaram sobremaneira a construção de teorias que destacassem a causa africana, a partir de referenciais africanos. Foram muitos os africanos que lutaram contra as investidas fascistas e nazistas tanto na África quanto na Europa. Após lutar pela liberdade europeia, depois de terem sido inflamados por discursos de emancipação, autodeterminação, soberania e luta contra a tirania, esses africanos estavam muito mais suscetíveis à busca pelo autogoverno, pela centralidade e desenvolvimento de seu território.

Aliado a esse colapso externo, as elites políticas autóctones africanas e diversos outros agrupamentos sociais estavam se tornando cada vez mais coesas em torno de um novo nacionalismo promovido em grande medida por conta de uma sensibilidade antieuropeia. Essa crise no sistema político-social que sustentava a colonização veio acompanhada do

fortalecimento dos intelectuais africanos que disputavam os campos semânticos sobre a legitimidade da administração colonial. Por meio de uma batalha de ideias e da ação política, buscavam uma mudança na maneira de interpretar o campo de experiência e a criação para um novo horizonte de expectativa<sup>1</sup>.

Este pano de fundo foi terreno fértil para a proliferação dos discursos de intelectuais como Kwame Nkrumah. Nkrumah foi um importante pensador e político da luta pela independência política dos países da África. O autor nasceu no ano de 1909 em Gana, país da costa oeste africana que já apresentava importante produção intelectual negra, e teve sua educação superior na Universidade Lincoln, instituição historicamente negra<sup>2</sup> sediada nos Estados Unidos. Dessa forma, Nkrumah fora largamente contagiado por correntes de pensamento que já se desenvolviam muito antes dele em todo o Atlântico Negro<sup>3</sup>. Teorizando por uma libertação que abarcasse também aspectos políticos, econômicos, educacionais, psicológicos e culturais, Nkrumah conjugou seu esforço de intelectual com sua atuação política, sendo um dos líderes da Independência de Gana, em 1957, e o primeiro chefe de Estado do país.

O presente trabalho faz parte da área de concentração História, Poder e Cultura, do Programa de Pós-Graduação em História da UFSM. Situado na linha de pesquisa Memória e Patrimônio, ele tem por tema o estudo de intelectuais africanos no movimento de libertação da África. Focando especificamente na intelectualidade de Kwame Nkrumah, o trabalho se desenvolve a partir da necessidade de compreender de que maneira os conceitos apropriados pelo autor ganês se relacionavam com seu contexto.

---

<sup>1</sup> Conceitos incorporados de Reinhart Koselleck (2006) que emprega duas categorias para tentar compreender o tempo histórico: “espaço de experiência” e “horizonte de expectativa”. Ambas entrelaçam as temporalidades passado, presente e futuro e, na medida em que adensam seus conteúdos, indicam como se pensar o tempo como uma construção cultural de cada época. O espaço de experiência indica um passado presente, onde os fenômenos que já aconteceram ainda estão marcados na vida cotidiana e o horizonte de expectativa delimita o espectro de projeções de um futuro realizado no presente, porém ainda não experienciado.

<sup>2</sup> As faculdades e universidades historicamente negras, no original *Historically Black Colleges and Universities* (HBCUs), foram criadas a partir do século XIX, nos Estados Unidos, com o propósito de oportunizar o acesso à educação superior pela população negra que era impedida de ingressar na maior parte das instituições de ensino do país. Se considera como HBCUs as instituições criadas até a promulgação da Lei dos Direitos Civis de 1964, instrumento jurídico que objetivou findar os sistemas de segregação racial ainda vigentes no país, especialmente nos estados do sul. Mesmo com o fim da segregação institucionalizada com respaldo jurídico, ainda existem 101 HBCUs em funcionamento nos Estados Unidos, constituindo importantes mecanismos de formação da comunidade negra estadunidense.

<sup>3</sup> Esse termo, tomado de empréstimo de Paul Gilroy (2001), faz alusão às conexões transnacionais que se estabeleceram por conta dos fluxos migratórios da população negra. A diáspora, tanto a forçada por meio da escravidão quanto a voluntária, esta em muito menor número, permitiu a formação de tecidos culturais que conectam a população negra dos dois lados do atlântico, transcendendo fronteiras nacionais e étnicas. Nesta visão mais dilatada do “africano”, se compreende também aqueles que nasceram fora do continente, por conta da diáspora de seus ancestrais.

Sendo assim, o objetivo geral é analisar a relação entre as contribuições teóricas de Kwame Nkrumah, sobretudo os conceitos de *pan-africanismo*, *libertação africana*, *neocolonialismo* e *socialismo* – e como elas contribuíram para uma relação dialógica do autor e sua realidade espaço-temporal. Os objetivos específicos são (1) entender como o contexto de colonização e seus desdobramentos póstumos influenciaram a construção teórica desse autor; (2) compreender como seus conceitos e sua intelectualidade se inseriam e dialogavam com outros pensadores na sua conjuntura de criação; (3) apresentar os conceitos de pan-africanismo, libertação africana, neocolonialismo e socialismo a partir de textos e discursos desse intelectual. Dessa maneira se trabalhará com o autor, seu texto e contexto para fortalecer a análise pretendida.

O projeto de emancipação representado por Nkrumah passa por criar uma identidade diferente para a África, baseada em uma memória distinta da oficial, promovida pelo colonialismo. A escolha desse autor se dá pela centralidade e pioneirismo da sua atuação. Kwame Nkrumah comandava o principal partido político de Gana, antiga Costa do Ouro, e tinha uma grande capacidade de mobilização social e articulação política, conseguindo coordenar os agrupamentos sociais de seu país em torno de seu projeto político. Influenciado pelos anseios nacionalistas do período, seus discursos e ideias motivaram ainda mais a luta da população.

Associado a outros pensadores nacionalistas que buscavam a independência, como Julius Nyerere da Tanzânia, Sekou Touré de Guiné, Leopold Senghor do Senegal, Patrice Lumumba do Congo, Nnamdi Azikiwe da Nigéria, se formavam redes intelectuais<sup>4</sup> que difundiam significados intersubjetivos afetando quase de maneira causal certas ações, não por as determinarem direta ou inevitavelmente, mas por conferir a elas aceitabilidade ou inaceitabilidade, torná-las respeitadas ou duvidosas, plausíveis ou implausíveis, viáveis ou inviáveis (YEE, 1996: 97). As disputas por espaço se travavam tanto na arena política quanto na arena das ideias.

Interligado a vários outros pensadores, um dos motivos para Nkrumah ser visto como pioneiro neste meio é por conta do sucesso que o movimento de libertação de Gana logrou. O país foi o primeiro da África sul-saariana a conquistar sua soberania política, pavimentando o

---

<sup>4</sup> Por redes intelectuais se adota a definição de Devés-Valdés (2007) que a compreende como um conceito que englobe relações recíprocas dentro de uma extensa cronologia que pode se expressar de diversas formas, como contatos pessoais, correspondência, citações recíprocas, referências, prólogos, homenagens, meios comuns de publicação, ideias e objetivos afins. O uso de rede se vê aqui como vantajoso por poder transcender aos limites dos Estados Nações, englobando relações de intelectualidades pan-africanas e destacando a circularidade e influências de determinadas ideias, vontades e saberes partilhados por esses intelectuais africanos.

caminho e servindo de exemplo para outros países da região. A centralidade de Nkrumah nesta façanha além de o consolidar como chefe de Estado do nascente país, o renderam a alcunha de *Osagyefo*, que significava “redentor” em Akan. Três anos depois, no ano que se considerou o Ano Africano (1960), 17 países da África obtiveram suas independências e passaram a pensar e arquitetar a construção de seus Estados. Nesse período, por já contar com mais experiência, Nkrumah teve grande atuação e influência. Suas ideias, por mais que elaboradas a partir da realidade imediata de Gana, sempre buscavam alcançar um espaço maior que era o território continental africano. O uso da África ou do africano como uma categoria de análise, se antes era considerada um grilhão que aprisionava toda uma diversidade continental a uma singularidade homogenizante e redutora, foi sendo ressignificada para se tornar um importante canal para a libertação do continente.

Nkrumah também apresentou uma extensa produção intelectual e foi um dos principais responsáveis pela atribuição de sentido que se reservou aos conceitos de pan-africanismo, libertação africana, neocolonialismo e socialismo no contexto africano de emancipação e consolidação desses Estados. Além de seu diálogo com outras intelectualidades negras provenientes da África e da diáspora, o estudo de seus conceitos permite dimensionar como o autor incorporou elementos pensados no interior de uma realidade branca europeia, como no caso do socialismo.

As teorias defendidas por Lênin têm uma grande circularidade nas ideias e práticas de Nkrumah. Muitos elementos do intelectual russo foram incorporados pelo ganês, sendo o mais manifesto a sua definição de imperialismo e como ele explicava a relação entre o capitalismo e a colonização. Nkrumah buscou dar um passo adiante nas teorias de Lênin e pensar em como elas poderiam explicar a realidade africana. Ao passo que para Lênin o imperialismo era o estágio superior do capitalismo, para Nkrumah o neocolonialismo era o estágio superior do imperialismo.

Essa associação do colonialismo e do imperialismo ao sistema capitalista, sugeriu aos intelectuais africanos o uso do caminho socialista como instrumento de libertação para a África. De maneira inequívoca “um espectro” rondava a África. Autores como Nyerere e Senghor foram ávidos defensores do que se chamou de socialismo africano, uma ressignificação do sistema criado no ocidente que, por conta da singularidade dos elementos culturais autóctones africanos, deveria ser readaptada à realidade do continente. Um dos principais pontos desse socialismo africano era a fragilidade ou inexistência de uma luta de classes na África.

Durante seu período no poder (1957-1966), Nkrumah também seguiu essa linha e defendia que haveria naturalidade em se adotar o sistema socialista, pois a tradição africana já



era familiarizada com seus preceitos. Porém quando o *Osagyefo* é derrubado do poder por um golpe de Estado, ele passa a ser mais crítico a esse socialismo africano. Há uma virada no pensamento do autor que acelerou algumas distensões que já se acirravam na sua relação com o Ocidente e com elites internas africanas. O socialismo africano deveria ser substituído pelo socialismo *na África*, isto é, o socialismo científico era o único realmente válido para se aplicar no continente.

Finalmente, também existe uma importância social relevante na academia brasileira pesquisar intelectuais africanos. Em seus Cadernos de Cárcere, Gramsci ressalta a importância de termos a consciência de quem realmente somos para realizar uma elaboração crítica. Para nos conhecermos devemos levar em conta que somos produto de um processo histórico até aquele momento, o qual nos deixou uma infinidade de marcas, porém sem deixar inventário. Para Gramsci é imperativo que compilemos esse inventário. Não é necessário um esforço reflexivo muito grande para perceber que na tentativa de inventariação do Estado brasileiro a participação do negro é sempre marginalizada ou analisada de maneira passiva: a população negra entra no terreno da história por meio dos navios negreiros e, com o fim da escravidão, caem no esquecimento das narrativas oficiais.

A memória construída a respeito dos fundadores do Brasil categoricamente pretere as contribuições negras, a menos que seja a respeito de incursões sentimentais como alegria inata, malandragem ou sensualidade. O caráter ativo, decisório e racional ficam escanteados. Não coincidentemente, os livros sobre o continente africano são vítimas dessa mesma lógica eurocêntrica. Neles, a passividade e inação que os africanos recebem dentro da história de seu próprio continente é desconfortante. A própria maneira de estudar o continente é dividida a partir da experiência europeia: África pré-colonização, África colonial e África independente.

O projeto civilizatório eurocêntrico, pensado sobretudo sob a luz do iluminismo, passou a racializar e hierarquizar as diferentes culturas que a Europa se relacionava. Com o imperialismo europeu há uma larga difusão deste projeto impondo suas ontologias e epistemologias sobre as demais regiões do globo. Na subjugação ao continente africano se epidermizou as desigualdades entre os povos, atribuindo um caráter de coisificação e animalização aos habitantes deste continente. A cor negra representou a marca da inferioridade, representação distorcida que condicionou a imagem dos que permaneceram no continente e nos que sofreram o processo da diáspora.

O racismo epistêmico que exclui a agência negra na África são motivados pelos mesmos valores que desvalorizam e invisibilizam a agência negra no Brasil, ontem e hoje. Inserido na lógica de valorização da história e cultura afro-brasileira e africana, presentes na Lei

10.639/2003, este trabalho busca explorar o papel dos intelectuais africanos na agência pela libertação do continente e resgatar os aspectos de resistência e protagonismo africanos na interação com os fenômenos que os acometiam. Ao escolher o foco em “intelectuais” também se objetiva valorizar o *pensar* negro e africano.

Hobsbawm (1977) adverte que a profissão de historiador surge junto ao período de expansão imperialista, onde se propagava a experiência europeia e a versão ocidental do encontro com as demais civilizações. A predileção que se faz presente neste trabalho por intelectuais africanos para explicar a realidade do continente tem em vista o ditado: “Enquanto os Leões não tiverem seus próprios historiadores, as histórias de caça sempre glorificarão o caçador”. Descolonizar a mente é, portanto, a dupla tarefa de primeiro colocar os discursos africanos no centro da erudição sobre a África; e segundo, de deslocar a humanidade africana desse binário humano-inumano.

Esse esforço se soma a outros que se preocuparam em realizar uma verdadeira revolução copernicana no estudo de história da África, em que o eixo de orientação seria próprio do continente, onde os africanos fossem dignos de voz e de ação. Pensadores como Kwame Nkrumah buscaram mostrar a história africana não como um mero apêndice da europeia, mas impulsionada por elementos e intenções próprios. Era a luta pela libertação e empoderamento.

O trabalho seguirá a linha de pensamento de Koselleck (1992) que julga que as análises dos significados da história intelectual demandam uma metodologia especial, que permita a construção do contexto em que o conceito é tratado.

Um desdobramento lógico desse procedimento exige necessariamente a contextualização dos termos em unidades maiores, num conjunto de textos, por exemplo, como livros, panfletos ou manifestos, cartas, jornais etc. Por sua vez, esse texto maior, no qual o termo se insere, articula-se a um contexto ainda mais ampliado para além do próprio texto escrito ou falado. O que significa que todo conceito está imbricado em um emaranhado de perguntas e respostas, textos/contextos. (KOSELLECK, 1992, p. 137)

Este trabalho se desenvolve a partir da análise das fontes primárias de Kwame Nkrumah, elegendo como as principais os livros *A África Deve Unir-se*, de 1963, e *Neocolonialismo*, de 1965, uma vez que essas obras apresentam a síntese do pensamento do autor e tenham sido seus livros mais difundidos. A fim de criar um *corpus textual* para dar densidade à análise das obras e do seu pensamento, busca-se usar discursos, atas e outros livros de sua autoria como referência, tais como *Gana: uma Autobiografia de Nkrumah (1957)*, *Conscientismo: Filosofia e Ideologia para Des-colonização (1964/1970)*, *Axiomas de Kwame Nkrumah (1967)*, *Socialismo Africano Revisitado (1967)*, *Dias Obscuros em Gana (1968)*, *Manual de Guerra*

*Revolucionária* (1968), *Luta de Classes na África* (1970), *Eu Falo de Liberdade* (1973), *Caminho Revolucionário* (1973)<sup>5</sup>.

Por meio destes, os conceitos de *libertação africana*, *pan-africanismo*, *neocolonialismo* e *socialismo* serão interpretados a partir dos enunciados destes textos, relacionando-os com outros enunciados que tinham circularidade no período. Incorpora-se as categorias de análise de *campo de experiência* e de *horizonte de expectativa* de Koselleck (2006) para se analisar as utopias de futuro que Nkrumah buscava para a África. Esses conceitos eram conceitos de movimento que congregavam uma exigência de ação nos seus enunciados. A fixação dos conteúdos que o autor buscava dar a esses conceitos marcavam as dinâmicas sociais que se apresentavam a ele e que ele desejava alcançar. Conforme os pares antitéticos de amigo e inimigo presentes nestes conceitos se modificavam, os significados inseridos dentro desse conceito também se alteravam. Essas transformações são centrais para a análise do contexto que cercava Nkrumah.

A escolha do autor e das fontes de análise selecionadas visam ampliar as experiências de conhecimentos disponíveis, abrir o panteão dos clássicos para autores e saberes de outros povos também e dilatar o espectro de lugares em que as teorias usadas se baseiam. Assim sendo, além de trazer a luta anticolonial como objeto de estudo, é preciso trazê-la como sujeito de estudo, dando voz aos seus principais nomes e analisar a partir de seus escritos, pensamentos, discursos e ações.

No primeiro capítulo, apresenta-se o contexto da colonização europeia na África, focando especialmente na colonização inglesa, e os efeitos que esse fenômeno teve para a modernidade ocidental e para as teorias oriundas das periferias. A relação contextual que se pretende criar, deve assim amarrar diretamente a formulação das teorias e pensamentos do autor estudado neste trabalho.

O segundo capítulo evidencia as conceituações a respeito de intelectualidade, tendo em vista a atuação de Nkrumah nessa área e sua crença na relação de vanguarda que os intelectuais negros africanos teriam no contexto de libertação do continente. A discussão a respeito da intelectualidade dialoga com a narrativa sociológica francesa a respeito do surgimento dos intelectuais. Essa narrativa traz paradigmas autocentrados e autolegitimadores trazendo a própria condição de intelectual aos franceses, considerando-os como os precursores desta forma

---

<sup>5</sup> Cujos títulos originais são, respectivamente: *Ghana: The Autobiography of Kwame Nkrumah* (1957), *Consciencism: Philosophy and Ideology for De-Colonisation* (1964/1970), *Axioms of Kwame Nkrumah* (1967), *African Socialism Revisited* (1967), *Dark Days in Ghana* (1968), *Handbook of Revolutionary Warfare* (1968), *Class Struggle in Africa* (1970), *I Speak of Freedom* (1973), *Revolutionary Path* (1973).

de pensar e alocando a França como o berço do pensamento crítico. Esta corrente é levantada para nos depararmos com a falta de problematização e exercício crítico sobre a invisibilidade do lugar histórico, da geopolítica do conhecimento e da neutralidade do “sujeito universal”. Dito isso, é relevante trazer esse histórico ao debate, para que se possa dialogar com o *mainstream* teórico a respeito da intelectualidade e situar as intelectualidades periféricas neste meio. Neste capítulo mostra-se também a questão do epistemicídio e a resistência dos intelectuais periféricos – em especial os negros africanos – para combater essa estrutura.

O terceiro capítulo traz a análise dos conceitos libertação africana, pan-africanismo, neocolonialismo e socialismo presentes nos livros *África deve Unir-se* e *Neocolonialismo* e em outras importantes produções do autor sobre o assunto, a destacar seu artigo *Socialismo Africano Revisitado*.

## 2 A OCUPAÇÃO DE UM TERRITÓRIO QUE NÃO ESTAVA À DISPOSIÇÃO: INTERPRETANDO A COLONIZAÇÃO E A COLONIALIDADE

O contexto em que as formulações teóricas de Kwame Nkrumah são geradas marca uma fase única no desenvolvimento da história da África. O fenômeno da colonização pelo domínio político formal possui menos de um século de duração, mas modificou vertiginosamente as longas relações entre os dois continentes, usurpou sua soberania, sua independência e abalou suas estruturas socioculturais. As ideias de Nkrumah, aliada a correntes interpretativas internalistas africanas, ressignificam os elementos conceituais eurocêntricos usados para tratar desse fenômeno e concorrem na arena discursiva com estas teorias para projetar seus horizontes de expectativas, que tinham como primeiro passo para o alcance dessas utopias de futuro, a libertação colonial.

O irradiar da colonização será aqui observado para que se possa desenvolver mais adiante como os enunciados de Nkrumah estavam encharcados de relações com seu momento histórico. Sendo sua linguagem muito mais do que um mero epifenômeno desta realidade material, ele utilizará dessas experiências como o terreno em que sua teoria trilhará para a projeção de suas utopias de futuro. É no próprio desenrolar da colonização que as bases para a construção de uma luta anticolonial ganham força e geram as oportunidades para que o autor, situado ao lado de diversos outros intelectuais africanos, lance fundamentos interpretativos para compreender - e principalmente alterar - a sua realidade.

Dessa forma, esse capítulo trabalha, em sua primeira sessão, como se iniciou o sistema colonial, quais foram as principais teorias que explicam esse fenômeno e como se deu o avanço desse colonialismo acompanhado dos movimentos de resistência africana. Esse desenvolvimento da colonização culmina na instauração de aparatos burocráticos de dominação que serão analisados na sessão dois, juntamente às formas de administração colonial e impactos gerados por esse sistema. Debruçando-se mais a fundo nos impactos sociais causados por esse sistema, a terceira sessão trará os efeitos da colonialidade no *ser* africano, utilizando para isso os aportes teóricos e análises levantadas por autores pós-coloniais e decoloniais.

### 2.1 LEITURAS SOBRE O SISTEMA COLONIAL

Em um curto horizonte de tempo, situado entre 1880 e 1935, as relações entre Europa e África se alterariam de maneira irreversível em uma velocidade avassaladora. A conquista, invasão do território africano e subsequente instauração do sistema colonial europeu na África,

marcou uma nova fase na interação entre os dois continentes que reconfigurou a maneira de se viver, pensar e agir das duas sociedades. Tamanho impacto transborda ainda em tempos atuais, reverberando na relação de ambos os continentes e em suas mundividências.

A África, ou dita de maneira mais justa e apropriada, as Áfricas, nunca foram um terreno homogêneo, similar ou unificado e, acima de tudo, nunca desfrutaram de um equilíbrio idílico coroado com uma paz duradoura e estabilidade permanentes que teriam sido rompidas unicamente com o colonialismo. Portanto, a dominação europeia não *inaugura* o fenômeno da mudança no continente, independente se a mudança considerada for uma degeneração de costumes ditos “tradicionalistas” ou da inserção da “civilização” operada pela modernidade. Esse apontamento é importante de ser feito para contrastar com duas mitologias rivais que emergiram ao longo dos séculos XIX e XX, que pautavam sobre as “inovações” introduzidas pelo imperialismo ocidental nas sociedades “tradicionalistas” africanas. Enquanto de um lado os apologistas do imperialismo, justificavam e incentivavam o domínio colonial alegando que sua aplicação trazia mudanças rumo a um progresso, que levariam essas estáticas culturas a um modernismo dinâmico; do outro haviam os ímpetus nacionalistas africanos, que durante a colonização, buscavam evocar em suas raízes pré-coloniais os caminhos para a libertação e para a construção do horizonte de possibilidades que eles buscavam sedimentar. Nessa lógica, o colonialismo havia sido o responsável pelo “dilaceramento” das sociedades tradicionais, introduzindo no idílico território africano, fenômenos como a instabilidade, o tumulto e a incerteza (AFIGBO, 2010).

As transformações não eram desconhecidas à África pré-colonial. As relações com a própria Europa tinham uma longa tradição que geraram várias influências incorporadas em costumes e sociedades, nem por isso menos africanas.

Elementos como a divisão do trabalho, urbanização, mobilidade social e outros fatores associados às migrações de mão de obra, correlacionadas à modernização já estavam presentes na África pré-colonial (AFIGBO, 2010). Se a colonização não representa uma virada na história africana por introduzir elementos que rompessem a sua continuidade, sua importância e singularidade está na *velocidade* que essas mudanças foram levadas a cabo e, principalmente, quem foram os principais beneficiários das mesmas. O assalto à soberania, independência e dignidade das sociedades africanas marca o triste legado que este sistema de menos de um século de duração provocou em um continente que contava com sua autonomia e controle de sua vida social, política e econômica. Esse aumento avassalador da cadência das transformações, aliado à privação dos africanos de exercerem um papel protagonista nessas

mudanças, contribuíram para uma tentativa de exclusão da agência afirmativa e consciente africana no rumar de sua própria história.

Até a década de 1880, o domínio direto europeu era restrito a pequenas áreas, na maior parte das vezes encurralados em enclaves litorâneos, sendo os africanos, até a crise do sistema escravista, que dominavam o seu pilar fornecedor (RIBEIRO, 2013 p. 158). Suas zonas de influência no continente se limitavam a criação de entrepostos comerciais, ocupação de zonas estratégicas, realização de tratados com dirigentes africanos, instalação de pequenas colônias e estabelecimentos missionários, sendo estes últimos os mais difundidos para além da costa (UZOIGWE, 2010).

Segundo o historiador ganês, Abu Boahen (2010a p.3), até essa data (1880) cerca de 80% do território africano era governado “por seus próprios reis, rainhas, chefes de clãs e de linhagens, em impérios, reinos, comunidades e unidades políticas de porte e natureza variados”. Para o autor – que analisa diversos documentos, como cartas, diários, testemunhos e ofícios diplomáticos, relativos ao relacionamento de autoridades africanas com representantes dos impérios ocidentais – haveria em larga medida um contentamento dos líderes africanos com as relações seculares com a Europa, tendo inclusive a percepção e confiança de que caso fosse conveniente, poderiam barrar o caminho destes pela força, como já faziam há dois ou três séculos. Mesmo que essa percepção de capacidade de enfrentamento tenha se mostrada errônea, é válido destacar que antes de conquista efetiva houve diversas fases de negociação em que as potências europeias, na época, aceitavam suas contrapartes africanas e reconheciam a soberania e independência dessas sociedades (BOAHEN, 2010a).

Essas relações de reconhecimento mútuo que já existiam há três séculos, no desfecho do século XIX, sofreram drásticas transformações. Para o historiador nigeriano Godfrey N. Uzoigwe (2010), os ímpetus europeus pela corrida deflagrada ao domínio do território africano se afluíram por três fatores. O primeiro foi a coroação do rei belga em 1865, Leopoldo II, que demonstrou um grande interesse pela África expresso na Conferência Geográfica de Bruxelas, convocada por ele em 1876. Essa conferência originou a Associação Internacional Africana que objetivava a exploração do Congo e culminou com a criação do Estado Livre do Congo (atual República Democrática do Congo), referendado pelos pares europeus na Conferência de Berlim. O segundo acontecimento foram as crescentes expedições portuguesas a partir de 1876, após o país ter sido convidado de última hora para a Conferência de Bruxelas, que levaram a anexação de propriedades rurais de Moçambique, até o momento praticamente independentes. O terceiro fator foi o caráter expansionista da política francesa entre 1879 e 1880, observado na participação da França junto ao Reino Unido no controle do Egito, em 1879, suas investidas no

território que atualmente corresponde a República do Congo, e sua iniciativa colonial na Tunísia e em Madagascar.

A ação de Portugal e França entre 1876 e 1880 indicava claramente que estavam comprometidos na exploração colonial e na instauração de um controle formal na África. Isto obrigou finalmente o Reino Unido e a Alemanha a abandonar sua preferência pelo controle informal em favor de um domínio efetivo, o que os levou a anexar territórios na África oriental, ocidental e meridional a partir do final de 1883. A Alemanha, por exemplo, anexou o Sudoeste Africano, o Togo, Camarões e a África Oriental Alemã, contribuindo com isso para acelerar o processo da partilha. (UZOIGWE, 2010 p.32)

Essa movimentação se materializou na realização da Conferência de Berlim<sup>6</sup> (1884-1885). Orquestrada pelo Chanceler Alemão, Otto Von Bismarck, com anuência dos seus pares ocidentais, buscava “regulamentar a liberdade do comércio nas bacias do Congo e do Níger, assim como novas ocupações de territórios sobre a costa ocidental da África”, segundo sua ata. Seus objetivos oficiais eram criar “condições mais favoráveis ao desenvolvimento do comércio e da civilização em certas regiões da África, assegurar a todos os povos as vantagens da livre navegação sobre os dois principais rios africanos que se lançam no Oceano Atlântico”, prevenir os “mal-entendidos e as contestações que poderiam originar, no futuro, as novas tomadas de posse nas costas da África” e “ao mesmo tempo com os meios de crescimentos do bem-estar moral e material das populações aborígenes”. Diante da ascensão de novas potências europeias que se projetavam para uma comercialização além-mar, principalmente Alemanha e Bélgica, e considerando os interesses dos parceiros tradicionais com o continente africano (Inglaterra, França e Portugal), a Conferência veio promover uma “internacionalização” da África, isto é, abrir o mercado para comerciantes externos que não necessariamente tivessem ali seus protetorados e mediar os ímpetus de conquista das potências exógenas, estabelecendo diretrizes para a consolidação de zonas de influência que evitassem disputas internas entre os europeus (ATA GERAL REDIGIDA EM BERLIM EM 26 DE FEVEREIRO DE 1885).

Apesar de extremamente ampla, genérica e ter a maioria de seus artigos pautando a navegabilidade e liberdade comercial de importantes rios africanos que permitiam o escoamento das mercadorias para o ocidente, é uma mera tecnicidade e literalidade alegar que a Conferência não realizou a partilha do continente africano (UZOIGWE, 2010). As linhas gerais da divisão do continente foram ali traçadas, uma vez que a maior parte das futuras

---

<sup>6</sup> Em que estiveram presentes plenipotenciários da França, Alemanha, Áustria-Hungria, Bélgica, Dinamarca, Espanha, Estados Unidos, Grã-Bretanha, Itália, Países Baixos, Portugal, Rússia, Suécia, Noruega e Turquia.(ATA GERAL REDIGIDA EM BERLIM EM 26 DE FEVEREIRO DE 1885)



aquisições territoriais seguiram as diretrizes impostas principalmente em seu capítulo VI, que versava sobre as condições essenciais a serem preenchidas para que fossem consideradas efetivas novas ocupações nas costas do continente africano, onde destacam:

Artigo 34. A Potência que de agora em diante tomar posse de um território nas costas do continente africano situado fora de suas possessões atuais, ou que, não os tendo tido até então, vier a adquirir algum, e no mesmo caso a Potência que aí assumir um protetorado, fará acompanhar a Ata respectiva de uma notificação dirigida às outras Potências signatárias da presente Ata, a fim de lhes dar os meios de fazer valer, se for oportuno, suas reclamações.

Artigo 35. As Potências signatárias da presente Ata reconhecem a obrigação de assegurar, nos territórios ocupados por elas, nas costas do Continente africano, a existência de unia autoridade capaz de fazer respeitar os direitos adquiridos e, eventualmente, a liberdade do comércio e do trânsito nas condições em que for estipulada (ATA GERAL REDIGIDA EM BERLIM EM 26 DE FEVEREIRO DE 1885).

Com isso, foi se firmando uma doutrina de esferas de influência dentro do continente, em que as potências ocidentais ao assumirem um “protetorado” e comprovarem sua capacidade material para ocupação efetiva do mesmo, necessitavam tão somente da ratificação de seus pares para se considerarem detentores legítimos dessas terras. Associado a isso, o conceito de *hinterland* foi incorporado a essa doutrina para determinar a posse das regiões interioranas pelas potências que ocupavam efetivamente as suas costas. A partir de uma capital europeia, sem a presença de nenhum representante africano, se reconheceu a supremacia ocidental para o domínio do continente e foram traçadas as regras para ocupação de seu litoral e sua subsequente dominação interiorana (HERBST, 2000; UZOIGWE, 1976).

Junto à corrida pela dominação africana, e se debruçando ao longo do período de colonização, surgiram diversas teorias que buscavam justificar e analisar essa presença do imperialismo europeu no continente. Uzoigwe (2010) imbuído do espírito da coleção História Geral da África (projeto da UNESCO que será detalhado no próximo capítulo) buscou trabalhar as teorizações acerca do imperialismo a partir de um viés internalista do continente africano, dividindo entre as teorias que teriam um predomínio eurocêntrico em suas formulações, a saber as teorias econômicas, psicológicas e diplomáticas, e a teoria que delegava também uma agência africana que ele denominou de teoria da dimensão africana.

As teorias econômicas do imperialismo são as que talvez possuam as trajetórias mais consolidadas e difundidas para realizar a explicação do fenômeno do imperialismo. Aqui elas são exploradas por meio de uma longa tradição que tem em seus principais expoentes autores como Rosa Luxemburgo, John Hobson e Vladimir Lênin. Essa explicação focada apenas nos teóricos clássicos das teorias econômicas se justifica neste estudo, pois vem deles as principais

fontes conceituais apropriadas pelos intelectuais africanos nacionalistas para interpretar as suas realidades<sup>7</sup>.

Buscando explicar a *weltpolitik* alemã, isto é, a política de expansão imperialista no cenário internacional que o país implementava, Rosa Luxemburgo fora a primeira marxista a apresentar uma perspectiva sobre o imperialismo da época. Pautada na teoria do subconsumo, isto é, na crença de que a pauperização da classe trabalhadora impediria a absorção devida da produção capitalista, Luxemburgo (1985) acreditava que o capitalismo demandava uma constante expansão dos mercados consumidores para escoar sua produção corrente e garantir a mais-valia dos capitalistas.

Ainda que a centralidade por uma explicação econômica tenha sido vastamente ocupada por autores marxistas como a própria Rosa Luxemburgo, Rudolf Hilferding, Karl Kautski, Nicolai Bukharin e Vladimir Lênin, autores que não possuem este viés também forneceram interpretações úteis sobre a primazia econômica do imperialismo. O mais destacado destes, e que influencia de sobremaneira aos marxistas que vieram em sua sequência, é John Hobson que tece suas formulações acerca da raiz econômica do imperialismo, considerando que mesmo existindo vários outros fatores de caráter não econômico influenciando na expansão imperialista é do poder financeiro a decisão final sobre a sua operacionalização. Tal qual Luxemburgo, Hobson declara que

...a superprodução, no sentido de uma indústria de fabricação excessiva e os excedentes de capital que não conseguiam encontrar investimentos sólidos dentro de seus países obrigaram a Grã-Bretanha, Alemanha, Holanda e França a alocarem partes cada vez maiores de seus recursos econômicos fora de sua atual esfera de domínio político e a partir daí estimular uma estratégia de dominação política para se apossar de novas áreas. (HOBSON, 2005 p.80).

Outro importante ideólogo dessa corrente foi Vladimir Lênin (2012), que com sua obra *Imperialismo: O Estágio Superior do Capitalismo*, publicado em 1917, destacava o viés monopolista que o capitalismo estava assumindo nesta sua nova fase marcada pelo surgimento de grandes conglomerados monopolistas e pela internacionalização e financeirização do capital. Para Lênin (2012), na virada do século o setor produtivo cedeu espaço para o capitalismo financeiro, o que gerou a necessidade de exportação de capitais e domínio de novos mercados, justificando uma expansão capitalista.

---

<sup>7</sup> Para um enfoque com a apropriação de autores contemporâneos das teorias do imperialismo, especialmente as de viés marxista, recomendamos a leitura do artigo *Sobre as teorias do imperialismo contemporâneo: uma leitura crítica*, de Leonardo de Magalhães Leite (2014).

Lênin e Luxemburgo, na contramão de Hobson, encontravam no imperialismo só mais uma tentativa de retardar a fatal autodestruição do capitalismo. Para a autora, sendo o processo de subconsumo inerente à acumulação capitalista, em algum momento haveria uma insuficiência de demanda e o capitalismo não teria mais para onde se expandir, pois já teria dominado todo o globo estando este sistema fadado ao colapso. De maneira análoga, Lênin julgava que o capitalismo teria nascido da livre competição e tinha nessa uma de suas bases conceituais, o que apontava em sua nova fase monopolista seu estágio de definhamento e contradição que acabariam por o sepultar (UZOIGWE, 2010).

Ainda que as teorias desses autores não estivessem diretamente rumadas à África, sua absorção gerou importantes ferramentas para os intérpretes africanos teorizarem sobre suas condições. Principalmente as formulações de teor marxista, como a noção de que essas raízes econômicas do imperialismo implicavam em relações assimétricas entre a colônia e a metrópole, a necessidade de expansão capitalista por questões internas de lutas de classes e a exportação e/ou internacionalização dessa luta, foram amplamente difundidas entre os líderes nacionalistas africanos do segundo terço do século. Desgostosos com a condição periférica que se inseriam no sistema internacional, principalmente em relação aos países capitalistas ocidentais, os teóricos e mobilizadores sociais das campanhas por independência e futuros chefes de Estado africanos carregavam em seus discursos diversos elementos marxistas aos quais eles se apropriavam para significar as suas condições. A filosofia de Kwame Nkrumah passa pela incorporação e ressignificação de conceitos centrais do pensamento de Lênin. Vários outros pensadores do período, em maior ou menor medida, também foram signatários dessa corrente; Julius Nyerere, Amílcar Cabral, Sekou Touré, Samora Machel, Patrice Lumumba, Agostinho Neto, percebiam a sua fragilidade econômica como uma consequência imediata e importante fenômeno explicativo do imperialismo.

Se, principalmente após a Revolução Francesa, a filosofia da história ocidental alimentou uma série de previsões que diferiam de prognósticos racionais, por estes não serem capazes de satisfazer as exigências soteriológicas que emanavam do período, há uma reincidência dessa utilização maciça de filosofia da história pelos intelectuais africanos nacionalistas (KOSELLECK, 2006). Com o irrompimento das independências e a sensação de surpresa generalizada que a autonomia política tinha para a geração dos líderes africanos que haviam nascido sob o sistema colonial, houve uma enérgica tarefa para a construção de utopias de futuro para o continente africano. Autores ocidentais que previam a eliminação do capitalismo para a inauguração de uma nova fase histórica foram largamente apropriados por intérpretes africanos, pois correspondiam com o apelo a fortes ficções morais que

transportassem a África de sua condição de subdesenvolvimento para um sistema que a permitisse alcançar a liberdade e bem-viver. A noção de revolução que a filosofia da história de Marx abraçava e sua futura aplicação nas teorias de Lênin foram fundamentais para as noções de revolução construídas por líderes africanos.

O segundo campo teórico que Uzoigwe (2010) relata é o das explicações psicológicas para o imperialismo, destacadamente, o Darwinismo Social. Na esteira da obra *A Origem das Espécies* de Darwin de 1859, imiscuiu vários conceitos do autor para trazer respaldos científicos a uma supremacia da raça branca que já era recorrente no continente desde o século XVII. A conquista das “raças não evoluídas” pela “raça superior” seria justificada a partir de um processo de seleção natural, em que as segundas teriam o direito de domínio sobre as primeiras uma vez que seriam mais aptos.

Desse processo de racionalização da subjugação a partir de uma hierarquização natural entre as raças podemos inferir a emergência do espírito paternalista e da necessidade de tutela colonial que a ideologia imperialista propagou. Sob os termos de “responsabilidade ou de tutela” os discursos oficiais das potências europeias declaravam suas investidas exploratórias com fins de salvaguardar as raças indígenas e possibilitar o seu progresso (BETTS, 2010). Os relatos da Conferência de Berlim explorados acima dão uma dimensão precisa desse aspecto. Da mesma maneira que esse evolucionismo racial justificava o domínio pelo direito que o “mais forte” tem de subjugar o “mais fraco”, ele dava margem para legitimar o domínio do “mais forte” para o desenvolvimento do “mais fraco”. Aqui utilizamos os pares forte/fraco, mas outros tantos eram incorporados nessa teoria como civilizados/selvagens, superiores/inferiores, progresso/primitivo e etc.

Esta lógica do paternalismo teve uma capilaridade muito profunda no pensamento europeu, estando presente inclusive em suas esferas institucionais, como na criação dos sistemas de mandatos criado pela Sociedade das Nações pós Grande Guerra. No artigo 22 de seu Pacto assinado em 1919, os países signatários da Sociedade estipulavam que as colônias e territórios que com a guerra cessaram de estar sob a soberania dos Estados que anteriormente os governavam e que sejam “habitados por povos ainda incapazes de se dirigirem por si próprios nas condições particularmente difíceis do mundo moderno” deveriam ser confiados a tutela das nações mais desenvolvidas, pois “O bem-estar e o desenvolvimento desses povos formam uma missão sagrada de civilização, e convém incorporar no presente Pacto garantias para o cumprimento dessa missão” (PACTO DA SOCIEDADE DAS NAÇÕES, 1919).

Pensar o poder colonial sob o prisma do modelo do poder paterno significa, portanto, pensar os povos que colonizam como *povos adultos*, capazes de agir de forma livre e racional, e os povos colonizados como *povos crianças*, incapazes de agir coletivamente de modo racional e, por isso, necessitados de um poder tutelar capaz de dirigi-los ao próprio bem. A imaturidade dos povos crianças é concebida como uma *imaturidade política*, cuja mais evidente demonstração está na proverbial miséria que antecede a intervenção da potência civilizadora" (CONSTANTINI, 2006 p.80 apud VILLEN, 2013 p.28)

Com base nesses princípios, várias das potências coloniais foram implementando em seus discursos esses elementos de associação da colonização com a civilização trazendo diversos recursos moralizadores na empreitada colonial. Nesse âmbito, o universalismo francês foi marcadamente decisivo em sua construção de potência imperial, além de sustentar o darwinismo social, pois

...a colonização enquanto instrumento da civilização do mundo, se apresenta portanto, por definição, como instrumento de difusão de valores universais típicos da tradição francesa ao mundo inteiro. Assim definido, o colonialismo francês aparece não somente como justo, mas de dever: se de fato queremos crer na vocação universalista da França [...] a equivalência entre civilização e colonização aqui proposta mostra como o colonialismo se pensa não somente como congruente com a vocação universal do país, mas como fundamental instrumento de sua realização. (CONSTANTINI, 2006 p.80 apud VILLEN, 2013 p. 27)

Com uma aplicabilidade parecida com o Darwinismo Social, ainda que considerassem seus pressupostos como heresias, temos o Cristianismo Evangélico como a segunda corrente psicológica. Para estes, a colonização se justificava pela necessidade de zelo humanitário e filantrópico dos povos africanos, sendo o domínio rumado a ditar o término da escravidão dos massacres aos negros. Essencialmente difundido por meio das iniciativas missionárias, seus formuladores tinham o princípio de regenerar esses habitantes que eram vítimas do paganismo e do atraso civilizatório. Porém, ainda que vários dos missionários tivessem participado ativamente da conquista à África em várias de suas regiões, essa teoria não se sustenta como uma teoria geral do imperialismo visto o seu caráter limitado de atuação (UZOIGWE, 2010).

A terceira vertente da teoria psicológica é a do Atavismo Social, definida a partir de interpretações das teorias de Joseph Schumpeter. Nesta teoria, o imperialismo era consequência de fatores psicológicos imutáveis, pois para o autor haveria um desejo natural do homem a dominar o próximo e explorá-lo pelo simples prazer da dominação. Elevado a uma escala maior, o egoísmo nacional impulsionaria a subjugação de um Estado a outro, o que se estenderia ilimitadamente pela força. Esses ímpetus imperialistas, para Schumpeter, eram típicos de Estados pré-capitalistas, sendo que para o autor o capitalismo seria essencialmente anti-imperialista por apresentar objetivos inteiramente hostis ao comportamento atávico dos antigos

regimes. Sendo assim, o imperialismo, fruto de uma pulsão agressiva natural dos seres humanos, era dissociado de uma inescapável etapa do capitalismo, e além disso, seria por este combatido. Esta teoria apresentaria uma série de fragilidades. Seu caráter a-histórico não identifica sob quais circunstâncias o pré-capitalismo passaria a se transformar no capitalismo nem quando os fatores psicológicos seriam domados pela modernidade para impedir a propagação do imperialismo (HERNANDEZ, 2008 p.81).

Principalmente as teorias do Darwinismo Social e a do Cristianismo Evangélico utilizam de seus preceitos etnocêntricos e de hierarquização racial para explicar o expansionismo territorial, sendo teorias interessantes para figurar como os ideais de supremacia branca influenciaram na disposição imperialista. Muito embora as teorias psicológicas ajudem a compreender vários dos motivos que impulsionaram a dominação europeia na África, a tornaram possível e desejada, ela se torna limitada para interpretar por que a partilha ocorreu em determinado momento histórico.

A outra gama de teorias corresponde às teorias diplomáticas, que oferecem uma explicação da partilha centrada nos aspectos políticos. Divididas entre as teorias do *prestígio nacional*, o *equilíbrio de forças* e a *estratégia global*, elas seriam úteis para observar os egoísmos dos Estados europeus, seja em conflito uns com os outros, seja agindo de maneira cooperativa para se protegerem, seja de maneira reativa contra as forças dos nacionalistas radicais africanos.

A teoria do prestígio nacional tem como seu mais vivaz pensador o historiador estadunidense Carlton Hayes. Hayes afirma que o imperialismo era fundamentalmente um fenômeno nacionalista, explicando a expansão territorial europeia no além-mar como desejo dessas potências em compensar perdas dentro de seu próprio território e manter ou resgatar sua notoriedade e magnitude. Para o autor,

...a França procurava uma compensação para as perdas na Europa com ganhos no ultramar. O Reino Unido aspirava compensar seu isolamento na Europa engrandecendo e exaltando o império britânico. A Rússia, bloqueada nos Bálcãs, voltava-se de novo para a Ásia. Quanto à Alemanha e à Itália, queriam mostrar ao mundo que tinham o direito de realçar seu prestígio, obtido à força na Europa por façanhas imperiais em outros continentes. As potências de menor importância, que não tinham prestígio a defender, lá conseguiram viver sem se lançarem na aventura imperialista, a não ser Portugal e Holanda, que demonstraram renovado interesse pelos impérios que já possuíam, esta última principalmente, administrando o seu com redobrado vigor” (HAYES, 1941, p. 220 apud UZOIGWE, 2010 p.27)

A teoria do equilíbrio de forças dispõe que o desejo de paz e estabilidade entre os Estados europeus foram os elementos preponderantes no início de partilha do continente

africano. Para o historiador inglês Harry Hinsley, a política externa das potências europeias rumaram para evitar, ou ao menos retardar, as disputas geopolíticas internas por zonas de influência entre as principais potências imperiais do período. Como custo da manutenção da balança de poder diplomática que se buscou estabelecer, zonas externas ao continente, como a África e a Ásia, foram retalhadas para satisfazer esses anseios expansionistas europeus.

Já a teoria da estratégia global, que tem por defensores os historiadores britânicos Ronald Robinson e John Gallagher, aponta que a precipitação da partilha aconteceu devido aos movimentos protonacionalistas da África, imbuídos de sentimentos românticos e reacionários, que acabavam por ameaçar os interesses estratégicos globais das nações europeias. Robinson e Gallagher, que publicaram diversos livros sobre o tema<sup>8</sup>, julgam que a dominação efetiva fugia do interesse europeu, até então satisfeito com o exercício de sua hegemonia de forma discreta e limitada, não encontrando vantagens econômicas neste continente. A busca por controle político e subjugação militar teria sido motivada com vistas a defender sua posição no continente, frente a revolta de movimentos africanos, para fins estratégicos geográficos, uma vez que a centralidade do continente africano o delegava uma importância ímpar na relação da Europa com todo o globo.

Tanto as teorias econômicas, quanto as psicológicas e diplomáticas pecam por preterirem uma agência africana nas relações de sua própria ocupação. Focadas essencialmente nas necessidades, desejos, ambições e negociações realizadas do lado de cima do mediterrâneo, negligenciam as estratégias de diplomacia e enfrentamento realizadas pelas lideranças africanas, as relações internas entre as diferentes configurações de sociedade no continente e como estes significaram o avanço europeu. Ainda que a teoria da estratégia global embrione uma importância na atuação africana no desenvolvimento da colonização, desenvolve pouco a atuação desses movimentos e as concede uma valoração negativa e etnocêntrica, justamente por estar mais voltada aos empreendimentos e anseios europeus.

Por último, a teoria da *dimensão africana* busca fugir das amarras que tratam a história da África apenas no quadro ampliado da história europeia. Apesar de algumas obras, de maneira espaçada, já haverem iniciado as explicações do imperialismo a partir de uma perspectiva histórica africana, como as obras *The partition of Africa* de J. S. Keltie, em 1893, e *Vue générale de l'histoire d'Afrique* de Goerge Hardy, em 1930, essa corrente ganha força em 1956 com a obra *Trade and politics in the Niger Delta*, do historiador nigeriano Onwuka Dike que incentiva

---

<sup>8</sup> Os autores publicaram em conjunto os livros *The imperialism of free trade*, de 1953; *African and the Victorians: the official mind of imperialism* de 1961; e o capítulo *The partition of Africa* inserido no livro *The New Cambridge Modern History* de F.H. Hinsley em 1962.

a proliferação de historiadores africanos buscando revisitar a historiografia sobre o continente. Keltie, Hardy e Dike foram importantes ao considerar elementos provenientes da relação de longa data entre os continentes como uma das causas da partilha africana. O contexto de interação recíproca causada pelo contato destas diferentes sociedades permite articular tanto elementos externos ao continente como internos para explicar o avanço do imperialismo. O “processo de roedura”, trabalhado por diversos autores dessa corrente, trata a divisão africana não como um fenômeno iniciado no século XIX, mas como um desdobramento lógico de um processo que já germinava desde a entrada portuguesa na África no século XV. Analisando o imperialismo na África Ocidental, o britânico A. G. Hopkins fornece uma importante exemplificação da combinação destes elementos:

Por um lado, é possível conceber regiões onde o abandono do comércio de escravos se deu sem choques nem perda de rendimentos e onde as tensões internas foram controladas. Em casos tais, a explicação do retalhamento colonial deverá salientar os fatores externos, como as considerações mercantis e as rivalidades anglo - francesas. No outro extremo, é possível imaginar casos em que os chefes indígenas adotaram atitudes de reação, não hesitando em recorrer a métodos predatórios, na tentativa de manter os rendimentos, e em que os conflitos internos eram pronunciados. Nesses casos peso maior deve ser dado, na análise do imperialismo, às forças de desintegração ativas no seio das sociedades africanas, sem negligenciar, todavia, os fatores externos. (HOPKINS, 1973 p.165-6 Apud UZOIGWE, 2010 p.30-1)

A teoria da dimensão africana acaba por complementar as teorias anteriores na explicação do imperialismo, adicionando a elas fatores internos do continente africano. Ampliando a leitura para um quadro – de fato – global e histórico, a teoria parece avançar em relação às suas análogas puramente eurocêntricas. Porém não é de maneira acrítica que as teorias anteriores são adicionadas a essa. Ainda que se incorporem elementos psicológicos para pensar em justificativas que endossassem o avanço imperial dentro da lógica europeia, essa corrente é condenada de sobremaneira pelos intérpretes africanos como uma teoria de interpretação da realidade. Responsáveis pela ressignificação dos conceitos europeus para descrever a conquista e ocupação da África, os formuladores da corrente da dimensão africana buscaram evidenciar as conotações racistas nas iniciativas europeias e, como diversos mecanismos oriundos dessa lógica, seguem institucionalizados na conformação das relações entre os continentes e principalmente da Europa para com os cidadãos africanos.

Não somente os teóricos que traçavam um esforço científico para analisar a colonização e o imperialismo de maneira alinhada a essa perspectiva africana foram importantes para contribuir para a derrubada da compreensão hegemônica eurocêntrica desses fenômenos. Diversos ativistas políticos e agitadores culturais buscaram corrigir as interpretações das



escolas coloniais que advogavam sobre uma aceitação consensual da colonização, a existência de uma harmonia entre colonizadores e colonizados e da existência de amplos benefícios civilizatórios aos africanos que até então estavam em um estágio primitivo. As redes intelectuais africanas do segundo terço do século XX, abordadas no próximo capítulo, ressaltavam os movimentos internos da África, suas iniciativas e reações na interação com a penetração europeia, para destacar que a resistência à colonização era um processo contínuo e sua presença e permanência nunca foi consensualmente aceita, mas sim imposta. Os próprios escritos de Nkrumah, em especial em *Conscientismo*, seu livro mais filosófico, versavam sobre a necessidade da história da África não ser meramente a história das aventuras europeias no além-mar. O novo renascimento africano que ele propunha com sua teoria, imperava para que a história da África fosse o espelho de sua sociedade, tendo o contato com a Europa situado a partir da experiência africana dessa relação e não no papel central (NKRUMAH, 1970, p.63).

Como relatado anteriormente, existia uma forte tradição marxista abraçada por esses intérpretes africanos que a somavam com elementos autóctones à África para analisar seu passado e projetar seu futuro, mostrando a aproximação de suas perspectivas com as teorias econômicas. E mesmo porque as teorias psicológicas e diplomáticas forneciam poucos elementos analíticos para as lideranças africanas envolvidas com as campanhas de libertação interpretarem as suas realidades. Principalmente após a Segunda Guerra Mundial, os discursos calcados no racismo científico passaram a ser internacionalmente condenados, tornando impensável seu uso oficial na explicação da manutenção do colonialismo por parte de seus perpetradores. O sistema de tutelas, baseado na falta de maturidade para um autogoverno, era amplamente denunciado por essas lideranças que exigiam sua autonomia imediata. Kwame Nkrumah no prefácio de seu livro “Rumo a Liberdade Colonial”, ainda em 1947 declarava que

...aqueles que formulam a questão colonial de acordo com o falso ponto de vista das potências coloniais, que estão iludidos pelas promessas fúteis de ‘preparar’ os povos coloniais para o ‘autogoverno’, que creem que seus opressores imperialistas são ‘racionais’ e ‘morais’ e renunciarão às suas ‘posses’ ao serem confrontados com a verdade da injustiça do colonialismo estão tragicamente equivocadas. O imperialismo não conhece lei alguma além de seus próprios interesses. (NKRUMAH, 1973 p.15)

Com a estabilidade da ordem no sistema internacional rompida duas vezes em três décadas, o esvaziamento do Darwinismo Social, o fortalecimento de intelectuais, grupos políticos, jornais, coletivos e associações africanos, do continente e da diáspora, que demandavam seu reconhecimento e agência no cenário internacional, poucos elementos além

da preponderância da necessidade econômica seguiam caros para explicar e combater a manutenção do colonialismo.

Além da incorporação crítica das correntes eurocêtricas, da noção de “roedura” do continente africano, interpretação de longa duração da colonização, outro elemento importante na perspectiva africana do imperialismo é a centralidade que eles dão às resistências. A resistência seria a prova cabal de que os africanos jamais se resignaram às propostas de “pacificação” europeias. Demonstrando a importância e os desdobramentos que esses levantes tiveram em seus tempos, bem como as ideologias que as animavam, se fortaleceu uma imagem de uma África ativa e se difundiu o projeto que se inclinava a romper com as distorções acerca das representações africanas como imóvel, apática e pobre, buscando dar um protagonismo africano na construção de sua própria história (RANGER, 2010)<sup>9</sup>.

Em linhas gerais, as reações e iniciativas africanas podem ser divididas em três períodos: de 1880 a 1919, período que corresponde ao momento histórico da conquista e ocupação por um lado e defesa da soberania e independências de outro; o segundo de 1919 a 1935, em que a colonização já havia se estabelecido por completo tendo em sua contraparte africana, estratégias de protestos e resistências; e por último de 1935 até as independências, período em que movimentos emergiram em diversas frentes para alcançar a autonomia política (BOAHEN, 2010).

No primeiro período de resistências, enquanto a Europa realizava a partilha e buscava concretizar a ocupação das suas zonas de influência, os reis, rainhas, chefes de linhagens e de clãs africanos se preparavam para seguir estratégias de confronto, aliança ou de submissão para concretizar a manutenção ou recuperação de suas soberanias, patrimônio e cultura. Nesta interpretação, Boahen(2010) busca trabalhar as distintas formas de agências africanas como racionais e objetivadas à intenções em comum, desprezando conceitos que analisassem suas ações a partir do prisma colonizador do processo.

Assim, os dirigentes africanos, na sua maioria, optaram pela defesa de sua soberania e independência, diferindo nas estratégias e nas táticas adotadas para alcançar esse objetivo comum (...). Cumpre insistir nesta questão da estratégia, pois ela foi grosseiramente desfigurada até o presente, de forma que já se classificaram alguns soberanos africanos como “colaboradores”, qualificando sua atividade como “colaboração”. Somos contrários ao emprego do termo “colaboração”, pois, além de inexacto e pejorativo é eurocêntrico. Conforme já vimos, a soberania era o problema

---

<sup>9</sup> Tamanha é a centralidade que as iniciativas e resistências apresentam nessa nova historiografia africana, que no volume VII da HGA são atribuídos oito capítulos exclusivos para estudar esses movimentos de 1880 a 1914, separando-os por recortes geográficos, e mais seis para trabalhar da mesma forma os enfrentamentos à colonização por meio da política e do nacionalismo. Também no Volume VIII esse enfrentamento é estudado de maneira central, seja por meio da luta pela soberania política, seja por meio da luta por independência econômica.

fundamental em jogo entre os anos de 1880 e 1900 para os dirigentes africanos e, quanto a isso, está bem claro que nenhum deles se prestava a fazer acordos. Os dirigentes africanos qualificados erroneamente como colaboradores eram aqueles que estimavam que a melhor maneira de preservar sua soberania ou mesmo de recuperar a soberania acaso perdida em proveito de alguma potência africana, antes da chegada dos europeus, não consistia em colaborar, mas antes em se aliar aos invasores europeus. Por colaborador entende-se seguramente aquele que trai a causa nacional unindo-se ao inimigo para defender os alvos e objetivos deste último ao invés dos interesses de seu próprio país. Ora, como já vimos, todos os africanos se viam confrontados com o problema de abandonar, conservar ou recuperar sua soberania. Tal era o objetivo daqueles que ligaram sua sorte a dos europeus, sendo inteiramente falso qualificá-los de colaboradores. (BOAHEN, 2010, p. 11).

Independente de qual forma de resistência fosse adotada, com exceção da Líbia, de algumas regiões do Saara, da Libéria e da Etiópia, em 1919 todas as demais regiões africanas haviam sucumbido ao poderio europeu, malogrando suas soberanias. Neste segundo período, em que a ocupação já estava consolidada, as reações dos africanos se centraram em protestos e manifestações organizadas. A data de 1919 é importante para sinalizar o início desse novo ciclo devido ao surgimento de diversos pontos marcantes, como o fim da Grande Guerra, o primeiro Congresso Pan-Africano coordenado por W.E.B. Du Bois e principalmente a incontestabilidade da hegemonia europeia no continente. Nesta fase específica, com exceção de alguns dirigentes do norte da África, os protestos tinham um caráter muito mais reformista do que revolucionário. Por meio de greves, boicotes, petições de congressos internacionais e de um fortalecimento da imprensa de protesto, essas articulações tinham como propósito conseguir melhorias e ajustes no interior do sistema, tornando-o mais humanizado e digno para quem estava submetido a ele. Centrando-se em temas específicos como, trabalho forçado, tributações elevadas, obrigatoriedade de determinadas culturas agrícolas, alienação de terras, discriminação e segregação racial e pautando a melhoria dos serviços de atendimento, membros de diversas classes e contextos de urbanização partilhavam um sentimento comum de ressentimento contra o sistema colonial e seus perpetradores, embrionando uma consciência comum da condição de africanos e negros em oposição aos seus pares antitéticos na âmbito da colonização, os europeus e brancos. Nesse sentido, aqui já podemos encontrar o ressurgimento dos movimentos nacionalistas políticos desde a implementação do sistema colonial. Esta forma mais organizada de reivindicação foi fruto de uma crescente organização de associações e agrupamentos, como clubes estudantis ou juvenis, associações étnicas, sindicatos, partidos políticos, movimentos negros internacionais, seitas, grupos religiosos e várias outras configurações de agrupamento que traziam um sentimento de coesão entre seus partícipes<sup>10</sup>.

---

<sup>10</sup> Gana, Costa do Ouro à época, foi um dos terrenos em que mais houve a difusão desses grupos. Boahen (2010b, p.732) ressalta que “só na colônia e territórios ashanti da Costa do Ouro havia, pelo menos, cinquenta clubes e associações desse tipo desde 1930, em sua maioria fundados entre 1925 e 1930”. Entre elas se destacavam a *Achimota*

Nesse período houve um aprofundamento da internacionalização das lutas antirracistas e contra as condições as quais o colonialismo submetia seus cidadãos. Os congressos Pan-africanos, ainda que sediados nos países ocidentais, contaram com participantes de africanos de todas as partes e em especial de sua costa ocidental. Tendo destacado protagonismo da diáspora negra que vivia e atuava nos países do Atlântico Negro, os congressos serviram para uma tomada de consciência negra de uma forma mais coletiva e global, colaborando para a sinergia entre os intelectuais negros de diferentes localidades e catalisando a potência de suas vozes nas denúncias dos sistemas de opressão aos quais eles passavam. A escolha de algumas das cidades em que foram sediados os congressos, como Paris, Londres, Bruxelas e Lisboa, tinham objetivo de levar às metrópoles coloniais as pautas e demandas negras de suas colônias, buscando denunciar a perversidade deste sistema.

A terceira fase do período das resistências ao colonialismo é iniciada em 1935 até a era das independências. A escolha da data de 1935 para iniciar esse período é definida pelo entendimento de que foi a partir daí que a Segunda Guerra Mundial começou para o continente africano. O adiantamento desses quatro anos em relação à data oficial do início da deflagração da Guerra é utilizado, pois foi neste ano que a Etiópia, bastião da resistência anticolonial, foi invadida pela Itália fascista de Mussolini. A ocupação militar desse reino secular causou uma profunda indignação aos africanos e negros do mundo todo, gerando uma série de manifestações e movimentos que impactaram diretamente a cultura popular do período. À época vivendo no Reino Unido, Nkrumah (1957, p. 27) declarou: “tive quase a impressão, naquele momento, de que Londres inteira me havia declarado pessoalmente guerra”.

Neste contexto se observou um fortalecimento da capacidade de resistência do povo africano, em que diversos elementos, como a ocupação da Etiópia, a intensificação dos movimentos nacionalistas, o recrudescimento do anticolonialismo do pós Segunda Guerra Mundial, partidos de massa que conseguiam uma ampla mobilização e lideranças que estavam engajados na supressão total do colonialismo e não mais em sua melhora, confluíram para que o domínio colonial se rompesse quase tão rápido quanto sua instalação.

---

*Discussion Group*, grupo do colégio que Nkrumah cursou, o *Literary and Social Club* e o *Eureka Club de Cape Coast*, o *Young People's Club*, o *Cosmos Club* e o *Rodger Club* de Acra, a *Anun Improvement Society*, a *Ewe League*, a *Asante Kotoko Society* de Kumasi e a *Mekwai Kotoko Union*. Um importante organizador destes clubes e associações em torno de um movimento em comum foi J. B. Danquah, que realizou a *Youth Conference Movement* (Movimento da Conferência da Juventude), sediado em Acra em 1929. Danquah foi um dos fundadores, em 1947, do partido UGCC, tendo convidado Kwame Nkrumah a se tornar o Secretário-Geral do partido. Anos depois, com a saída de Nkrumah do partido para fundar o CPP e a vitória eleitoral deste como líder político do país, Danquah se tornou um de seus principais opositores.

Considerado o período de maior criatividade intelectual da África contemporânea, a maior parte de seus intelectuais se aproveitava das bases e redes de apoio criadas no período anterior em que permitiam a convergência de africanos de diferentes localidades para formatar caminhos macronacionais como ambiente de luta. Tendo em comum a passagem pelas metrópoles, para formação acadêmica ou atividades profissionais, esses pensadores por meio de uma base pan-africana formulavam os mecanismos para se obter as independências e resgatar um caminho africano de progresso. O contato com a academia ocidental abria espaço para a incorporação de diversos elementos que permitiam um caráter mais especulativo para se tratar do futuro. O uso de ideologias e filosofias da história que tinham prognósticos audaciosos, sem necessariamente um prendimento na experiência passada, alentavam a criação de utopias de futuro revolucionárias que projetavam um devir para a África permeado de recursos morais.

O caráter constante dos movimentos de resistência foi fortemente propagado e defendido como um dos principais dogmas dos movimentos nacionalistas e de guerrilhas durante a luta por libertação. Essa centralidade dos movimentos de oposição à presença colonial ou de manifestação contra sua forma de atuação vai além de um sentimento de exaltação das glórias e feitos do passado; ela possui uma grande potencialidade de elaboração de uma visão da formação dos pares antitéticos de opressão e liberdade para se estudar o início do imperialismo e como essa diferenciação foi se consolidando e se transformando no imaginário social de quem as reivindicava (RANGER, 2010). As largas vitórias dos europeus ante a esses movimentos combativos locais não significaram que essas revoltas não tenham tido sua importância ou que suas ações não devam ecoar nos estudos atuais sobre a colonização. Suas vivências, acúmulos e iniciativas foram revisitadas pelos autores que buscaram derrubar as teses de aceitação e passividade africana no processo colonizador e usadas para demonstrar que a crise no sistema imperialista, culminando no fim da colonização, não aconteceu tão somente devido a fatores externos, mas sim por obra de uma crescente pressão interna africana que através de diversas formas de resistência e luta conquistou o processo de independências.

Se os relativos fracassos dos movimentos de revolta, principalmente os dos dois primeiros períodos não anulam a importância dessas iniciativas, eles convidam a pensar nos motivos pelos quais as potências europeias puderam conquistar a África com uma certa facilidade. Nesta seara entram elementos como as investidas dos missionários, exploradores, cientistas, antropólogos e outros profissionais que em larga medida, por conta de seus estudos e funções, permitiram um amplo conhecimento a respeito da África e de seu interior estudando os seus aspectos físicos, econômicos, culturais e geográficos, o que incentivou e auxiliou a penetração imperial ao continente. Assim como a Revolução Industrial e o subsequente

progresso tecnológico que ela trouxe à Europa, que influenciavam tanto em fatores logísticos, quanto bélicos, alimentícios e medicinais para a colocar em situação de preponderância em relação aos africanos.

A disponibilidade de recursos materiais e financeiros era um dos principais pontos de assimetria entre os dois continentes, o que acarretava na possibilidade das potências europeias utilizarem largos montantes de suas riquezas para a sustentação das campanhas coloniais em contrapartida à dificuldade na manutenção do conflito armado que os Estados africanos enfrentavam. A própria estruturação das forças que entravam em confronto eram desiguais. Enquanto a Europa dispunha de exércitos profissionais e bem treinados, eram poucos os Estados africanos que tinham exércitos permanentes e menos ainda os que possuíam tropas profissionais entre suas fileiras, sendo muitos deles convocados provisoriamente, conforme necessidade de ataque ou defesa. Ademais, durante a *Conferência Internacional de Bruxelas para por termo ao Tráfico de Escravos* de 1890, as potências imperiais tinham se comprometido a não vender armas aos africanos<sup>11</sup>, o que significaria que os equipamentos militares que estes dispunham para suas ações de resistência já estavam obsoletos e dificilmente faziam frente aos dos europeus, que já podiam contar com metralhadoras, artilharia pesada, forças navais e ao decorrer do tempo, em algumas campanhas específicas, veículos motorizados e aviões. Sobre isso é notório que as duas lideranças africanas que mais conseguiram causar derrotas aos europeus, Samori Touré da região que atualmente compreende a Guiné e Menelik II que efetivamente derrotou a investida italiana na Etiópia durante o final do século XIX, o fizeram contando com armas modernas adquiridas, apesar da Conferência (UZOIGWE, 2010). Sobre essa disparidade bélica o poeta inglês, Hilaire Belloc (1898 p.41), é categórico: “Aconteça o que acontecer, nós temos a metralhadora, e eles não”.

---

<sup>11</sup> Na ata final da conferência os participantes deixam explícito que objetivavam acabar com o tráfico de escravos e assegurar à população aborígine do continente os benefícios da paz e da civilização, para tanto uma das principais medidas era o fim da venda e a retenção das armas que circulavam entre os africanos. “Demonstrando a experiência de todas as nações que tem relações com a África, o papel pernicioso e preponderante desempenhado pelas armas de fogo nas operações da escravatura e nas guerras intestinais entre as tribos indígenas, demonstrando ainda manifestamente a mesma experiência que a conservação do gentio africano, cuja existência as potências têm o firme desejo de salvaguardar, é radicalmente impossível sem a adoção de medidas restritivas para o comércio das armas de fogo, as potências resolvem proibir, quanto lho permite o estado atual das suas fronteiras, e principalmente das armas raiadas e aperfeiçoadas, bem como de pólvora, balas e cartuchos [...]” (Ata geral da conferência internacional de Bruxelas para por termo ao tráfico de Escravos)

## 2.2 A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO COLONIALISMO

Passado o período de controle militar, e uma vez instituída a colonização de fato, a dominação passou a operar por meio de um controle institucional civil. Com essa institucionalização da colonização o recurso direto à força gradualmente se trasladava para a persuasão administrativa, ainda que a palavra final seguisse sendo a do canhão operado pelo gendarme. Por mais que sejam múltiplas as teorias e métodos de dominação, Raymond Betts (2010) busca demonstrar que os efeitos comuns se sobressaem às intenções divergentes dos sistemas e práticas do colonialismo europeu. Independentemente se o poder colonial era praticado de maneira mais direta ou indireta, a tarefa política era centrada na adaptação da África aos objetivos europeus. Ainda assim, o historiador estadunidense traça uma análise comparativa de algumas linhas gerais dos regimes burocráticos que foram estabelecidos na África, permitindo um caráter ora aproximativo, ora distanciador, entre as diretrizes das principais potências coloniais.

Um dos principais critérios para contrapor os métodos de colonização britânicos em relação aos franceses é pelo poder que eles delegavam aos antigos chefes regionais e às instituições autóctones. Com exceção da Argélia e da África Austral, a maior parte do continente, por conta de seu clima, era considerada como pouco propícia à colonização intensiva pelos brancos e as populações locais pareciam muito dispersas para a administração direta eficaz por parte dos europeus<sup>12</sup>. Somada a isso, a dominação europeia do continente foi acelerada de tal forma que não dispôs de pessoal suficiente para administrar as novas possessões, principalmente quando elas se estendiam em regiões que não haviam recebido nenhum contato cultural com os europeus, como as interioranas. Isso implicava que, por mais que as pequenas zonas costeiras teriam uma potencialidade para a implementação de um governo direto, os vastos territórios interioranos demandavam aos colonizadores um apelo mais forte à utilização de intermediários. As instituições organizativas já existentes e seus respectivos chefes regionais tornavam-se essenciais na operacionalização do controle colonial tendo em vista as necessidades que as potências imperialistas encaravam, ainda mais quando prevaleciam

---

<sup>12</sup> Preocupado em entender os mecanismos de distribuição da autoridade governamental na África, Jeffrey Herbst (2000) apontou uma série de fragilidades na transmissão do poder administrativo para as terras mais escassamente povoadas. A distribuição populacional irregular no continente somada à prevalência que o colonialismo teve no desenvolvimento da África rumada ao exterior fez com que os principais centros urbanos fossem criados em regiões costeiras, em contraste com o interior esparsamente povoado. Vale destacar que somente em 1975 a África contou com o nível populacional que a Europa possuía em 1500.

intenções de se manter um império parcamente custoso, em que as administrações coloniais além-mar pouco ou nada onerassem diretamente às metrópoles.

Ao fim e ao cabo, todas as potências coloniais dependiam da figura do chefe local, sendo esse o tradicional ou algum designado, como um elemento nuclear da sua estrutura administrativa. Estes chefes, na visão dos administradores coloniais, seriam como correias de transmissão entre a autoridade colonial e a população colonizada. Havendo um consenso na necessidade de utilização dos chefes locais nos mecanismos de colonização, eram então as formas de instrumentalização que as autoridades coloniais faziam deles que definiam seus tipos de administração. Enquanto a administração francesa dava menos atenção à integridade dos impérios, reinos e sobados que eles conquistavam e à utilização de seus respectivos sistemas políticos autóctones, a administração britânica buscava cooptar os chefes locais e suas edificações organizativas para ficar a serviço dos interesses imperiais (BETTS, 2010).

Nos sistemas francês, português e belga havia uma tendência maior à integração política, praticando medidas de assimilação da população colonizada e reservando a maior parte do exercício da autoridade colonial à metrópole, o que implicava em uma centralização administrativa<sup>13</sup>. Trazendo elementos de diferenciação, a contraparte britânica empregava traços de uma autonomia administrativa, em que se implementavam conselhos coloniais que futuramente se converteram em assembleias protoparlamentares, delegando paulatinamente os poderes dos representantes autóctones de consultivos para legislativos. Se por meio de declarações oficiais, a administração indireta fosse praticada por todos os colonizadores, os franceses, portugueses e belgas se utilizavam das autoridades indígenas de maneira muito mais direta do que a enunciada, tendo um papel importante no exercício da autoridade local. Havia uma distinção entre mediação europeia da autoridade tradicional dos chefes africanos e a delegação de autoridade europeia a esses chefes africanos (BETTS, 2010).

Essa forma de administração conjunta, ou usualmente chamada de indireta, que se popularizou nas colônias britânicas, permitia às autoridades africanas participar do poder colonial exercendo seus papéis político-sociais tradicionais ou aqueles que os europeus lhes impunham em reconfigurações que servissem a seus propósitos<sup>14</sup>. Seja qual fosse a atuação que

---

<sup>13</sup> Essa tese de assimilação dificultou de sobremaneira o processo de obtenção de independência desses países, uma vez que eles eram tidos como prolongamentos ultramarinos dos Estados Nacionais europeus. Os casos mais emblemáticos dessa radicalização que se fez necessária para a conquista da soberania é o da Argélia, Angola, Moçambique e Guiné-Bissau e Cabo Verde.

<sup>14</sup> Um dos mais célebres formuladores das doutrinas de administração indireta, ou como ele chamou “Duplo Mandato”, foi o sir Frederick Lugard, que desenvolveu suas teorias a partir de suas experiências administrando a Nigéria. Para saber mais sobre suas proposições, consultar seu livro *The Dual Mandate in British Tropical Africa*, publicado originalmente em 1922.



esses chefes e lideranças possuísem no sistema colonial, era sempre em uma posição subordinada em relação aos interesses das metrópoles imperiais (BETTS, 2010).

Todos comungaram nas distorções que causaram nas funções das instituições africanas, enfraquecendo-as. O simples fato da subjugação dos Estados africanos ter perpassado o exílio, destituição ou subserviência de seus dirigentes, lançou em descrédito toda a antiga forma de administração. Ainda que nem toda a população africana tenha sido diretamente afetada pela presença colonial, as instituições de base acabaram sendo profundamente alteradas, mesmo quando se buscava somente uma “modernização” dessas instituições. Isso ocorreu, pois as novas exigências sociais impostas pelo colonialismo careciam de similitudes com o costume africano, sendo integrado em suas instituições de maneira desvirtuada. Ao dessacralizar diversas instituições e costumes, a autoridade e o respeito delegado às antigas aristocracias acabaram por enfraquecer, dando início a uma nova lógica social. Em nenhuma das colônias os africanos constituíam uma única classe social; no entanto com a reconfiguração das estruturas sociais pré-coloniais, novas forças políticas emergiram e ganharam uma importância antes delegada exclusivamente ao papel dos chefes regionais.

Ligada a isso, estava a emergência de uma nova classe urbana, tributária de um desenvolvimento desigual, intensificado com o hiato entre centros urbanos e as zonas rurais. Houve um desparelho crescimento da população em torno das cidades motivadas pela aparente melhora na qualidade de vida propiciada pela criação de hospitais, água encanada, sistemas sanitários, moradias melhor estruturadas, aumento das possibilidades de trabalho, caminhos mais abertos à mobilidade social e o fim da escravidão doméstica<sup>15</sup>. Essas comodidades eram encontradas tão somente nessas regiões, pois os colonos europeus tendiam a viver nesses centros urbanos, não sendo do interesse da administração levar essas melhores condições infraestruturais e de serviços para as regiões que não contassem com os seus pares<sup>16</sup> (BOAHEN, 2010b).

A definição dessa nova elite que surgia na África, no entanto, era difícil de precisar. Havia uma pluralidade das proveniências desses atores que passaram a exercer um papel

---

<sup>15</sup> Crítico a esse êxodo acelerado, Boahen cita que o colonialismo além de empobrecer a vida rural, também corrompeu a vida urbana, uma vez que os migrantes das cidades acabavam tendo que se perfilar em subúrbios e favelas, ficando a mercê do desemprego, delinquência, alcoolismo, prostituição, crime e corrupção, pois estas não tinham estrutura para comportar a todos. ( BOAHEN 2010b p.939)

<sup>16</sup> Walter Rodney (1981 p.207) demonstra a segregação da prestação de serviços por meio de um comparativo dos hospitais na Nigéria na década de 1930. Enquanto haviam 12 hospitais para cada 4 mil europeus, eram apenas 52 hospitais destinados a 40 milhões de africanos. De maneira análoga, enquanto Ibadan, uma das cidades mais povoadas africanas, tinha apenas cerca de 50 europeus no período anterior a Guerra, o governo colonial britânico mantinha serviços hospitalares segregados com cerca de 11 leitos bem equipados. Para o meio milhão de negros que viviam na cidade, eram comportados 34 leitos.

importante nos rumos da colonização, tendo muitos deles penetrado nessa classe por um êxito comercial, fortuna na produção agrícola e, o que mais teve, uma capacidade mobilizadora da sociedade, os que chegaram a esse espaço devido a sua instrução. Ao se tornar mais burocrático, o colonialismo foi abrindo espaço para o surgimento de uma nova elite política, instruída para assumir os postos administrativos que não eram interessantes aos europeus. Sendo assim, as regiões coloniais que sediaram um maior esforço na difusão da educação ocidental, condição de participação dos africanos no comércio e agricultura industrial, foram as mesmas que encontraram um número mais abundante de membros dessa nova elite.

Mesmo a educação escolar tendo sido derivada do colonialismo europeu, não foi unicamente graças a suas estruturas que seu alastramento foi conduzido. Essa educação tida como “formal”, além dos governos coloniais, contou com a ação das missões cristãs e das próprias iniciativas africanas locais, cada um com suas intenções distintas. O objetivo das missões cristãs, que foi a principal promotora dessa difusão escolar, era a criação de uma congregação de fiéis, associando os valores da instrução com os da evangelização. Como já dito, os governos coloniais buscavam capacitar pessoas para preencher os postos burocráticos excedentes aos já ocupados pelos colonizadores europeus. Apoiadores das iniciativas missionárias, suas bases se multiplicaram principalmente onde havia uma cultura islâmica já consolidada, uma vez que essas eram regiões menos abertas aos ímpetos evangelistas cristãos.

O sistema de educação das colônias da costa ocidental britânica, costumeiramente consideradas as melhores estruturadas pelo colonialismo, atestam sobre os limites dos anseios educativos desse regime. As escolas primárias surgiram a partir dos anos de 1860 e somente 16 anos depois foram fundadas duas escolas secundárias por missionários metodistas, a *Mfantsipim* em Gana e a *Methodist High School* na Nigéria. Só em 1927 a administração colonial britânica estabeleceu sua primeira escola secundária, o *Achimota College*, escola que Kwame Nkrumah frequentou<sup>17</sup>. A maior parte das instituições de ensino que ofereciam além da educação primária, estavam concentradas nos grandes centros, ou em uma única cidade. No caso de Gana, 80% das escolas secundárias ficavam em Cape Coast. Quanto ao ensino superior, escolas técnicas e universidades só foram abertas após a Segunda Guerra Mundial, em menos de uma dúzia de territórios e não tendo mais do que uma em cada país. Nesta mesma linha, pode ser afirmado que a educação técnica e universitária foi introduzida na África tão somente

---

<sup>17</sup> Além de Kwame Nkrumah, também frequentaram a instituição de ensino Edward Akufo-Addo, Jerry John Rawlings e John Evans Atta Mills, todos chefes de Estado de Gana; Robert Mugabe, primeiro ministro e presidente do Zimbábue; Dawda Jawara primeiro ministro e presidente da Gâmbia.

no final do período colonial, em que a pressão por autonomia já estava muito mais coesa (BOAHEN 2010b). Para Nkrumah,

A história do progresso humano atesta que quando em um povo submetido surge um grupo intelectual ativo, esse se converte na vanguarda da luta contra o domínio estrangeiro. Há uma relação direta entre esse fato e a negligência, por parte das potências imperialistas, em promover o incremento adequado das oportunidades de educação de suas colônias. (NKRUMAH, 1967 p. 73)

Essa negligência à educação superior na África, fez com que os africanos que tinham um melhor poder aquisitivo, financiassem a seus filhos uma educação nas metrópoles coloniais ou nos Estados Unidos. Essas gerações se defrontaram com experiências de discriminação racial, uma manifesta desigualdade entre a situação dos negros e dos brancos nesses países e, mais importante, um movimento negro organizado que reivindicava por melhores condições. Foi nessa diáspora que importantes intelectuais, os quais se converteriam em líderes nacionalistas, passaram a tecer uma reflexão mais crítica em relação ao sistema colonial e para isso usaram de diversas ferramentas e conceitos dessas redes intelectuais do Atlântico Negro, corporificando a realidade que se impunha a eles e visando transformá-la.

Produtos do próprio sistema colonial, essa nova elite foi gestada nas estruturas escolares, administrativas, financeiras, industriais e comerciais que a própria burocracia ocidental implementara na África, não esperando que, como desdobramento colateral, esses novos agentes demandariam o fim do mesmo sistema que os solidificara. Essa nova elite, parte composta pela intelectualidade, parte pela nova burguesia, passou a protagonizar a articulação organizativa da população africana, função que era desempenhada até então pelas autoridades tradicionais. (BOAHEN, 2010; AFIGBO, 2010).

A emergência de uma nova classe não viria desacompanhada de conflitos. A nova elite se preparara para auxiliar os europeus na execução da tarefa de modernização africana, entretanto fora a própria burocracia europeia que assumira esse papel e sua associação à direção da colonização foi preterida em função da busca que as metrópoles tinham em conservar as antigas famílias dirigentes, preferindo validar os dirigentes tradicionais no que remetia aos assuntos locais. Essa exclusão da nova elite, marcada principalmente no entre guerras, fez com que ela se rebelasse abertamente contra as potências exógenas. Os dirigentes tradicionais, por outro lado, eram muito mais engessados a esse tipo de manifestação, uma vez que a perpetuação de seu poder dependia dessas metrópoles coloniais (AFIGBO, 2010).

De resto, se aceitassem os argumentos da nova classe, estariam relegando-se, eles próprios, ao segundo ou ao terceiro lugar. Como não se alinhavam com os jovens lobos, estes passaram a considerá-los lacaios do imperialismo, enquanto eles passaram

a acusar os jovens de sentimentos revolucionários, censurando-os por quererem destruir costumes imemoriais e virar o mundo de pernas para o ar. (AFIGBO, 2010 p.583)

Esse contexto fez com que se estimulasse uma rivalidade entre as elites pelo direito de falar em nome dos africanos. De uma maneira ou de outra, os dois grupos tinham mais elementos em comum do que deixavam transparecer.

Em Gana, existiram intentos de aproximação, como o caso da Convenção Unida da Costa do Ouro (do original *United Gold Coast Convention – UGCC*), partido que dominou a cena política de Gana até a saída de Nkrumah e a criação do Partido da Convenção Popular - CPP (com sigla referente ao nome original *Convention People's Party*).

Nkrumah fazia parte dessa nascente elite intelectualizada, tendo frequentado as principais instituições de ensino da colônia e depois dos Estados Unidos. Afigbo (2010) delega ao poder, autoridade e influência exercida por essa primeira geração de empregados, intérpretes e professores indígenas à grande atração que a intelectualização representou para tantos africanos no período. Essa nova elite que tinha acesso ao pensamento científico e social do ocidente passou a dialogar nesses termos para projetar os destinos da África. Como será estudado no próximo capítulo, foi a influência de James Aggrey durante sua trajetória no Achimota e o contato com associações negras e africanas que ele teve nos Estados Unidos e Londres que formataram seu pensamento Pan-Africano. Amalgamando conceitos da diáspora negra com correntes marxistas, Nkrumah teceu suas teorias sobre libertação africana, pan-africanismo, neocolonialismo e socialismo conferindo a elas uma identidade própria.

Apesar disso, após o golpe de Estado que o levou ao exílio, o ganês era severamente crítico a essa *intelligentsia* emergente, por considerá-la majoritariamente alienada das necessidades africanas e por emular os padrões europeus. Na fase final de sua trajetória ele considerava que essa *intelligentsia* poderia assumir três formas: a de aliados da burguesia burocrática política e comercial nativa e conseqüentemente do imperialismo e neocolonialismo; a dos partidários de um desenvolvimento “não capitalista” e de uma “economia mista” adaptável aos países menos industrializados, sendo essa uma etapa obrigatória na passagem ao socialismo; e os intelectuais revolucionários, que buscam enquadrar as massas em sua luta pelo verdadeiro socialismo. Neste seu período de exílio, Nkrumah considerava que apenas a terceira fileira dos intelectuais levariam ao desenvolvimento que o continente necessitava, sendo a primeira uma evidente continuidade do colonialismo por outros meios e a segunda retardaria o processo revolucionário e deixaria as portas abertas para as forças reacionárias perpetrarem golpes de Estado com o apoio do neocolonialismo (NKRUMAH, 2018 p.50-53).

Seja como fosse, a vanguarda das fileiras anticoloniais e das atividades nacionalistas estavam preenchidas por intelectuais africanos, pertencentes aos novos centros urbanos e que tinha sua formação nos bancos escolares ocidentais. Isso confundiu muitas análises apressadas, dando a entender que esses movimentos eram exclusivos dessas classes sociais. Como dito anteriormente, houve diversas associações e grupos de todas as ordens e origens nutrindo aspirações antiocidentais, anticoloniais e/ou nacionalistas. O colonialismo havia despertado, acidentalmente, uma consciência identitária entre as diferentes classes e grupos étnicos que compunham os territórios africanos.

Longe de figurar uma das intenções do imperialismo, esse sentimento de pertença partilhado entre os africanos foi o amálgama das iniciativas nacionalistas e pan-africanistas que perfilaram a luta por libertação. Acima das formulações positivas da identidade, dos valores ancestrais comuns e de uma lealdade ao futuro Estado-Nação, esse sentimento nacionalista era animado pela cólera em relação à humilhação, discriminação, impotência e exploração partilhada pelos africanos em relação aos seus colonizadores. Os mobilizadores sociais do período souberam aproveitar da dialética senhor/servo e opressor/oprimido para cristalizar as análises sobre o sistema colonial em torno dos pares antitéticos do colonizador e do colonizado. A relação do europeu como o “outro”, isto é, o inimigo ao “nós” africanos, foi traçada com base em uma interação que se corporificava no cotidiano desses agentes, e se tornou um dos principais catalisadores da luta por independência.

### 2.3 A COLONIALIDADE QUE SUCEDE A COLONIZAÇÃO

O colonialismo não foi um único momento ou processo. Pelo contrário, foi uma série de múltiplos processos sobrepostos na tentativa de dominação e que foram simultaneamente reforçando-se mutuamente e desintegrando-se (CREARY 2012 p.6). É no processo histórico formador do colonialismo na África que temos um dos mais precisos casos de uma sociedade cindida em dois, uma linha divisória em que a marca racial salta aos olhos e cria uma hierarquização que perpassa todas as esferas da vida cotidiana. Essa disjuntiva esteve no cerne da expansão ocidental, deixando marcas indeléveis em sua estrutura.

Uma vez findada a dominação colonial, os pares antitéticos de colonizador e colonizado não fazem mais sentido ser empregados para analisar regiões como a África. Entretanto, seria leviano acreditar que tão somente a soberania política que encerra o sistema colonial chegue, todas as desigualdades e assimetrias arraigadas por esse regime vão embora por conta dela. A necessidade de manutenção dos pares, mesmo que com nomes atualizados, se faz necessária

para apreciação analítica da realidade que permanece presente na sociedade. Neste sentido, para além do colonialismo, o estudo preciso das regiões e sujeitos do Sul Global demanda aportes teóricos que permitam analisar as implicações que esse sistema segue mantendo nas relações de poder entre quem ficou de lados antagônicos nas trincheiras coloniais. A esse combustível que segue condicionando as mentes e corpos das partes envolvidas com o colonialismo moderno chamar-se-á de *colonialidade*.

Para os Decoloniais, e em especial Aníbal Quijano (2005), a modernidade ocidental só pode ser compreendida levando em conta os fatores que compuseram a sua base, sendo o fenômeno da colonização um de seus principais pilares. Essa colonização, associada ao surgimento do capitalismo, foi a responsável pela divisão e imposição de uma classificação racial da população mundial.

Quijano (2005, p.107) infere que a atual ideia de raça teve sua origem e mundialização a partir da América e, apesar de ter fortes referências nas diferenças fenotípicas entre os conquistadores e conquistados, foi embasada no imaginário de pretensas estruturas biológicas diferenciais entre os dois grupos. A configuração dessas relações sociais acabou gerando identidades sociais na América historicamente inéditas: índios, negros e mestiços; e redefiniu outras, como a representação dos portugueses, dos espanhóis e posteriormente dos europeus não indicar mais a procedência geográfica ou o país de origem, mas também uma conotação racial. É interessante ressaltar que essas relações sociais estavam estabelecidas em relações de dominação, naturalizando as diferenças por meio da ideia de raça e levando a associá-las a funções bem definidas na sociedade, hierarquizando os diferentes povos e outorgando legitimidade às relações de exploração.

Desse modo, raça converteu-se no primeiro critério fundamental para a distribuição da população mundial nos níveis, lugares e papéis na estrutura de poder da nova sociedade. Em outras palavras, no modo básico de classificação social universal da população mundial. (QUIJANO, 2005 p. 108)

Apesar da origem e caráter colonial, essa ferramenta de subjugação social provou ser mais duradoura e estável que o sistema que a gerou, sendo um importante elemento de colonialidade nas formatações de poder estabelecidas atualmente que influenciam as forma de *ser* e *estar* no mundo. Nossas representações de realidade seguem distorcidas pela lógica eurocêntrica, pois a dominação alicerçada com base na raça não cessou com o fim do colonialismo.

Além dos decoloniais, o movimento pós-colonial tem muito a acrescentar nessa relação

problemática entre as ontologias e a colonialidade existente ao formulá-la. Enquanto os decoloniais retraem o início da modernidade para o século XV, atrelando-a à colonização nas Américas, sendo ambos os fenômenos indissociáveis e complementares, os pós-coloniais tendem a ressaltar o século XVIII como momento chave para se pensar a modernidade e dão mais destaque à colonização afro-asiática, que talvez por ser mais recente e ter sido perpetrada majoritariamente por ingleses e franceses acaba ganhando mais destaque que a corrente decolonial. Se para esses últimos, o marco de uma formação da identidade racial europeia como hierarquicamente superior se firmou no contato com o “outro” indígena das Américas, para os pós-coloniais ela teve sua primazia nas aventuras imperialistas no Oriente<sup>18</sup> e na África. Mesmo com as diferenças teóricas e os pontos referenciais, há uma unanimidade entre eles: a modernidade europeia só pode ser explicada abarcando o projeto colonial. E ocorre que, ao ontologizar qualquer fenômeno se realiza uma valoração entre diferentes temporalidades, as hierarquizando. A essência só é permitida de ser alcançada deixando de lado uma série de informações contrárias, ou por ignorá-las ou por considerá-las inferiores frente as que se tem. Arelado à expansão do capitalismo e do imperialismo, o ritmo global passa a ser ditado ao passo de Greenwich, sendo todos os fenômenos, mesmo fora da metrópole, apressadamente explicados por teorias do Centro.

A apropriação de elementos do pós-colonialismo é sumária para a interpretação dos enunciados lançados pelos intelectuais africanos do período, que para além de projetar os movimentos de libertação, estavam preocupados nas reconfigurações do *ser* africano a partir de vivências próprias. Com aportes discursivos que deslocam a narrativa da centralidade europeia para suas “periferias” dispersas pelo mundo, o pós-colonialismo lança aportes teóricos para o estudo de mazelas recorrentes entre países que passaram um passado colonial. Dessa forma, o aspecto “colonial” ainda encontra-se vivo, já que sobreviveu através de seus efeitos secundários (HALL, 2003:110).

O prefixo “pós” não se constitui como um indicador temporal, mas sim de uma marca para se pensar na continuidade política, onde se procura evidenciar a perpetuidade de um sistema global hegemônico (JATOBÁ 2013, p. 119). Assim como em outras correntes que adotaram o prefixo “pós”, o pós-colonialismo tem uma gama muito variada de adeptos, mas que comungam de determinadas características, como a da busca por uma epistemologia crítica às concepções dominantes da modernidade gerando não uma substituição de paradigmas, mas o surgimento de paradigmas outros; a formulação de teorias próprias que tenham como lastro

---

<sup>18</sup> Ver Said (2007).

as especificidades da região tratada; e libertar a população do Sul-Global dos essencialismos, através da desconstrução dos mesmos. O termo passou a ser adotado para se referir a contribuições que ganharam evidência nos anos 1980 em universidades inglesas e estadunidenses, tendo sua fonte principal em estudos literários e culturais (BALLESTRIN, 2013 p. 90). Porém, em caráter retrospecto, também é válido para designar autores que escreveram décadas antes desse período, marcados pelas contingências das lutas por libertação, como Frantz Fanon, Aimé Césaire, Edward Said, Albert Memmi e Kwame Nkrumah.

A contribuição desses intérpretes traz aportes que dilatam a possibilidade de estudos sociais e humanos, principalmente para a compreensão de temas que permeiam a colonização e quais desdobramentos foram perpetuados na manutenção dessa estrutura social de poder. A obra de Fanon, *Pele Negra, Máscaras Brancas* (2008), publicado originalmente em 1952, é uma peça chave para se elucidar este ciclo de dominação psicológica do complexo de inferioridade e dependência do negro ante o branco. Para ele, esse complexo era produto de um duplo processo: "*inicialmente econômico e em seguida pela interiorização, ou melhor, pela epidermização dessa inferioridade*" (p. 28). Essa estruturação epidérmica da interação entre colonizadores e colonizados delegavam ao negro um espaço circunstanciado pela sua cor e acabavam por "*aprisioná-lo a uma imagem, embê-lo, vítima eterna de uma essência, de um aparecer pelo qual ele não é responsável*" (Fanon, 2008 p. 47).

Preocupado em entender os desdobramentos psicossociais do colonialismo, Franz Fanon declara que

a cidade do colonizado, ou pelo menos, a cidade indígena, a cidade negra, a médina, a reserva, é um lugar mal afamado, povoado de homens mal afamados. Aí se nasce não importa onde, não importa como. Morre-se não importa onde, não importa de quê. É um mundo sem intervalos, onde os homens estão uns sobre os outros, as casas umas sobre as outras. A cidade do colonizado é uma cidade faminta, faminta de pão, de carne, de sapatos, de carvão, de luz. A cidade do colonizado é uma cidade: acorada, uma cidade ajoelhada, uma cidade acuada. É uma cidade de negros, uma cidade de árabes. (FANON, 1968:29)

Com determinadas vidas humanas sendo menos dignas que outras e tendo o Estado colonial a concentração de poder para decidir sobre a normalidade ou anomia da vida social, o colonizado era reduzido a condição de *Homo Sacer*, descrita pelo filósofo italiano Giorgio Agamben (2010). Buscando entender como o campo de concentração se tornou o paradigma político da modernidade, Agamben traz as conexões entre a biopolítica e o ordenamento jurídico, rebuscando uma figura esquecida do Direito Romano arcaico, o *Homo Sacer*. Este ser humano era matável sem que nenhuma pena fosse imputável ao seu carrasco. Nesses casos a



vida se encontrava completamente desprovida de seu caráter político, se encontrando nua<sup>19</sup>. Esses seres eram condenados a ter uma existência tão somente biológica, sendo excluídos da cidadania outorgada pelo poder soberano, porém mesmo assim incluídos na jurisdição deste poder.

Agamben, ao denunciar a perversidade do poder soberano e a naturalização que a exceção estava se apresentando nas sociedades ocidentais, demonstra o quão facilmente nós, institucionalmente e dentro do marco jurídico, podemos negar a humanidade a variados grupos populacionais. A noção de cidadania não é estendida em todo o território, criando guetos e permitindo a negação de direitos e até mesmo da vida, sem que isso seja considerado um crime. Porém a análise de Agamben se limita a territorialidade europeia. Tendo a *Shóa* como expressão máxima de sistema de exceção que permite a abjeção de pessoas ou grupos populacionais, o autor desconsiderou uma importante materialidade que permitiria um aprofundamento de sua teoria: a criação de um *Homo Sacer* colonial e as consequências que esse fenômeno teve na modernidade europeia (DE OTO; QUINTANA, 2010).

De maneira densamente denunciada pelos pós-coloniais, a colonização na África é um caso emblemático desta inclusão para exclusão, que trata de docilizar seus corpos, porém sem receio também de matá-los, pois, neste caso, ao fazê-lo, não se cometeria nenhum assassinato. Diferente da lógica de docilização dos corpos por parte do Estado no território europeu descrito por Foucault, na África essa docilização acontece de uma forma distinta<sup>20</sup>. As coisas são diferentes de um lado a outro do Mediterrâneo. Fanon expõe que nos países capitalistas europeus, os explorados são persuadidos ao longo do tempo pelas instituições de poder e são convencidos por toda a estrutura estatal e seus aparelhos ideológicos. Mas nas regiões coloniais é o gendarme e o soldado que, por meio de intervenções diretas e frequentes, mantêm contato com o colonizado e o aconselha a coronhadas e explosões de *napalm* a se submeter à ordem. O intermediário do poder utiliza uma linguagem centrada na pura violência. Se nos casos europeus a opressão é dissimulada ou mascarada, no contexto Africano ela é exposta de maneira direta e crua, levando a violência à casa e ao cérebro do colonizado (FANON, 1968:28).

O meio africano, no contexto do pós Segunda Guerra, escancara ainda mais o que era lidar com a nudez desse sistema. Se nas fronteiras territoriais europeias a ascensão e declínio

---

<sup>19</sup> Para Agamben (2010) a dialética do dentro e fora, zoé e bíos, vida nua e vida política é o que é o mais determinante para a naturalização da exceção e para a criação de campos de concentração.

<sup>20</sup> Fanon, diferente de Foucault, faz uma crítica ao colonialismo. Enquanto o filósofo martinicano enfrenta o debate numa dimensão geopolítica, o filósofo francês não se ocupou dessa tensão restringindo-se a pensar o racismo no contexto do nazismo (NOGUERA, 2018 p.66).

nazista haviam mobilizado a sociedade para proclamar a Declaração Universal dos Direitos Humanos, repudiar o racismo e criar Organizações Internacionais que se concebiam como entidades neutras e promotoras de uma ordem no sistema internacional, nada disso impediu que o Estado colonial banhasse com sangue o solo africano de locais como Bizerta, Argélia, os territórios de colonização portuguesa, Shearville entre vários outros (VILLEN, 2013).

O espaço para o campo, dessa forma, já estava preparado há muito mais tempo que a análise eurocentrada de Agamben pode dar conta. Ar sufocante que dois terços da população mundial respiraram e que ainda traz consequências em seus corpos, lhe foge à percepção. Há uma mais-valia entre a experiência vivida dentro e fora do continente europeu, sendo que a única maneira que o africano é incluso na visão do autor é em sua condição de imigrante. É necessário que se atravesse o Mediterrâneo ou o Atlântico para que o farol da memória ilumine aos corpos não europeus.

Denota-se, a partir disso, o peso que a colonialidade do tempo impõe nas ontologias, sendo determinadas narrativas – eurocêtricas e arianas – mais valiosas e dominantes para compor o que é a modernidade e o que está no cerne do Estado moderno. Apesar de há séculos o colonialismo já ser parte componente da modernidade europeia, a ontologia do Europeu não pode ser tão facilmente dilatada assim, a fim de incluir outras temporalidades em sua cronologia.

A lógica do sistema colonial gera um mecanismo fatal: a mesma situação colonial que fabrica o colonialista, fabrica o colonizado. O martinicano Aimé Césaire também explora essa vertente, apontando no livro *Discurso Sobre o Colonialismo* que ninguém sai incólume do processo da colonização. Nesta obra seminal do pós-colonialismo, Césaire demonstra que a degeneração da sociedade ocidental é deflagrada por meio do seu tratamento com o colonizado. À medida que a imputação deste sistema é brutal para suas vítimas, seus algozes também iniciam sua derrocada, e

...esses fatos provam que a colonização, repito, desumaniza o homem, mesmo o mais civilizado; que a ação colonial, a empreitada colonial, a conquista colonial, fundada sobre o desprezo do homem nativo e justificada por esse desprezo, tende inevitavelmente a modificar aquele que a empreende; que o colonizador, ao habituar-se a ver no outro a besta, ao exercitar-se em tratá-lo como besta, para acalmar sua consciência, tende objetivamente em transformar-se ele próprio em besta. (CESAIRE, 2010:29).

A colonização vem imediatamente acompanhada da coisificação, tornando esses dois

elementos indissociáveis do imperialismo europeu. O colonizado negro ou árabe é incluído na lógica do Estado colonial, apenas para que se possa ter domínio sobre os seus corpos, sendo eles excluídos de qualquer rastro de cidadania. E ainda quando lhes permitem, em vil manobra, adentrar em algum aspecto de sua sociedade, lhes é designado um local específico e se espera que o colonizado se resigne e se contente com o tal.

Para Sartre (2007:30), o sistema colonialista quer, a um só tempo, a morte e a multiplicação de suas vítimas, pois qualquer transformação lhe será fatal: que se assimilem ou se massacrem os nativos, o preço da mão de obra tenderá a subir até se tornar insuportável. A máquina colonial faz com que os que são obrigados a carregá-la permaneçam sempre entre a vida e a morte – muito mais próximos da morte do que da vida – incentivando uma ideologia que considera esses homens como animais que falam. O terror e a exploração os desumanizam, e o explorador se sente autorizado por essa desumanização a explorar ainda mais.

Para legitimar a empresa colonial cria-se uma série de estruturas explicativas da presença europeia no continente africano, demonstrando principalmente os méritos imanes dos colonizadores, e explicando sua posição de privilégio na estrutura colonial como resultado das façanhas e qualidades europeias; e se insiste nos deméritos do colonizado, promulgando que se ele se encontra subalterno é porque lhe falta conhecimento, civilização ou que ele ainda necessita ser tutelado para se chegar ao brilhantismo que o “Velho Mundo”<sup>21</sup>, seu irmão maior<sup>22</sup>, chegou.

A opressão colonial não se acomodava somente em cercear fisicamente através de sua polícia ou exército o espaço colonizado, para explicar a necessidade da exploração colonial o colono fazia do colonizado a quintessência do mal.

A sociedade colonizada não é apenas descrita como uma sociedade sem valores. Não basta ao colono afirmar que os valores desertaram, ou melhor jamais habitaram, o mundo colonizado. O indígena é declarado impermeável à ética, ausência de valores, como também negação dos valores. É, ousemos confessá-lo, o inimigo dos valores. Neste sentido, é o mal absoluto. Elemento corrosivo, que destrói tudo o que dele se aproxima, elemento deformador, que desfigura tudo o que se refere à estética ou à moral, depositário de forças maléficas, instrumento inconsciente e irrecuperável de forças cegas. (FANON, 1968:31)

---

<sup>21</sup> A própria definição da Europa como o Velho Mundo denota o poder simbólico que o continente tem sobre a ciência. Sendo quase consenso que a África foi o primeiro continente a ser habitado e que possui diversos vestígios que atestam ser provenientes do seu seio as culturas mais antigas do planeta, por que é a Europa que recebe a alcunha de Velho Mundo? Sua linha temporal define as epistemologias e até as ontologias da nossa ciência, cadenciando sua própria história civilizacional como o baluarte da civilização mundial e permitindo pouco espaço para as teorias que digam o contrário (NOGUEIRA, 2018).

<sup>22</sup> Em uma frase, o médico e missionário alemão que trabalhou e pregou muito tempo no Gabão, Albert Schweitzer, exemplifica essa relação: “*The African is indeed my brother, but my junior brother*” (o africano de fato é meu irmão, mas meu irmão mais novo) (ACHEBE, 1977: 255).

Esse maniqueísmo chega ao seu extremo e se inicia um processo de animalização do colonizado. Fanon, em seu importante livro *Os Condenados da Terra*, denuncia que a linguagem colonial para se referir aos colonos é uma linguagem quase zoológica. Ela faz alusão aos movimentos reptilianos do amarelo, às emanções da cidade indígena, às hordas, ao fedor, à pululação, ao bulício e a gesticulação dos colonizados, sempre recorrendo à características e expressões bestiárias ao se referir aos nativos. Os povos negros foram tomados como criaturas sem alma, animalizados, tratados como coisas, sofrendo um processo de *zoomorfização sistemática*<sup>23</sup>. Nesta mesma linha, o escritor e crítico literário nigeriano Chinua Achebe (1977), demonstra por meio do livro *O Coração das Trevas* de Joseph Conrad como opera a nível literário a construção do imaginário europeu sobre a África e os africanos.

Considerado um cânone da literatura inglesa e ocidental, a obra de Conrad foi publicada originalmente em 1899, auge da imposição do imperialismo e penetração ocidental ao interior da África. A história narra a empreitada de Marlow, marinheiro do Império Britânico, e sua busca no interior do continente africano por um ex-comandante e importante comerciante de marfim que acabara desaparecendo misteriosamente, o Sr. Kurtz. De um modo geral, e se levarmos em conta o pensamento hegemônico da época, a obra parece realmente buscar retratar o efeito pernicioso do colonialismo europeu, não só nos africanos, as tradicionais vítimas, mas também no colonizador – retratado pelo personagem Kurtz.

Nesse momento, em harmonia com a denúncia, seria natural esperar uma valorização do africano e da África – o que não acontece. Embora na época, por seu teor “humanista” e “liberal”, *O Coração das Trevas* tenha sensibilizado importantes mentes do mundo ocidental, a verdadeira representação do africano se baseia na piedade, no olhar vindo de cima para baixo. Na maneira em que os nativos são retratados, mostrava-se claro que não fazia parte das intenções de Conrad conceder o privilégio da linguagem a essas “almas rudimentares”. Em vez de falar, eles faziam um “violento balbucio de sons estranhos”, ou “intercambiavam frases curtas de grunhidos” (ACHEBE, 1977).

Ao longo do livro, e por meio do personagem narrador, que tem uma história de vida extremamente próxima a de Conrad, raramente se encontram descrições dos africanos como indivíduos, seres humanos tão humanos quanto os demais. No lugar de destacá-los como pessoas, o vocabulário bestializado descrito por Fanon ganha força e demonstra o quão

---

<sup>23</sup>Ver Nogueira (2018).

facilmente substantivados e animalizados eles passam a ser nesta narrativa. Ao relatar o primeiro encontro com esses nativos, as descrições que vem à tona os descreve a partir de "uma explosão de gritos", "um turbilhão de braços e pernas negras", "mãos batendo palmas", "pés batendo no chão", "corpos balançando", "olhos revirados", "um negro frenesi incompreensível", "o próprio homem pré- histórico", "a noite do início dos tempos". O ator que realiza a ação não é uma pessoa, mas sim um membro de um corpo, não são palavras que são proferidas, e sim sons animalescos descoordenados e incompreensíveis. Eis que Conrad, ao passar por toda essa descrição animalizante, se questiona sobre a humanidade dos que ele descreve, utilizando uma sofisticada ambivalência da dupla negativa que parece remontar aos debates de Valladolid entre Las Casas e Sepúlveda:

A terra parecia irreal. Estávamos acostumados a observar a forma agrilhoada de um monstro conquistado, mas ali... ali você podia ver a coisa monstruosa livre. Era irreal, e os homens eram. Não, eles não eram inumanos. Bem, vocês sabem, isso era o pior de tudo – essa suspeita de eles não serem inumanos. (CONRAD, 2010:64,65)

E é a simples existência desse debate que é aterrador. Inseridos na lógica do Estado colonial estavam aqueles que eram eternamente hesitantes e, ao mesmo tempo, recusados à assimilação na civilização ocidental e, no outro extremo, aqueles que o prestígio os aureolava simplesmente em função de seu nascimento ou ascendência europeia. Dessa forma, ulula uma diferenciação no sistema colonial entre aqueles que são condicionados a uma categoria de seres tão somente existentes no sentido biológico e aqueles, por outro lado, que encarnam a figura do animal político, que são supostos detentores de qualidades ímpares que os diferenciam, possuidores da linguagem. Nesta estrutura existe uma evidente hierarquização entre o valor de cada vida, uma mais-valia entre um grupo e o outro. Muito além de um processo meramente retórico ou discursivo, essa desumanização condena o colonizado em todas as esferas de sua vida, tendo sua existência política negada a cada esquina. E isso impactava também na degeneração dos próprios colonizadores, afinal "Como o colonizador podia, ao mesmo tempo, cuidar de seus trabalhadores e metralhar periodicamente uma multidão colonizada?" (MEMMI, 2007: 14)



### 3 ENTRE CANETAS, PALANQUES E ARMAS: INTELLECTUAIS PERIFÉRICOS E A LUTA POR LIBERTAÇÃO AFRICANA

Profundamente relacionado à modernidade, o colonialismo trouxe mudanças estruturais na forma de pensar e produzir esse pensar em todo o globo. Isso reflete na necessidade de tomarmos um cuidado específico para que categorias que são tratadas como universais não estejam tão somente retratando a experiência europeia.

Para tanto, esse capítulo se debruça, em sua primeira parte, sobre a problemática do que é *ser* intelectual e o eurocentrismo e geopolítica de poder presentes nas principais narrativas sobre o tema. Esse fenômeno se desdobra na segunda sessão, em que se trabalha com a questão do epistemicídio e o relaciona com as pretensões de universalidade dos enunciados provenientes da Europa e dos Estados Unidos. A terceira sessão se direciona ao estudo dos intelectuais periféricos africanos por meio das organizações de suas redes que permitiam constante diálogo e sinergia de ideias. Nesta sessão se relaciona as ideias de Nkrumah com a de outros autores africanos, demonstrando a criação de léxicos comuns e problemas partilhados. Por fim, a última sessão trata da biografia de Kwame Nkrumah, perpassando sua ascensão a *osagyefo* de Gana e influências que o próprio autor resgatava.

#### 3.1 O QUE E QUEM É O INTELLECTUAL?

A tentativa de definir o que é um intelectual e quem pode ser chamado assim não é novidade, e possui diversas orientações que a balizam. A sociologia francesa fornece uma das concepções mais correntes de intelectual, que é a do defensor de causas universais e eternas, tendo sua inauguração formal no final do século XIX na Europa, após as comoções causadas pelas injustiças cometidas contra o capitão judeu Alfred Dreyfus, acusado de traição pelo governo francês. No dia 14 de janeiro de 1898, o jornal *L'Aurore* publicou o manifesto intitulado *j'accuse*, que foi assinado por um grupo de pensadores proeminentes da sociedade francesa da época, como Émile Zola, Marcel Proust e Anatole France, denunciando a perseguição ao capitão e expondo o antissemitismo presente em tal ato. No documento, que viria a ser conhecido como “manifesto dos intelectuais”, seus defensores pediam a revisão das acusações contra Dreyfus, em nome dos “valores universais” que lastreavam a humanidade.

A partir deste momento, se inicia uma nova abordagem para tratar deste sujeito histórico que substantiva algo até então tratado apenas como adjetivo. Com este evento, a palavra

intelectual começa a ser entendida como uma função que está altamente atrelada a um compromisso civil (BASTOS; RÊGO, 1999, p.24).

Um dos autores referência na temática do *ser* intelectual é o francês Julien Benda (1867-1956), a partir de seu clássico livro *A Traição dos Clérigos* (1927). Para o autor os clérigos (intelectuais) são aqueles homens cuja função é defender os valores eternos e desinteressados, a partir da justiça, da verdade e da razão. Benda também fora profundamente influenciado pelo caso Dreyfus. Os intelectuais de Benda não deveriam se aproximar demasiadamente das coisas mundanas como atividades políticas ou qualquer perseguição prática dos valores que eles defendem, pois, devido a sua essência, seu objetivo deve ser buscado por meio de bens não temporais. O francês acreditava que os intelectuais deveriam ser vistos como guias espirituais, gurus para as incertezas da sociedade, sábios faróis que guiariam a nação em direção à luz, intérpretes do seu povo, conselheiros. Esta aura profética e quase messiânica entendida por ele revela a origem religiosa da casta e a sua utilização do título de clérigos. A representação defendida por Benda, contribuiu para a difusão da associação do intelectual como um ser confinado em sua torre de marfim, ditando distantemente suas considerações sobre o mundo. Alguém que falava do alto à sociedade.

Essa lógica discursiva despolitiza a ação dos intelectuais, tornando seus objetivos e ideais algo acima da influência do seu contexto histórico, geográfico, social e econômico. Ela nega a construção histórica desses valores tidos como universais e ignora as relações de poder que influenciam e constroem a conformação dos valores intersubjetivos de dada sociedade. Principalmente após o Iluminismo europeu, a ideia de busca por valores universais ganhou pretensões inéditas até então. Tal herança iluminista aliada ao imperialismo ocidental transformou os valores obtidos a partir da realidade europeia nos indicadores que serviriam para analisar todas as demais sociedades que o ocidente tivesse interação. No auge do imperialismo, interação sob o ponto de vista europeu significava domínio. Não é de surpreender que o único não europeu que Benda considera como um intelectual é Jesus Cristo.

Se pode não haver consenso em delegar a classificação de intelectual a homens como Georg Hegel, Voltaire, Immanuel Kant ou Joseph Conrad, dificilmente alguém negaria adjetivá-los como importantes pensadores e influenciadores de seus períodos. Porém suas ideias foram extremamente úteis à empreitada colonialista na África. Suas grandes obras tidas como universais e despolitizadas assim o são consideradas por quem está inserido nas sociedades que os valores que elas defendem são hegemônicos. Ao passo que Hegel foi um dos grandes expoentes da análise por meio de pares antitéticos como os da liberdade e escravidão, ele não mencionou uma só vez a Revolução Haitiana, que contava com um imenso volume de negros



escravizados se rebelando contra seus “senhores”. Se esses valores universais, enquanto metáfora para a filosófica política ocidental, eram o que mais despertavam a atenção dos pensadores do período, e o uso da dialética escravidão-liberdade era frequentemente evocado para denunciar as relações de poder que eles condenavam dentro da Europa, de nada os incomodava a contradição de que no mesmo período a escravidão – enquanto sistema de sustentação econômica ocidental – se difundia quantitativa e qualitativamente ao redor do mundo, ajudando, inclusive, a espalhar os ideais iluministas que ela mesmo contradizia (BUCK-MORSS, 2011).

As causas universais defendidas pelo iluminismo europeu não eram tão universais assim. Ou pode-se dizer que até eram universais, mas o *universo* para esses pensadores era branco e Europeu. Quando a experiência de fora desse universo não é desconsiderada como nos pares de Hegel, ela é observada sob o prisma do projeto civilizacional europeu, que hierarquizava as demais culturas e em especial quando se pensava na África. Ainda usando o exemplo do filósofo alemão, Hegel, em seu livro *Filosofia da História*, declarava que:

...a principal característica dos negros e que sua consciência ainda não atingiu a intuição de qualquer objetividade fixa, como Deus, como leis [...] O negro representa, como já foi dito o homem natural, selvagem e indomável. Devemos nos livrar de toda reverência, de toda moralidade e de tudo o que chamamos sentimento, para realmente compreendê-lo. Neles, nada evoca a ideia do caráter humano [...] A carência de valor dos homens chega a ser inacreditável. (HEGEL, 1999, p. 83-86)

Porém este não era exceção entre os filósofos ocidentais. Anos antes dele, o britânico David Hume (1875) assumia estar em “condições de suspeitar serem os negros naturalmente inferiores aos brancos.” Para ele não haveria um único representante negro sequer que tivesse apresentado algum talento nas artes ou ciências, sendo estes completamente desprovidos de habilidades e aptidões.

Tal diferença uniforme e constante [entre negros e brancos] não poderia ocorrer, em tantos países e épocas, se a natureza não tivesse feito uma distinção original entre essas raças de homens. Sem citar as nossas colônias, há escravos negros dispersos por toda a Europa, dos quais ninguém alguma vez descobriu quaisquer sinais de criatividade, embora pessoas de baixa condição, sem educação, venham a progredir entre nós, e destaquem-se em cada profissão. Na Jamaica, realmente, falam de um negro de posição e estudo, mas provavelmente ele é admirado por realização muito limitada como um papagaio, que fala umas poucas palavras claramente. (HUME, 1875 p.252).

Concordando com as considerações de Hume sobre a inexistência de algum negro notório, Immanuel Kant também colaborou para a depreciação das representações negras no imaginário europeu. Tal qual Hume, e citando este, Kant afirmava que entre os brancos houve os que despontaram mesmo vindo das mais baixas plebes e regiões menos desenvolvidas,

entretanto o mesmo não se encontrava com os diversos negros na África e os já libertos na Europa. “Tal essencial é a diferença entre essas duas raças humanas (brancos e negros) que parece ser tão grande em relação às capacidades mentais quanto à diferença de cores”. O autor também trata a espiritualidade africana como “religiões do fetiche” e afirma que “os negros da África não possuem, por natureza, nenhum sentimento que se eleve acima do ridículo” (KANT, 1993 p.75-76).

Voltaire (1984 p.62) compara os negros a animais e Tocqueville (1977 p.262) acena na mesma direção: “O seu rosto [negro] parece-nos horrível, a sua inteligência parece-nos limitada, os seus gostos são vis, pouco nos falta para que o tomemos por um ser intermediário entre o animal e o homem”. O eurocentrismo racista no iluminismo e seus legatários não era exceção, mas regra.

Também no ramo da literatura, encontramos a materialização dos interesses europeus transfigurados no chamado “gênero colonial”, representado por nomes como Rudyard Kipling, Joseph Conrad, E.M. Forster, Joyce Cary e Graham Greene. A penetração ocidental na África não se manifestou somente por meio dos campos de batalha, mas se travou nas casas, igrejas, escolas, jornais, romances, etc, por meio da propaganda enérgica dos valores ocidentais e da difamação da África e de seu povo. (ACHEBE, 2012 p.67,68).

Essa tradição inventou uma África onde nada de bom acontece ou jamais aconteceu. Uma África que ainda não foi descoberta e está à espera do primeiro visitante europeu para explorá-la, explicá-la e consertá-la<sup>24</sup>. Ao passo que é significativo que os intelectuais da Igreja começassem a duvidar da existência da alma dos corpos negros no mesmo momento que seus corpos alcançavam altos preços nos mercados e sustentavam a economia ocidental. Essa obsessão por estereótipos escabrosos e degradantes da África passou para o cinema, jornalismo, antropologia e trabalho missionário.

A questão levantada não é a negação da intelectualidade de Hegel ou de Conrad, mas o deslocamento da espacialidade de suas ideias e teses. É levá-las deste espaço transcendental para um corpo imanente, em que possamos mundanizá-las de acordo com seu autor, texto e contexto e realizarmos uma análise crítica a partir disso. Se a partir da experiência da colonização assumirmos que as ideias, valores e ideologias são criadas para algo e para alguém,

---

<sup>24</sup> Para Achebe (1977), a necessidade que não só Conrad, mas outros autores têm de sempre comparar a Europa com a África e a Ásia diz respeito à insegurança sobre a sua própria civilização, que eles temem que seja precária. Essa afirmação constante nos defeitos dos outros é como se a África fosse para a Europa o quadro para Dorian Gray na obra de Oscar Wilde, em que ele descarrega toda as suas deformidades físicas e morais afastando-as para a África de forma que eles consigam viver em paz.

podemos avançar no processo de provincialização da Europa e ampliarmos nosso terreno geográfico na análise de intelectuais e com isso dilatarmos as ideias por eles defendidas.

Um dos responsáveis pelo fornecimento de ferramentas para se trabalhar com uma definição mais ampla de intelectuais e que abarque o pano de fundo dos autores e de seus contextos é o filósofo italiano Antonio Gramsci. Em seus Cadernos de Cárceres, o autor procura questionar se os intelectuais são de fato um grupo autônomo e independente ou se cada grupo social possui uma própria categoria especializada de intelectuais. Para o autor, existem dois tipos principais de intelectuais, os tradicionais e os orgânicos. Enquanto os intelectuais tradicionais representam a definição mais vulgarizada de intelectual, encontrada principalmente em figuras como o literato, filósofo ou artista, os intelectuais orgânicos surgiram junto e incentivados pela formação de novos grupos sociais. Isto é, cada grupo social cria para si uma camada de especialistas técnicos que lhe permitam a busca por homogeneidade, consciência das próprias funções e lhe assegure espaços. “o empresário capitalista cria consigo o técnico da indústria, o cientista da economia política, o organizador de uma nova cultura, de um novo direito, etc.” (GRAMSCI, 2000 p.15).

Dessa forma, a definição de intelectual orgânico para Gramsci está altamente associada com a capacidade organizativa da sociedade que esses indivíduos devem possuir. Conforme as classes emergentes vão ganhando força na sociedade elas necessitam de pessoas que criem condições favoráveis para o seu desenvolvimento, que defendam seus interesses em diferentes esferas públicas e que tenham capacidade atrativa de fazer com que cada vez mais pessoas orbitem em torno de seus valores e interesses.

Comparado com a definição de Benda, o conceito gramsciano de intelectual é muito mais abrangente e privilegia a função organizadora da sociedade na medida em que entende que a atividade intelectual diz respeito à organização tanto da cultura, quanto de outras dimensões da vida em sociedade. Assim, a capacidade de cooptar e coordenar a população e grupos sociais ao redor de si é visto como uma das definições do intelectual, permitindo que pessoas como sindicalistas, líderes comunitários ou padres possam ser entendidos como intelectuais, uma vez que organizam núcleos da sociedade, realizam análises autocríticas de si mesmos e de seu local de fala na sociedade. (BEIRED, 1998, p.124,125)

A busca pela distinção da categoria de intelectual em relação aos outros agrupamentos sociais se dá menos em relação a um critério intrínseco nas suas atividades e mais em relação na qual essas atividades (e, portanto, os grupos que a personificam e a motivam) se situam no conjunto geral das relações sociais. Isto é, dada a dilatação do espectro das possíveis atividades que um intelectual pode exercer, na visão de Gramsci (2000, p.18), não há uma característica

ou critério que una essas atividades; a diferenciação de intelectual e não-intelectual não pode ser feita levando em consideração a tipologia da atividade, mas antes na capacidade de aparelhamento que essas atividades desempenham na sociedade. A definição de intelectual se dá a partir das relações sociais que os indivíduos participam, considerando seu caráter mobilizador na sociedade. Assim sendo, todos os humanos são intelectuais, mas nem todos têm na sociedade a função de intelectual<sup>25</sup>.

Essa atuação dos intelectuais definidos por Gramsci na sociedade é mediada por um conjunto de superestruturas que os permitem influenciar todo o tecido social. Essas superestruturas podem ser divididas em dois grandes planos: o da sociedade civil, o conjunto de organismos designados vulgarmente como “privados” e o da sociedade política ou Estado. Enquanto a sociedade civil diz respeito majoritariamente à função de “hegemonia” que o grupo dominante exerce nos demais, o Estado concerne princípios de domínio direto que são juridicamente respaldados.

Os intelectuais são os “prepostos” do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político, isto é: 1) do consenso “espontâneo” dado pelas grandes massas da população à orientação impressa pelo grupo fundamental dominante à vida social, consenso que nasce “historicamente” do prestígio (e, portanto, da confiança) obtido pelo grupo dominante por causa de sua posição e de sua função no mundo da produção; 2) do aparelho de coerção estatal que assegura “legalmente” a disciplina dos grupos que não “consentem”, nem ativa nem passivamente, mas que é constituído para toda a sociedade na previsão dos momentos de crise no comando e na direção, nos quais desaparece o consenso espontâneo. (GRAMSCI, 2000, p.21)

Na percepção de Gramsci, os intelectuais seriam os responsáveis pelas “batalhas das ideias” que permitiriam a determinado bloco a busca em se tornar um grupo hegemônico. Para efetivar a hegemonia deste grupo, há que haver um “consenso espontâneo” da sociedade nos valores intersubjetivos defendidos por este grupo. O responsável por representar esses interesses e persuadir as massas a tê-los como seus próprios, são os intelectuais. “Numa sociedade, certas culturas acabam predominando sobre outras, assim como certas ideias são mais influentes que outras; a forma dessa liderança cultural é o que Gramsci identificou como hegemonia.” (SAID, 2007). O terreno das ideias será o local da batalha de trincheiras em que os intelectuais orgânicos irão travar para que seus grupos e as agendas que eles representam possam ascender.

Com isso Gramsci nega a visão da intelectualidade como uma casta, mas salienta a gradação das que haverá entre os diferentes tipos de intelectuais. Em determinado grupo

---

<sup>25</sup> Gramsci (2000, p.18) compara que, assim como alguém pode em determinado momento fritar um ovo ou costurar uma roupa, não signifique que a pessoa é um cozinheiro ou um alfaiate.

preocupado com a função organizativa da hegemonia social e o domínio estatal, há uma divisão de tarefas estratificada do mais alto grau de complexidade ao mais baixo; mas o mais importante é a função da tarefa do intelectual que se caracteriza como diretiva e organizativa, ou seja, educativa. (GRAMSCI, 2000 p. 25)

O italiano reforça a ideia do intelectual como um ser socialmente inserido e determinado. O pensamento de que o intelectual basta a si mesmo, autônomo e independente, constitui uma posição idealista para o autor. A análise de Gramsci detém-se na demonstração do papel – conservador ou transformador – do intelectual como figura que organiza a cultura e os homens e que, ao produzir ideologia, fornece consciência e homogeneidade às classes que representa. (BEIRED, 1998:127)

Essa ideia de intelectual como organizador de dinâmicas sociais tem um apreço importante para se analisar o pensamento de Nkrumah e de outros intérpretes nacionalistas africanos do período. Esse caráter de intelectual orgânico que busca um consenso espontâneo por meio da batalha das ideias permite agregar as disputas semânticas que o autor participava para a ressignificação de conceitos que direcionassem para suas utopias de futuro para a África. Ainda que forneça importantes ferramentas, as definições de Gramsci acabam sendo insuficientes por não lidarem com uma importante amarra que esses intelectuais africanos têm que lidar. Para tanto, os constrangimentos que suas formas de pensar eram condicionadas deve ser levado em conta.

### 3.2 UNIVERSALIDADE E EPISTEMICÍDIO

A leitura a respeito da intelectualidade, se não tomados os devidos cuidados, pode passar por uma análise tão somente dos intelectuais europeus. A necessidade de uma perspectiva que conte com a inclusão de categorias geopolíticas e que inquiram a respeito das pretensões de neutralidade e universalidade desses pensadores serve para não tomar a parte de um conhecimento produzido (aquele especificamente elaborado no ocidente) pelo todo. Para tanto, a partir do pensamento do filósofo negro-brasileiro Renato Nogueira (2014), Katiúscia Ribeiro Pontes (2017) convida a questionar sobre (a) de que lugares emergem os discursos? (b) esses lugares são “subalternizados” ou caracterizados como “centrais”? (c) como liquidar o “centro” e abrir possibilidades para outras configurações geopolíticas?

O essencial aqui é locus da enunciação, ou seja, o lugar geopolítico e corpo político do sujeito que fala. Na filosofia e nas ciências ocidentais, aquele que fala está sempre

escondido, oculto, apagado na análise. A “ego-política” do conhecimento da filosofia ocidental sempre privilegiou o mito não situado. (GROSFOGUEL, 2009, p. 46).

Historicamente, isso tem permitido ao homem ocidental (aqui a referência ao sexo masculino é intencional) representar seu conhecimento como o único dotado da capacidade de alcançar a consciência universal, além de dispensar o conhecimento e as formas de saber não ocidentais, as considerando particularistas e exclusivas a um nicho específico, não alcançando a categoria universal (GROSFOGUEL, 2009, p. 46).

Com isso, é válido ressaltar a importância de destacarmos o *sujeito do enunciado*, para evidenciarmos o contexto do qual ele fala. O lugar epistêmico étnico-racial, de gênero, espiritual, sexual, geográfico, histórico e social começa a desfazer a noção de que o discurso filosófico ou intelectual brota de uma “razão universal” imersa de um campo neutro de forças (NOGUERA, 2014 p.22). Esse destaque é necessário fazer não somente quando se analisa intelectuais vindos da periferia global, mas na leitura de todos as proposições de enunciados, para assim se provincializar a Europa e os Estados Unidos também (Chakrabarty, 2000). Isso é necessário visto que o estabelecimento do discurso filosófico ocidental como régua privilegiada do pensamento institui uma desigualdade epistemológica.

Consideramos aqui que epistemologia é mais do que apenas uma forma de conhecer. Ela é um *sistema* de conhecer que possui uma lógica interna e uma validação externa. Com a epistemologia surge uma força legitimadora de determinadas formas de se aproximar e interpretar um determinado fenômeno, que tradicionalmente tem sido simbióticos a lógica cultural do paradigma eurocêntrico. É a autoridade que determinadas epistemologias carregam que separa o que é considerado como “literatura” do que é considerado “folclore”, o que é tido como “filosofia” do que é interpretado apenas como “pensamento”. Seguindo a lógica da colonialidade, essa separação não se dá de forma casual, desinteressada ou daltônica.

A dificuldade de tratar a filosofia africana como de fato uma filosofia, e não apenas como ‘pensamento africano’ perpassa do maior valor agregado que a filosofia tem nos padrões ocidentais. A própria relação da filosofia ocidental poder ser chamada como filosofia *tout court*, isto é, sem a necessidade de complementos ou predicados e a filosofia africana sempre ter de vir acompanhada de sua adjetivação geográfica é fruto deste sistema. O filósofo anglo-ganês Kwame Appiah (1997, p. 131) diz que a filosofia é o rótulo máximo de status do humanismo ocidental. A busca pelo direito à filosofia é reivindicar o que há de mais importante, mais difícil e mais fundamental na tradição do Ocidente. Há uma linha de cor que separa o conhecimento legítimo e universal do conhecimento acessório e racializado.

O problema não é necessariamente com categorias universais em si, mas pelo fato de que a utilização desse termo tem sido exclusivamente para ideias derivadas do continente Europeu. Uma universalidade engessada dentro de um lugar geográfico, este conhecimento passa a ser um elemento-chave para a manutenção do racismo epistêmico que permeia o pensar ocidental hegemônico (PONTES, 2017 p.53). Essa linha argumentativa não se trata de uma acusação, mas do reconhecimento da constante negação de existência do lugar e autoridade atribuídos às epistemologias ocidentais que remetem a um momento específico e é estrategicamente pensado para negar e invisibilizar todas as demais. Assim, o universal acaba sendo a imposição de um diante do apagamento de vários. “A ênfase na mesmidade (*sameness*) sob a égide do ‘universal’, diz respeito à aparente intenção de estabelecer totalidade e hegemonia” (RAMOSE, 2011, p. 10). O pensamento é universal desde que ele seja ocidental, e com isso respalda que ciências alienígenas acabem matando conhecimentos locais, principalmente aqueles provenientes de lugares vitimados pela colonização. A esse assassinato se dá o nome de epistemicídio.

Pois é a partir do epistemicídio, um dos principais pilares da colonialidade, que se concretiza a invisibilidade do conhecimento africano, prática que só foi possível ser alçada dado ao racismo antinegro que se solidificou e difundiu por meio das diferentes rotas coloniais (PONTES, 2017 p.47). Se durante o processo de colonização temos uma arma letal que neutraliza a humanidade dos povos que são a ela submetidos, sua continuidade perpassa pela negação de seus pensamentos e teorias, barrados por um muro de silêncio erguido pelo racismo epistêmico e cimentado pelo apagamento de suas vozes.

A experiência humana é o chão inescapável para o começo da marcha rumo à sabedoria. Onde quer que haja um ser humano, há também a experiência humana. Todos os seres humanos adquiriram, e continuam a adquirir sabedoria ao longo de diferentes rotas nutridas pela experiência e nela fundadas (RAMOSE, 2011, p. 8-9). Entretanto, as ideologias que emergiram junto ao escravismo e ao colonialismo negaram a humanidade e a subjetividade negra africana de tal maneira que julgou como incapazes de produção de pensamento crítico os habitantes dessas culturas. A experiência africana é desconsiderada e com isso todas as teorias e formas de conhecimento que essa experiência é fiadora também são postas em cheque. A noção de ciência, filosofia, intelectualidade e cultura como nascidas e nutridas unicamente de uma categoria hiperreal de Europa<sup>26</sup> legitima esse pensamento.

---

<sup>26</sup> É o filósofo argentino Enrique Dussel que busca abordar o deslizamento semântico do conceito de Europa, buscando a genealogia desta categoria hiperreal falseando o que ele coloca como um invento ideológico de fins do século XVIII pelo romantismo alemão que consideraria a Europa por meio da diacronia unilinear de Grecia-Roma-

O fundamento da questão pertence à autoridade; a autoridade de definir o significado e o conteúdo da filosofia [...]. O exercício desta autoridade situa a questão no contexto de relações de poder. Quem quer que seja que possua a autoridade de definir, tem o poder de conferir relevância, identidade, classificação e significado ao objeto definido. Os conquistadores da África durante as injustas guerras de colonização se arrogaram a autoridade de definir filosofia. Eles fizeram isto cometendo epistemicídio, ou seja, o assassinato das maneiras de conhecer e agir dos povos africanos conquistados. (RAMOSE, 2011, p. 8-9).

Inquirir uma gênese com nacionalidade e período específico para essas áreas do saber acaba sendo um descaminho. De maneira didática, Nogueira busca defender uma raiz compartilhada do berço da filosofia, indagando nosso real entendimento deste campo. Ele questiona se a Filosofia se assemelharia mais à Arquitetura e à Religiosidade ou ao telefone e o avião. Com essa linha de pensamento ele tenta realizar uma divisão de como esse campo do saber poderia ser classificado, ou como “1º) Produções humanas verificáveis em todas sociedades e culturas sem uma datação determinada, nem local específico de surgimento” ou como “2º) Invenções pontuais localizáveis no tempo e no espaço” (NOGUEIRA, 2014, p. 61). Se é um consentimento que a filosofia se aproxime mais de um conjunto de realizações verificáveis em todas as sociedades e culturas, não possuindo um local ou momento específico para o seu início, “por que requerer uma certidão de nascimento e insistir em reduzi-la a um tipo de realização exclusiva do Ocidente?” (NOGUEIRA, 2014, p. 61).

Porém, apesar de o eurocentrismo não servir como critério para abandonar as contribuições filosóficas de Hegel, Kant, Voltaire e de outros tantos filósofos, não é adequado desconsiderar o racismo epistêmico como um viés decisivo para entender esses trabalhos e seus desdobramentos. (NOGUEIRA, 2014, p.31 e 32). Uma boa leitura desses filósofos, assim como de todos os pensadores ocidentais, não pode entender o eurocentrismo de suas obras como contingente ou como um penduricalho de pouca ou nenhuma relevância. Ou seja, um raciocínio ligeiro que aponte a *razão universal* do iluminismo como *branca e masculina* não pode ser tomada como equívoco interpretativo sem uma leitura verdadeiramente crítica de filósofos que foram e ainda são endeusados por muita gente no mundo acadêmico (NOGUEIRA, 2014)

Mesmo os intelectuais mais criativos, polêmicos e desconstrutivistas que buscam colocar diversos argumentos e certezas em dúvida, seguem estando amarrados às correntes eurocêntricas, sem se dar conta dessa condição geopolítica e da injustiça cognitiva da qual ela é fiadora (NOGUEIRA, 2014, p.38). Segundo o teórico decolonial Maldonado-Torres (2010

---

Europa, que tende a considerar os de fora desta lógica como incivilizados. Fenômeno esse que incentivou a manipulação conceitual do modelo ariano. (DUSSEL,2005)



p.436), autores como Hannah Arendt, Michel Foucault, Pierre Bourdieu e outros tantos lançaram problematizações que serviram para repensar a modernidade, mas a crítica vinda desses pensadores ainda parece ser incompleta. “Ao invés de desafiarem as geopolíticas racistas do conhecimento que se tornam tão centrais no discurso ocidental, eles perpetuam-nas por outros meios”. Mesmo sendo críticos à modernidade ocidental, eles seguem se mantendo dentro da lógica da colonialidade.

Como apresentado no capítulo 1, a colonialidade diz respeito às condições de estabelecimento do capitalismo como padrão de funcionamento mundial, operando através da “imposição de uma classificação racial-étnica da população do mundo”. Para Aníbal Quijano, essa colonialidade impregna e conforma a produção filosófica e científica hegemônica, perpassando toda a academia ocidental com o racismo epistêmico (QUIJANO, 2010, p.84).

Para conferirmos um local central aos intelectuais africanos devemos descolonizar a academia e as nossas mentes. Essa descolonização perpassa por uma dupla tarefa de primeiro colocar os discursos africanos no centro da erudição sobre a África; e segundo, de deslocar a humanidade africana desse binário humano-inumano.

Na década de 1960, uma série de especialistas na história africana iniciaram um valoroso passo em direção a essa descolonização. A História Geral da África<sup>27</sup>, promovida pela UNESCO contou oito volumes com cerca de 900 páginas cada um e com o esforço coletivo apresentado por cerca de 350 especialistas internacionais em história da África. A obra dispôs da publicação dos resumos em inglês, francês, árabe, suahili, peule e haussa, e com a publicação inicial dos oito volumes integrais em inglês, francês e árabe. A magnitude e imponência de tal obra, fez com que todos trabalhos que viessem a falar de história da África a partir de então tivessem que dialogar com ele<sup>28</sup>.

O projeto buscava ressuscitar imagens invisibilizadas ou perdidas e mudar determinadas perspectivas que constantemente evocavam uma passividade africana valendo-se de clichês históricos. No que tange aos aspectos metodológicos, a reescrita da história deveria optar pelo caminho intermediário entre a singularização excessiva da África e a universalização acrítica, que a alinharia de maneira automática às normas estrangeiras. Segundo o relatório final, da primeira sessão plenária do Comitê Científico Internacional para a elaboração da HGA,

---

<sup>27</sup> Doravante chamada de HGA.

<sup>28</sup> No ano de 2010 o Ministério da Educação brasileiro editoriou a publicação da Coleção de forma impressa e em português, tornando emergente a discussão sobre a obra nas academias brasileiras dedicadas a esse assunto. A versão digital da coleção também pode ser encontrada gratuitamente na internet por meio do link [http://www.unesco.org/new/pt/brasil/pt/about-this-office/single-view/news/general\\_history\\_of\\_africa\\_collection\\_in\\_portuguese\\_pdf\\_only/](http://www.unesco.org/new/pt/brasil/pt/about-this-office/single-view/news/general_history_of_africa_collection_in_portuguese_pdf_only/).

...trata-se de uma obra erudita que, em grande medida, é também o reflexo da maneira como os autores africanos veem sua própria civilização. Ainda que seja elaborada dentro de um quadro internacional e se utilize de dados científicos atuais, a História [HGA] será também um elemento importante para o reconhecimento do patrimônio cultural africano e colocará em evidência os fatores que contribuíram para a unidade do continente. Esse esforço em examinar os fatos a partir de seu interior é a característica inovadora do projeto e deverá, ao lado de suas qualidades científicas, conferir-lhe uma grande significação. (UNESCO,1971, p. 2 IN: BARBOSA: 2012)

A contribuição legada, apesar da heterogeneidade de pensamento e nacionalidades dos autores, para uma interpretação científica e potencialmente pós-eurocêntrica da história da África foi a “*perspectiva africana*”. A primeira definição da perspectiva africana adotada na HGA remonta à apresentação do projeto (1979), assinada pelo historiador queniano Bethwell Ogot, na época presidente do Comitê Científico Internacional para a Redação de uma História Geral da África. Ogot sustenta a premissa de que a África na HGA seria essencialmente analisada desde o seu interior, sendo, em larga medida, o fiel reflexo da forma como os autores africanos viam sua própria civilização<sup>29</sup> (OGOT, 2010 p. XXVII).

Esse internalismo reflete a busca por enfatizar fatores internos como elementos determinantes de sua explicação para a história e as dinâmicas encontradas na África. “Essa abordagem privilegia os fatores internos ao continente, em oposição aos externos, na explicação histórica, científica, da África” (BARBOSA 2012:49). O foco nos estímulos internos tende a dar uma centralidade aos próprios atores e dinâmicas do continente ao contar a história da África, sendo que, mesmo ao tratar da relação com os partícipes externos, ao deslocar o cerne para a experiência da África nessa relação, já se traz elementos novos se comparados a como a narrativa do continente era exposta.

Nesta história nova da África, não se poderia negar a importância dos influxos exteriores para a história do continente, mas se deveria favorecer uma análise que revelasse as contradições e os dinamismos endógenos. [...] certamente a opção e a ótica de autoexame não consistem em abolir artificialmente as conexões históricas da África com os outros continentes do Velho e do Novo Mundo. Mas tais conexões serão analisadas em termos de intercâmbios recíprocos e de influências multilaterais, nas quais as contribuições positivas da África para o desenvolvimento da humanidade não deixarão de aparecer.[...] É preciso aqui uma verdadeira revolução copernicana, que seja primeiramente semântica e que, sem negar as exigências da ciência universal, recupere toda a corrente histórica desse continente, em novos modelos (KI-ZERBO, 2010a, pp. LII-LIII)

---

<sup>29</sup> É importante afirmar que apesar de os pesquisadores africanos não compuserem maioria entre os participantes do projeto, houve um esforço para que as diretrizes deste plano fossem coordenadas principalmente por eles. Para garantir o funcionamento e organização da coleção foram estruturados dois órgãos permanentes, o Conselho Executivo e o Comitê Científico Internacional, sendo que os pesquisadores africanos comporiam obrigatoriamente sempre dois terços dos lugares. (BARBOSA: 2012, p.24)

Em sua análise da HGA, Muryatan Barbosa (2012) expõe que nesse método da perspectiva africana podem ser encontradas três abordagens distintas: o regionalismo, o difusionismo intra-africano e o sujeito africano. A interpretação do *regionalismo* se refere a uma análise de longa duração, centrada em âmbito local ou regional, em que os objetos principais para explicar a história de uma região particular são os ecossistemas locais, os desenvolvimentos e adequações técnicas e sociopolíticas das populações africanas. Esse internalismo regionalizado busca mostrar os fatores de adequação ecossistêmica dos povos sobre o seu meio de circulação como os elementos dominantes na explicação histórica.

O *difusionismo intra-africano* opta por destacar a difusão de elementos e dinâmicas internas ao continente para explicar a história da África. A ideia de movimento, sinergia(,) e troca nas explicações históricas é o que esta abordagem costuma focar, tendo como temas típicos os movimentos migratórios, redes econômicas e as influências culturais de alguns povos africanos sobre outros. Isto é, esta abordagem coloca a explicação histórica de que as dinâmicas fundamentais da história da África seriam derivadas da difusão de certos elementos considerados essenciais à evolução dos povos e sociedades dentro do próprio continente africano.

A explicação internalista por meio do *sujeito africano* visa destacar a ação política da forma mais ampla possível. Essa abordagem ganha destaque principalmente nos momentos históricos em que os fatores externos ao continente são estruturalmente dominantes e a atuação contestadora de determinados indivíduos ou grupos ganha destaque. Nesta visão, a luta faz o sujeito, pois é nos momentos, contextos e conjunturas que os africanos se encontram mais subjugados que essa abordagem ganha destaque e força na HGA<sup>30</sup>. A abordagem do sujeito

---

<sup>30</sup> Para tornar mais evidente a diferença entre essas três abordagens internalistas entre si e entre uma análise externalista, se utilizará o exemplo dado pelo próprio Barbosa (2012 p.50-52) para se fazer mais didático. Usando o caso da consolidação das cidades Haussa no século XIV, cada análise iria privilegiar um determinado prisma de abordagem. Uma explicação externalista defenderia que o surgimento e consolidação de tais cidades se deu graças a expansão econômica árabe-muçulmana no mediterrâneo, desde o séc. VII. Poderia ser defendido que o urbanismo e crescimento do comércio dessas cidades era um reflexo do dinamismo do comércio internacional controlado pelos árabes, ou que a imigração árabe na região teria trazido os elementos fundamentais, como uma religião universalista, uma cultura formal escrita, práticas comerciais mais desenvolvidas para o florescimento urbano local. Uma abordagem *regionalista* mostraria a consolidação de tais cidades como o ápice visível de uma história de longa duração. A evolução urbana seria principalmente explicada pela presença de um grupo étnico-populacional, desenvolvimento tecnológico, evolução da adequação sócio-ambiental das populações entre vários outros fatores que já estariam em curso há vários séculos nessas áreas no Sudão Central. O prisma do *difusionismo intra-africano*, também defenderia uma explicação internalista, mas por um motivo distinto, como a migração de certos grupos populacionais específicos, como os Wangara, para essa região à procura de novas oportunidades de comércio. Dessa forma eles teriam trazido para a região novas técnicas mercantis e uma vivência urbana mais desenvolvida típicas das sociedades africanas do Sudão Ocidental e do delta do rio Níger. O essencial para essa abordagem é que os pontos principais da explicação histórica relatada (religião, economia, cultura e etc) sejam de

africano se torna mais afirmativa na medida em que há uma necessidade de resistência a estruturas e fatores externos que condicionem a experiência dos africanos<sup>31</sup>. Neste sentido, a penetração imperialista no continente e a implementação e manutenção do regime colonial constituem os principais períodos de adoção dessa análise. Essa corrente permite analisar como a circularidades de ideias no interior do próprio continente africano e as novas dinâmicas que se instauravam dentro de suas sociedades auxiliaram para a construção do processo de libertação.

Esse ponto deve ser observado com cuidado. Segundo o editor do VIII volume da HGA e cientista político queniano, Ali Mazrui, conforme se intensificou o processo de globalização, os fatores internos e externos passaram a ser mais difíceis de ser divididos, devendo a história da África ser necessariamente posta em paralelo aos contextos globais que tomavam forma no mundo (MAZRUI, 2010). Neste caso, mesmo incorporando e destacando a preponderância que elementos externos, como o colonialismo, tem nas dinâmicas da história africana, a explicação internalista, como a do sujeito africano, se mantém ativa, na medida que destaca também os agentes internos nessa relação.

Dessa forma, a abordagem que destaca o sujeito africano segue tendo relevância mesmo em processos de codependência entre fatores externos e internos. Se há receio na adoção do termo “descolonização”, é porque houve uma grande circularidade de ideias que buscaram associar o processo de independências políticas como uma concessão ocidental. A agência, neste caso, estaria delegada aos próprios colonizadores. Assim como os impérios colonizaram, eles descolonizariam. A adoção de conceitos como “lutas de libertação nacional” ou “movimentos de independência” e até mesmo as ressignificações que o termo de descolonização passou, refletem a utilização de uma perspectiva que colocasse a agência interna dos movimentos africanos como preponderante na obtenção das autonomias políticas. O foco em intelectuais e líderes políticos, como Nkrumah, nessas conquistas permite a continuidade do destacamento de fatores internos na história africana.

Neste trabalho, a primazia pela abordagem do sujeito africano auxilia a visibilizar o protagonismo que os intelectuais tiveram nas resistências contra o colonialismo e o

---

caráter supra regional e com uma dinâmica histórica africana. E, por último, a explicação do *sujeito africano* mostraria o surgimento dessas cidades como um ato de resistência das populações locais contra o avanço das populações berberes muçulmanas no Sudão Ocidental, em busca de novos produtos, como cativos, ouro, animais selvagens, para comercializar com o mundo mediterrânico e árabe.

<sup>31</sup> A título de consulta, na abordagem de Barbosa, os capítulos que dão destaque ao conteúdo concernente ao sujeito africano são periodicizados da seguinte forma a) A experiência egípcio-faraônica (3.200 a. C. –332a. C36); b) A civilização berbere-magrebiana (146a. C37. –século XIV d. C.); c) As diásporas africanas (VII –XX); d) As resistências africanas contra o colonialismo e o neo-colonialismo europeu (XIX e XX).

neocolonialismo. A agência de Nkrumah, por meio da manifestação de seus enunciados, permite abordar como ele se relaciona tanto com o contexto interno quanto ao externo ao continente, sem perder a centralidade nas suas ideias.

A questão do sujeito africano é inclusive central dentro do pensamento do autor. Nessa época, além de interpretar sua realidade, ele tinha um projeto direcional do tempo bem declarado que objetivava o alcance de determinadas utopias para a África. Esse horizonte de expectativa ao qual a África deveria se direcionar implicava uma mobilização popular e apoio político. A noção de centralidade das resistências africanas e a luta dos africanos como promotoras das transformações no continente estavam relacionadas com a busca por mobilização das massas e persuasão em torno de seus projetos.

Porém, Nkrumah não travou a luta semântica e política pela libertação africana sozinho, nem foi o único a pensar nessas utopias para o continente. Havia uma notória coletividade dos temas levantados. Os intelectuais africanos constituíram a vanguarda dos principais movimentos de mobilização do continente e produziram conceitos para impor uma nova realidade social e política. Nomes como J. Nyerere (Tanzânia), G. al-Nasser (Egito), A. Sékou Touré (Guiné), B. Bella (Argélia), A. Cabral (Cabo Verde e Guiné Bissau), H. Selassié (Etiópia), P. Lumumba (Congo), J. Kenyatta (Quênia), E. Mondlane (Moçambique), F. Houphouët Boigny (Nigéria) produziram importantes formulações tanto políticas quanto intelectuais para seus países e para a África em geral, de forma que a circularidade de suas ideias demandam um estudo mais profundo sobre essa intelectualidade e as redes que eles participaram.

### 3.3 INTELLECTUAIS PERIFÉRICOS E REDES DE INTELLECTUAIS AFRICANOS

Para estudar os pensamentos ou as filosofias africanas é necessário primeiro refletir sobre o *que é* e *onde é* exatamente a África. Atualmente existe um certo consenso de que não existe “uma” África, mas várias, com suas diversas tribos, grupos linguísticos, países e culturas, e que tratá-la por um singular coletivo acaba suprimindo a enorme diversidade existente. Dessa forma, ela não deve ser tratada como um lugar monolítico e sem singularidades que diferencie suas diferentes configurações internas. Surge então uma questão: Qual a validade de pensar em uma filosofia *africana*?

Uma das principais razões para a persistência dessa categoria de *África* é dado ao preconceito que as mais diversas estruturas de pensamento e ciências africanas enfrentaram desde o iluminismo e, de maneira mais intensa, com o início da colonização. Em seu livro

Filosofia da História, Hegel nega ao continente capacidade intelectual, tratando-o como um país de infância em que o negro era o representante da natureza em seu estado mais selvagem. Não foi um determinado grupo étnico que foi considerado incapaz, não foram os Bantu, os Zulu ou Malgaxes, mas a África subsaariana como um todo. Os mais destacados filósofos do ocidente, como Hume, Kant, Voltaire e Tocqueville não teorizaram sobre a inferioridade e animalização de um recorte étnico ou geográfico específico da África, suas proposições abrangiam os *africanos*. É como contraponto às teorias racistas que reduzem a filosofia e a população africana que os intelectuais, filósofos e ativistas sociais e políticos da África se unem e orquestram esse movimento unitário de resistência.

A filosofia não ocorre em um vácuo temporal, mas sim em uma conjuntura específica. Nkrumah afirmava que “a filosofia sempre surgiu de um meio social e uma contenção social é sempre presente nela de forma explícita ou implícita. O meio social afeta o conteúdo da filosofia, e o conteúdo da filosofia visa afetar o meio social” (1970, p.56, tradução nossa). Para se abordar ideias que transitavam na cena africana no período de Nkrumah, deve-se levar em conta os autores de seus textos e também os seus contextos. A noção de redes intelectuais que colaboravam para a circulação de ideias e pontos de encontro entre essas mentes é uma abordagem que permite estabelecer conexões entre as principais correntes eidéticas levantadas no período e abordar as relações que elas tiveram com o pensamento africano anterior.

Uma autocrítica já costumeira na história intelectual é o seu caráter inerentemente elitista. Resgatar alguns intérpretes que foram importantes agentes da história de seu período e traçar a mundanidade presente em suas ideias e a materialidade das empresas verbais usadas para consubstanciar seus enunciados sobre o mundo que se impunha a eles tem todos os méritos e se provou um importante recurso historiográfico. Entretanto, à medida que esse resgate e estudo se vale principalmente dos livros, cartas, teses, textos e discursos desses autores, um sem número de outras vozes acabam se perdendo e deixando de ser analisadas. A longa tradição oral do continente africano delega um caráter intrinsecamente excludente aos seus depoentes que se comunicaram de maneira escrita, e, principalmente, na escrita da língua de seus colonizadores. Contudo, não alheio a este fato, o fortalecimento dessa nova classe social intelectualizada que foi a vanguarda dos movimentos de libertação sugere a necessidade desse tipo de estudo. Kwame Nkrumah não estava em um vácuo temporal e suas ideias não eram solitárias em sua conjuntura. Ele era parte de uma rede intelectual africana que se expressava com a linguagem ocidental e havia sido, em larga medida, aculturada nessas cosmovisões. Seus membros eram tributários de maneira expressiva das teorias do centro, porém também eram importantes

legatários de intelectuais africanos periféricos<sup>32</sup> que os precederam. Como será visto a seguir, termos que Nkrumah empregava para interpretar a África, já encontravam lugar nas linhas escritas por intelectuais africanos que o antecederam.

Essa sistematização de um pensamento africano não deve ser concebida como uma tentativa de traçar uma linearidade do pensamento intelectual da África até culminar em Nkrumah. Ela é abordada como formadora de importantes fios que compuseram a teia intelectual do autor, tendo esta absorvido diferentes influências desses autores e correntes de pensamento da África e sua diáspora. A linguagem que Nkrumah, seus pares e predecessores utilizavam para formular seus enunciados era a linguagem escrita e de roupagem ocidental. Há, nesse sentido, uma apologia para traçar o desenvolvimento do pensamento africano e as redes que o ganês compunha, a partir dos autores que forneceram relatos escritos.

O livro *O Pensamento Africano Subsaariano – Conexões e Paralelos com o Pensamento Latino-Americano e o Asiático (um Esquema)*, de Eduardo Devés-Valdés (2008) se torna valioso para isso ao alcançar uma esquematização do pensamento africano sul-saariano<sup>33</sup> através do prisma de múltiplas disciplinas e procedências geoculturais<sup>34</sup> e por discorrer sobre as redes intelectuais africanas do segundo terço do século XX. Em seu estudo, o autor chileno divide os intelectuais africanos em quatro períodos cronológicos. Para os fins dessa pesquisa, são abordados apenas os três primeiros, sendo o primeiro datado da segunda metade do século XIX, e os outros dois ocupando o primeiro e o segundo terço do século XX.

Devés-Valdés busca fugir da ótica que se limita a tratar o pensamento africano como centrado no crescimento e constituição do pan-africanismo, culminando nas independências, pois esse prisma de análise acaba excluindo assim diversos outros matizes. Para isso, ele elabora um esquema de pensamento teórico calcado em três tópicos relevantes: “tematizar as forças motrizes, formular os motivos mais importantes e avançar na elaboração de conceitos que permitam denominar cada espécie dentro da ampla diversidade eidética” (DEVÉS-VALDÉS, 2008 p.12). Dessa forma, deve-se evitar cair na lógica simples e teleológica de que todas as

---

<sup>32</sup>Para Déves-Valdés (2008), uma das prerrogativas do pensamento periférico é a disjuntiva “ser como o centro” versus “ser como nós mesmos”.

<sup>33</sup> Apesar de no próprio título do livro conter o termo subsaarianas, o autor prefere optar pelo neologismo sul-saariana pois crê que isso remove certo aspecto de inferioridade que está contido no termo anterior.

<sup>34</sup> Parte do esforço de seu trabalho é tentar mostrar ligações que ultrapassem as conexões já muito bem delineadas que dizem respeito às periferias com seus respectivos centros, para mostrar, ainda que incipientes, as ligações entre as periferias, suas influências mútuas, seus contextos próximos e nomes que circulavam entre ambas, além de tentar entender porque é tão difícil adensar redes que não tenham que passar pela outorga do centro.

teorias e pensamentos anteriores estavam germinando o pan-africanismo e dar espaço apenas as ideias que corroboravam com essa visão. Muitos autores foram invisibilizados,

Uns por serem brancos; outros, mulheres, asio-descendentes, islâmicos, não-nativos; outros ainda por serem muito maus; e todos por não serem “nacionalistas pan-africanos”. Mas o espaço intelectual na África Sul-Saariana é maior que a constituição do pan-africanismo e do “nacionalismo” (insisto nas aspas). A ideologia não se ocupa dos bons, mas sim das ideias geradas por bons, maus e medianos, que são a maioria. (DEVÉS-VALDÉS, 2008:17)

Para Devés-Valdés os intelectuais periféricos na África sul-saariana começam a surgir na segunda metade do século XIX, majoritariamente na costa ocidental de influência britânica e francesa e de maneira mais incipiente nas regiões que tinham interação com Portugal e na atual África do Sul. Não coincidentemente os primeiros intelectuais abordados remontam a esses locais nesse período. Isso ocorre, pois como já citado, a força motriz do pensamento periférico é a disjuntiva: ser como o centro, ou ser como nós mesmos; e à medida que a penetração imperialista e a população branca passaram a ser mais presentes nessas regiões, essa formatação de intelectual começou a aflorar. Enquanto este é um pensamento que tem uma alta taxa de conversação com o centro, o pensamento anterior ao fortalecimento da colonização no continente desconhecia a cosmovisão do centro ou, ao menos, não a tinha como um referencial obrigatório. Dessa forma esse pensamento não podia ser caracterizado como *periférico*, uma vez que era mais autóctone e não delegava tanta importância ao centro, pensando por suas próprias teorias, experiências e mundivisões.

Cabe aqui fazer uma importante ressalva para que esse conhecimento anterior não seja levemente chamado de conhecimento tradicional. Uma razão importante é a da questão semântica do uso da palavra tradicional ser costumeiramente utilizada como oposição ao moderno, sendo uma forma revisitada e eufêmica de as teorias eurocentristas oporem o primitivo do civilizado (CREARY, 2012 p. 2). Além disso, podemos destacar o esforço de Paulin Hountondji (2012, p. 13-29) para ressignificar os conhecimentos locais, práticos e provindos de estruturas de pensamento antigas que foram criadas e reproduzidas por africanos, das tecnologias e sistemas de pensamento transmitidos através das gerações, fora da lógica do escrito e de princípios que se poderiam chamar “lógicos”, “racionais” ou “modernos” (MACEDO, 2016 p.285). Hountondji se afasta da busca etnocêntrica que está preocupada em encontrar o que de ímpar e genuíno determinada cultura possui, com isso evitando a denominação de “saberes tradicionais” pois esta definição está cercada de uma carga petrificante e etnizante/racializante. Ao contrário disso, o filósofo beninense opta por valorizar



a criação local manifestada na ideia maior de endogenia ou autoctonia. Essa definição de *saber* abarca não somente o significado *stricto sensu* de conjunto de conhecimentos, mas também de “saber-fazer as normas que presidem a ação das pessoas no mundo e os diferentes modos de sua transmissão.”(MACEDO, 2016 p.285).

Devido às dificuldades de comunicabilidade no interior deste vasto continente, esses intelectuais situados entre 1850 e 1900 emergentes de diferentes regiões da África não tinham um diálogo ou conhecimento das outras formulações que estavam sendo lançadas. Neste período era difícil pensar em uma rede intelectual continental, sendo estas mais limitadas a microrregiões, como o exemplo da costa oeste, que foi mais profícua e será a tratada aqui, dada sua influência em Nkrumah.

O principal tema, ou o mais compartilhado por esses pensadores africanos, era o da civilização. Nesse meio, importantes nomes como Pierre-David Boilat, Samuel Crowther, James Africanus Horton, Edward Wilmot Blyden, o mais célebre dos pensadores africanos por muito tempo<sup>35</sup>, e Alexander Crummell se fizeram notórios para representar esse ânimo intelectual africano em relação à civilização. Nesse ponto cabe uma observação importante para se trabalhar com a questão afrodiaspórica. Neste período, assim como os outros que o seguirão, se incorpora ao pensamento intelectual africano elaborações feitas por membros do atlântico negro, dilatando a África para além da continental, mas também a África da diáspora. Crummell e Blyden exemplificam essa relação, sendo provenientes dos Estados Unidos e Caribe<sup>36</sup>, respectivamente, ambos fixando residência na Libéria.

A maioria desses pensadores se tornara letrada por meio das investidas missionárias, recebendo uma educação aos moldes ocidentais, quando não no próprio ocidente, e se aculturando à cosmologia liberal cristão burguesa. Há uma visível ruptura entre os intelectuais e o seu povo, na medida que eles se distanciavam da quase totalidade iletrada e se expressavam em idioma e linguagem, isto é, religião, cosmovisão, ontologias e conceitos, exógenos. Urbana, cristã e letrada, essa intelectualidade se divorciava do antigo pensamento endogênico. Dessa maneira, os relatos escritos por africanos que se tem desse período são majoritariamente de

---

<sup>35</sup> “Sem dúvida, a maior figura do pensamento sul-saariano do século XIX, e até o surgimento de K. Nkrumah, é Edward Wilmot Blyden. Trata-se de uma figura de porte mundial, que merece ocupar a primeira fila entre os que pensam nos marcos das categorias periféricas, junto a Y. Fukusawa, M. Unamuno, A. Herzen, D. F. Sarmiento, J. Martí, M. Abduh e outros poucos.” (DEVES-VALDES, 2008:49)

<sup>36</sup>O Caribe Negro fornece uma experiência interessante para se estudar essa rede de pensamento africano. Tendo em conta a limitada extensão territorial e populacional do caribe é curiosa a forte influência que os seus intelectuais exerceram no pensamento africano. Blyden fora o primeiro a figurar nessa lista que conta com outros nomes de tamanha grandeza como Frantz Fanon, Marcus Garvey, Walter Rodney, Aimé Césaire, George Padmore, C. L. R. James e Stokely Carmichael.

pensadores eclesiásticos, a exemplo de Crowther, Boilat e Crummell, que viam a civilização e a cristianização como sinônimos, enxergavam a sociedade africana como degenerada, e acreditavam em uma necessidade de civilizar/evangelizar o resto do continente. “Evangelizar é civilizar, evangelizar é regenerar, regenerar é civilizar” (DEVES-VALDES, 2008:26).

Esses primeiros intelectuais se concebiam como cristãos, como *outros* em relação aos povos africanos, sendo sua alteridade manifesta igualmente no apreço dos valores culturais europeus ou estadunidenses. Parte deles, como Crowther e Horton, falam como participantes do centro e para uma plateia do centro, não tendo como destinatários seus conterrâneos. Outra parte entretanto, como Boilat, tem o público-alvo representado no leitor africano ou na África.

Houve também o surgimento de uma posição identitária que buscava refrear os avanços da cultura colonial idealizando uma *reafricanização* do continente. A noção de regeneração africana perdia então seu caráter do duplo processo de civilizar/cristianizar, para transformar-se em resgate da cultura autóctone. Para esses identitários, tendo Blyden como principal representante, a África estava sim degenerada, mas era por conta da adoção dos padrões ocidentais exógenos. A partir de uma reivindicação cultural, a tarefa deveria ser paulatinamente reafricanizar o continente. Tarefa essa que se dava com o retorno de línguas autóctones africanas, a substituição de nomes europeus, ou o acréscimo de nomes africanos, reformas nos vestuários entre outras atitudes que os marcassem como africanos.

Nessa corrente Edward Blyden, por meio de princípios raciais, culturais e históricos, fornece um dos conceitos que mais se consolidaria ao longo das gerações de pensamento africano: sua noção de *personalidade africana*. Para Blyden, cada raça foi criada com a função de realizar contribuições específicas à humanidade gerando uma civilização universal. Desta forma, as imitações do modo de vida, valores e tradições europeias impediriam que os africanos alcançassem suas próprias conquistas para coadjuvar essa sociedade global. O autor temia a alienação que os africanos educados à moda ocidental teriam de seus costumes, pois esses signos culturais não emanariam pela raça, necessitando que o africano sempre esteja em comunicação com o seu povo e que haja instituições, como as escolares, que reflitam essa cultura aborígene e não a ocidental (DEVES-VALDES, 2008 p.35-42).

Outra importante característica dessa *personalidade* seria a base familiar e *comunitarista* que estava no cerne da sociedade africana. Em seu livro *Vida e Costumes Africanos*, publicado originalmente em 1908, Blyden (1994) descreve o compartilhamento da propriedade, de acesso a todos, e o caráter “comunitarista ou cooperativo” da vida social, em que “todos trabalham para um e um trabalha para todos”. Essas formulações subsidiarão as teorias da ancestralidade que o socialismo tem no continente africano, incorporadas por

Léopold Senghor, Julius Nyerere, Sekou Touré e desenvolvidas no conscientismo de Nkrumah.

Outra de suas formulações que pode ser encontrada na raiz do pensamento de Nkrumah e demais líderes nacionalistas é sua proposta para criação de um Estado-Nação negro na África Ocidental. Blyden propunha a criação de uma federação de maioria anglófona, que resultaria na expansão da Libéria e possessões britânicas e contaria com a cooperação do islamismo e cristianismo. Este Estado negro contaria com a participação de libertos dos Estados Unidos e do Caribe para colonizar essas regiões e ocupar os postos que eram até então ocupados por brancos. Sendo o continente africano um lugar natural dos negros, era necessário haver um Estado negro em que se pudesse recuperar e afirmar a história e cultura desta raça (DEVES-VALDES, 2008 p.45).

Sua ideia de União da África Ocidental, foi uma das pioneiras do macronacionalismo carregado por diversos independentistas e sua ideologia Pan-Negra, foi, sem dúvida nenhuma, uma importante progenitora do Pan-Africanismo que tomaria forma a partir de 1900 com Henry Sylvester-Williams e teve em Nkrumah seu principal expoente. Tamanha sua influência nos intelectuais, principalmente os da costa oeste anglófona, que carregavam a bandeira de um nacionalismo africano, que Nkrumah e Azikiwe expunham o seu retrato em seus palácios presidenciais (LYNCH, 1967 p.249-250).

No primeiro terço do século XX, o pensamento gerado é menos elaborado, atraente e mais pragmático que o das outras épocas. A divisão da África e o avanço da colonização, aliados aos argumentos de tutela e inferioridade proliferados entre os europeus refreavam as possibilidades desses intelectuais. Trata-se de uma fase transicional, rompendo com parte do pensamento do século XIX e anunciando ou indicando o que ocorreria durante o séc. XX. A centralidade em torno da civilização-cristianização é deslocada para uma associação da civilização com a proliferação da educação e de direitos civis e políticos. Essa transformação no foco dos problemas levantados estava relacionada com a mudança dos locais de fala dos mais proeminentes pensadores do período. Não eram mais os clérigos ou pastores os formuladores das teorias e sim advogados, publicitários, escritores de jornais e agitadores sociopolíticos. O fortalecimento de uma intelectualidade negra nas capitais metropolitanas permitiu um maior contato desses pensadores entre si, debatendo ideias como nacionalismo, socialismo, colonialismo e racismo, que seriam aprofundadas no período posterior e permitiriam a retirada do esteio clerical nas teorias africanas.

Manteve-se o movimento de recuperação das expressões culturais iniciado décadas antes e se prezou por provar que as culturas africanas são civilizações e não expressões da barbárie. O intelectual da Costa do Ouro, J. E. Casely Hayford foi um dos principais intelectuais

neste meio e trabalhou de forma pioneira sobre o pensamento *africano*. Um dos principais responsáveis por propagar as ideias de Blyden, Hayford também buscava pensar na raça africana, seus costumes e cultura como potencializadores de uma regeneração do negro. Associado ao ímpeto da necessidade de existir um espaço de resgate e propagação da cultura da raça negra, Hayford juntamente a Akiwande Savage criaram o Congresso Nacional da África Ocidental Britânica (do original *National Congress of British West Africa* - NCBWA), projeto político que buscava a criação de um Estado federado que abarcaria as possessões britânicas da Gâmbia, Serra Leoa, Costa do Ouro e Nigéria. A sessão inaugural dessa iniciativa data do ano de 1920 em Acra, o que atesta que o pensamento integrativo de Nkrumah se encontrava dentro de uma forte tradição intelectual da costa oeste africana (HAYFORD, 1905; DEVES-VALDES, 2008; RALSTON, 2010).

Apesar dos elementos constitutivos do Pan-africanismo terem sido inseridos no imaginário intelectual negro transatlântico ainda no século XIX com Blyden, é em 1900 que ele ganha essa nomenclatura, com a primeira conferência Pan-africana organizada em Londres pelo advogado negro de Trindade e Tobago, Sylvester Williams. Nela se buscou o florescimento de uma consciência e solidariedade pan-negra e se protestou contra a corrupção dos valores culturais africanos que a Europa estava gerando com suas possessões no continente. Neste primeiro período, o Pan-africanismo poderia ser definido como um

Movimento político e cultural que considera a África, os africanos e os descendentes de africanos de além-fronteiras como um único conjunto, e cujo objetivo consiste em regenerar e unificar a África, assim como incentivar um sentimento de solidariedade entre as populações do mundo africano. (ESEDEBE, 1980:14).

Outra importante fonte de inspiração para a filosofia Pan-africana foram as iniciativas relacionadas à propagação da educação, especialmente uma educação técnica, como a proposta por Booker T. Washington. Washington foi um educador estadunidense nascido como escravo poucos anos antes da abolição em seu país. Em sua vida adulta, o intelectual passou a combater não somente as consequências da escravidão jurídica, mas também a escravidão da ignorância e da falta de confiança em si mesmos (WASHINGTON, 1891). Essa emancipação foi buscada por ele com a criação do Instituto Tuskegee, destacada instituição para o ensino de negros que serviu como modelo para diversas comunidades na África<sup>37</sup> e nas Antilhas. Em que pese não

---

<sup>37</sup>Na África diversas instituições de ensino foram batizadas como Tuskegee, Washigton ou foram influenciadas pelo seu instituto. Diversos entusiastas da educação na África foram tributários de seu pensamento, sendo talvez o principal o reverendo sul-africano John Dube, que se tornaria o primeiro presidente geral do Congresso Nacional Africano (do original *African National Congress* - ANC). Aqui cabe destacar a declarada influência que ele teve

defendesse uma quebra do *establishment* e do sistema de segregação estadunidense, Washington, por meio de seu instituto, prezava por uma educação técnica aos negros que os possibilitasse uma melhora na sua condição na sociedade e o domínio de ofícios que garantisse a dignidade e autodeterminação econômica.

Em 1920 ocorre uma ruptura de vez no pensamento africano. Os impactos da Primeira Guerra Mundial, sendo o principal deles um alto fluxo de africanos indo morar e se educar nas metrópoles coloniais, a Revolução Russa e a maior difusão dos ideais socialistas e anti-imperialistas incentivaram a proliferação de grupos jovens, seu aprofundamento intelectual e a estruturação de grupos ativos de atuação na sociedade civil. Como consequência para a África, vemos o surgimento de um pan-africanismo de segunda geração, marcado pela realização dos congressos Pan-africanos, entre 1919 e 1927, nas principais cidades europeias e em Nova Iorque, sob a tutela de W.E.B. Du Bois, e pela propagação das ideias do jamaicano Marcus Garvey materializadas na criação da Associação Universal para o Progresso Negro (do original *Universal Negro Improvement Association* - UNIA).

Por mais que o Pan-africanismo tivesse muitas fontes e caminhos, com a promoção dos Congressos de Du Bois, houve uma eminente centralidade na sua formatação. Agraciado costumeiramente com o título de pai do Pan-africanismo, Du Bois foi um importante teórico e ativista estadunidense em prol dos direitos civis, políticos e sociais dos negros em todo o mundo, redator-chefe da revista *The Crisis* e fundador da Associação para o Progresso das Pessoas de Cor (do original *National Association for the Advancement of Colored People* - NAACP). Inicialmente seguidor de Washington, rompe com o autor por considerar que as ideias dele não transgrediam a condição estrutural de desigualdade dos negros e a ênfase nas escolas técnicas alijava essa população das universidades e do exercício de formular proposições críticas à sua realidade. Em seu principal livro, *A Alma do Povo Negro*, publicado em 1903, Du Bois reserva um capítulo somente para dialogar com a teoria de Washington:

É possível, e provável, que nove milhões de homens possam alcançar efetivo progresso econômico se estão destituídos de direitos políticos, transformados numa casta servil, e autorizados, apenas, a mais inexpressiva oportunidade de desenvolver seus homens excepcionais? Se história e razão oferecem qualquer resposta dará a essas questões, é um enfático Não. (DU BOIS, 1998 p.77)

O movimento negrista de Garvey intencionava a promoção de uma solidariedade entre os descendentes africanos de todas as partes e pautava a necessidade dos negros se

---

em J. A. Aggrey, importante nome na fundação do *Achimota School*.

diferenciarem dos brancos, possuindo suas próprias instituições e sociedade controladas por seus próprios critérios. O movimento de migração negro de retorno à África encontra suas raízes ainda no século XIX, tendo como seu principal foco a colonização da Libéria. Essa corrente encontrou defensores ardis principalmente entre teólogos, como Henry Turner, Boilat, Crowther e Crummell que buscavam a cristianização dos negros africanos por meio da evangelização de negros estadunidenses, por esses já serem civilizados na tradição ocidental. Porém, foram as ideias de Garvey que tiveram um enorme impacto em todo o Atlântico Negro, centraram essa discussão no século XX e promoveram uma forte organização e endosso negro a esse retorno. Tendo um Pan-africanismo de caráter mais messiânico pautado no retorno a terra sagrada, a UNIA tinha como lema “Um Deus! Uma aspiração! Um destino!” e criou uma série de empresas negras para financiar esse movimento de retorno, como a Black Star Line, companhia de navegação que seria responsável pelo transporte de bens e inclusive de negros desejosos de migrar.

A intelectualidade africana que, crescentemente, começava a se instalar nas metrópoles ocidentais pôde se organizar e traçar objetivos comuns. Nessa época era mais fácil pensadores africanos de regiões geograficamente distantes na África entrarem em contato na Europa do que em seu próprio continente. Através desses congressos foram criados “lugares de encontro” que possibilitaram realizar uma sinergia de pensamentos oriundos dos diferentes países da África, elaborando proposições que pensassem o continente como um todo. Esses movimentos contribuíram para a difusão dos ideais pan-africanos e negristas, criando redes de intelectuais e entre políticos, ativistas e líderes sociais. A existência desta intelectualidade africana fora da África possibilitou dois processos que dependiam de uma questão de perspectiva: a distância de seu país de origem e a relação com africanos de outros países, os permitiu ver o continente como um todo e os concedeu a possibilidade de conhecer outras regiões e se relacionar com intelectuais de outras partes da periferia. “Sobre todo o continente, sem que uma palavra sequer tenha sido trocada de indivíduo a outro ou de país a outro, os africanos olhavam a Europa, observavam-se uns aos outros e sabiam que, face ao europeu, eles eram apenas um” (NYERERE, 1960, p. 149).

Em que pese houvesse uma oposição e distanciamentos marcados entre Garvey e Du Bois, suas ideias convergiram em diferentes lugares e foram articuladas em larga medida por intérpretes negros que os sucederam. São nos ambientes fortalecidos pela difusão desses congressos e ideias que nas décadas seguintes as formulações nacionalistas, Pan-africanistas, da negritude, do socialismo africano e independentistas ganharam uma densidade prática e teórica.

Devés-Valdés (2008 p.100) caracteriza o segundo terço do século XX como a melhor época do pensamento africano, “A melhor em termos de criatividade, de grandes figuras, de impacto ou projeção para além da região. Isso certamente tem a ver com o aumento do otimismo e da autoconfiança dos próprios africanos”. Este misto de otimismo e ingenuidade estava impregnado na maioria dos teóricos e pensadores do período, condicionando suas propostas a uma grandiosidade que contrasta com as de épocas anteriores e seguintes. Léopold Senghor, Jomo Kenyatta, Cheikh A. Diop, Kwame Nkrumah, Nelson Mandela, Sekou Touré, Julius Nyerere e Amílcar Cabral são os principais nomes que trazem um grande vigor e brilhantismo ao pensamento periférico do período.

Devés-Valdés traça as que ele considera como seis principais redes intelectuais do período, suas conexões e confluências. A primeira e mais importante até 1960 é a Costa estadunidense e caribe que contava com a circularidade de Du Bois, Alain Locke, C. L. R. James, T. Makonen, L. Hughes, Nnamdi Azikiwe, Kwame Nkrumah, Léopold Senghor, George Padmore, Aimé Césaire e foi onde principalmente se pensou as ideias de negritude, pan-africanismo de terceira geração e socialismo africano.

A segunda rede se situava na costa ocidental africana, sendo os países mais vivazes Nigéria, Senegal, Serra Leoa, Libéria e Gana. Esses países mudaram completamente seus panoramas intelectuais e políticos com o retorno de seus ilustres filhos, Azikiwe, Nkrumah e Senghor nos anos 40 e suas influências na mobilização social no seio de suas sociedades. Quando esses intelectuais, conjugando seus esforços de ativistas políticos, participam das independências de seus países e se convertem em chefes de Estado, essas redes passam a ser ainda mais importantes na produção intelectual africana e atrativas para negros da diáspora.

A terceira rede fora a francesa, em que senegaleses (Senghor), caribenhos (Césaire, L. Damas, J. Roumain), marfinenses, malgaxes e pessoas de outras procedências inauguram, teorizam e potencializam os ideais de negritude. A quarta remontava a Grã-Bretanha, que depois da Segunda Guerra Mundial, superam as atividades de Paris ao realizar o Congresso Pan-Africano de 1945, em Manchester. Londres tinha uma vantagem em relação a Paris, pois a anglofonia permitia uma facilidade de comunicação com articuladores estadunidenses, caribenhos e da África sob possessão colonial inglesa, peças-chave no período. Após o congresso, em um intervalo de tempo, esse ambiente contou com a presença de Du Bois, Padmore, C. L. R. James, Nkrumah, Azikiwe e J. Kenyatta, ao que Devés-Valdés (2008:104) declara “Não há outra rede na qual pessoas tão influentes para seus países e com uma produção tão importante tenham se articulado como intelectuais e como políticos”.

As duas últimas redes são a da África do Sul que contava com uma grande pluralidade

de ideias por conta de suas imigrações indianas, judaicas, asiáticas, de missionários negros e brancos, porém marcada pelo *apartheid*; e a de Portugal, que manifestou o dialogo de pensadores como Agostinho Neto, Amílcar Cabral, Viriato da Cruz, Mario de Andrade, Marcelino dos Santos e Francisco Tenreiro entre si e com ideias de outras redes como o pan-africanismo, a negritude o renascimento do Harlem e sobretudo a literatura brasileira.

Uma diferença importante com as redes intelectuais africanas de épocas anteriores e posteriores é que as principais, entre 1920 e 1960, funcionam fora da África. Como observado nos períodos anteriores, e intensificado neste interstício, há uma preponderância da rede da costa leste estadunidense e caribenha na formulação de pensamento da intelectualidade africana. Esses intelectuais usavam como alicerce centenas e centenas de organizações da sociedade civil iniciadas por africanos da diáspora em quantidade muito superior a encontrada em outras regiões. Essa centralidade do pensar intelectual africano só retorna às fronteiras continentais, de maneira embrionária, a partir de 1957 com a independência de Gana, e em maior volume a contar nos anos de 1960 com a explosão de independências africanas, o estímulo a criação e desenvolvimento de universidades nesses Estados, a criação de associações como a Organização da União Africana (OUA) em 1963 e o Conselho para o Desenvolvimento da Pesquisa em Ciências Sociais na África (do original Council for the Development of Social Science Research in Africa - CODESRIA) em 1973, e o apoio da UNESCO e outras organizações internacionais.

Essas importantes congregações de intelectuais africanos, ao longo do século XIX e XX, buscaram pensar o que era o *ser* africano, o *ser* negro, e quais caminhos trilhar para uma emancipação negral holística. Por muitas vezes seus discursos dialogaram com formulações hegemônicas que alienavam as potencialidades negras, revelando a batalha semântica que esses autores travavam com as vozes do centro. Incorporando elementos de Reinhart Koselleck (2006 p.101-103), podemos perceber por meio dos enunciados dessa intelectualidade como a luta por conceitos “adequados” ganham uma relevância social e política. Conforme se fortaleciam os meios de luta, se tornava mais forte também a inventividade dos conceitos e teorias formulados. Esses intérpretes africanos encabeçaram movimentos de ressignificação de termos, tal qual a criação de neologismo, o que denotou uma ampla transformação no campo de experiência política e social, de forma a definir novos horizontes de expectativas.

Koselleck (2006, p.106-107), buscando auxiliar no estudo da história dos conceitos, organiza os conceitos políticos e sociais em três grupos: aqueles conceitos tradicionais, cujos significados lexicais sofreram poucas alterações; os que se alteraram de maneira tão drástica que mesmo com uma similaridade na constituição linguística são difíceis de comparar, podendo



ser recuperados historicamente; e por último, os neologismos, palavras novas que buscam registrar, ou mesmo provocar, um ineditismo de situações sociais ou políticas.

Quando Blyden lança o conceito de personalidade africana, ainda no século XIX, estava preocupado em romper com o pensamento de inferioridade e degeneração africana corrente no período. O autor buscava promover uma nova prática social e política para o continente em que houvesse uma maior recuperação de costumes e signos autóctones africanos, indo na contramão de quem almejava a aculturação destes na tradição cristã europeia. Esta arena de disputa não se esgotou em seu período e foi adentrada por outros intelectuais que o sucederam.

A intelectualidade africana de matriz francófona incorpora a materialidade deste conceito e traz mais um neologismo para buscar a transformação político-sócio-cultural que eles almejavam: o conceito de negritude. Este movimento da *Négritude*<sup>38</sup> trazia um alto sentimento de valorização no negro, que, assim como Blyden, considerava esta raça diferente da branca europeia, mas detentora de atributos únicos que permitiriam uma adição de valores deficientes na sociedade ocidental. Desenvolvida a partir da premissa “a razão é helênica e a emoção é africana”, esses autores estavam desejosos de criar uma civilização universal em que o negro tivesse um lugar de destaque. Propondo uma exaltação romântica dos tempos gloriosos da África, que teve um grande apelo entre os intelectuais da diáspora que lidavam com a dor deste exílio ancestral, eles reivindicavam a primazia dos sentimentos, das obras simples e das virtudes interioranas em contraposição às grandiosas realizações ocidentais (MAZRUI, AJAYI, 2010).

Aqueles que não inventaram nem a pólvora e nem a bússola/ Aqueles que jamais souberam dominar o vapor e tampouco a eletricidade[...]/Minha negritude não é nem uma torre e nem uma catedral/Ela mergulha na carne vermelha do solo. (CÉSAIRE, 2012 p. 63-65)

As batalhas semânticas que visam definir, manter ou impor posições políticas e sociais em razão da definição de determinados conceitos está presente em todos os períodos de crises estruturais (KOSELLECK, 2006). Na crescente crise do processo de legitimação colonial que esse período deflagrou, os intérpretes da colonização e da libertação tentavam lançar determinados conceitos, ressignificar ou apagar outros. Após a Segunda Guerra, o termo “colonial” passou a carregar uma conotação pejorativa. No contexto lusófono, o termo passou

---

<sup>38</sup>Aqui optou-se por escrever *Négritude* dessa forma para "marcar a diferença entre o nome do movimento, substantivo próprio, escrito em francês, pensado como o conjunto de diferentes perspectivas cuja unidade é proclamada pelas classificações historiográficas citadas; e os elementos que são ditados pelos pensadores em questão como constituintes de um caráter específico do homem, da cultura e da civilização negros, substantivo comum, escrito em português e em letras minúsculas" (REIS, 2014 p.10).

a deixar de ser utilizado pelos dirigentes portugueses e foi incorporado pelos intelectuais africanos com a coloração de denúncia. Para os colonizadores lusitanos, seus territórios na África não eram suas possessões coloniais, mas províncias de sua unidade territorial ultramarina. Estes lançaram conceitos de harmonização racial e da existência de uma unidade lusotropical<sup>39</sup>, para permitir a manutenção do colonialismo nestas regiões. Porém, nas décadas de 1960 e 1970, o mito da harmonia entre africanos e portugueses teve sua morte trágica afogada no sangue dos envolvidos no processo de libertação (VILLEN, 2013).

O neologismo do Pan-africanismo também marcou essas fortes transformações que os intelectuais africanos buscavam materializar. Sua cronologia proposta por Valdés destaca como o conceito se reconfigurou conforme as lutas africanas iam mudando e incorporando outros elementos e reivindicações; teve uma alta circularidade e absorção da produção de diversas das redes intelectuais africanas. Enquanto o Pan-africanismo de primeira geração é aquele delineado por Williams, se centrando na unidade e na defesa dos negros ao redor do mundo contra as formas de abuso e exploração; a segunda geração corresponde a desenvolvida por Du Bois e sua articulação pelo desejo de igualdade de direitos civis, sociais e políticos; a terceira geração busca complementar as anteriores e também beber das ideias garveístas para centrar seus esforços na projeção de uma África autônoma e livre da dominação colonial. Os principais responsáveis por levantar essa bandeira foram George Padmore e Kwame Nkrumah, culminando com a organização destes do IV Congresso Pan-Africano de 1945.

No pós-45 até os anos 1960 este conceito manifestou seu predomínio na busca de libertação total do continente. Se a decorrência do colonialismo gerou um processo de racialização e inferiorização negra em que todos foram tratados como um grupo monolítico, tratados como *africanos*, esse conceito identitário se ressignifica para se tornar um veículo para emancipação. O léxico do *africano* se modifica pelos agentes intelectuais do período na disputa por aspectos de valoração positiva na arena semântica desse conceito. Das correntes, fizeram armas.

Com as conquistas das soberanias, devido à continuidade de Nkrumah na condução deste conceito, houve a adição de novos elementos para compor a centralidade do pensamento e os objetivos do Pan-africanismo, momento que Valdés cataloga como um Pan-africanismo de quarta geração. Mesmo antes da independência de Gana, Nkrumah já buscava dilatar os significados presentes dentro do Pan-africanismo. A independência de Gana seria insignificante

---

<sup>39</sup> Há uma larga incorporação das teorias de Gilberto Freyre na ideologia de sustentação do colonialismo português (VILLEN, 2013).

se não viesse acompanhada da independência dos demais territórios africanos. E essas independências, por conta do neocolonialismo, só seriam asseguradas por meio de uma integração total do continente e da adoção de um caminho de centralização política e econômica concebido no socialismo. Esses conceitos de Nkrumah serão detalhadamente apresentados no capítulo seguinte, mas cabe aqui ressaltar a importância das conexões que ele apresentou com o pensamento africano do período e o que o precedeu.

Neste momento, ademais de ser uma corrente pan-negra, ela se convertia de fato em Pan-africana. Há uma limitação em trabalhar somente com os aspectos elaborados ao sul do Saara ou da diáspora, para compor esse pensamento. O norte da África também fora colonizado e sua população considerada como hierarquicamente inferior. Ainda que a intelectualidade dessa região fosse mais voltada para a circularidade de ideias com a rede Pan-arábica, havia uma grande confluência temática e compartilhamento de problemas com o restante da África.

Um dos principais aspectos provenientes dessa África árabe que impactava nos pares negros eram os contornos que a Guerra de Libertação Argelina estava ganhando. Esses ares revolucionários do país impactavam no restante do continente, quer fosse como exemplo da necessidade de formação de guerrilhas armadas, ou no repúdio às vias mais violentas. Entre esses dois polos, Nkrumah se situou teorizando sobre a importância da União política que contaria com um exército integrado entre os países africanos que pudesse fazer frente às forças coloniais para reivindicar e garantir a independência. Seja como fosse, a experiência argelina demonstrava, e Angola, Moçambique e Guiné-Bissau viriam a ratificar depois, para o resto da África, que os territórios considerados como valiosos para o império não se libertariam apenas através de palavras ou pressões políticas.

De maneira alguma essas formas de mobilização deveriam ser desconsideradas, houve inclusive uma grande proliferação de intelectuais que articularam intensas campanhas políticas, dos dois lados do Mediterrâneo, pela independência Argelina. A arena de luta semântica em prol da libertação articulava diversos intelectuais, principalmente francófonos, que carregavam a bandeira anticolonial e transitavam na rede intelectual africana da França. Franceses como Jean-Paul Sartre e Jacques Vergès, *Pieds-noirs*<sup>40</sup>, como Albert Memmi, e caribenhos, Fanon e Césaire, forneceram importantes bagagens para auxiliar neste processo de luta epistemológica contra o pensamento colonial. Porém, nos locais que as potências imperiais consideravam como anexos aos seus territórios, as canetas e os palanques não bastaram para se obter a independência.

---

<sup>40</sup>Termo designado para tratar de franceses ou descendentes que viviam no norte da África.

A Frente de Libertação Nacional argelina, mais destacado ator da luta por independência do país, foi convidada para diversos encontros de Estados independentes africanos e recebida abertamente por Nkrumah, ainda que nesse período ele não fosse tão entusiasta da luta armada.

Outro elemento árabe de importante circularidade no Pan-africanismo é a liderança e protagonismo do intelectual e chefe de Estado egípcio Gamāl ‘Abd al-Nasser. Nasser considerava o Egito inscrito em três círculos concêntricos, um referente ao mundo Árabe, outro ao mundo muçulmano e outro ao africano. A nacionalização do Canal de Suez, em 1956, contribuiu para projetar uma fama de radical ao líder. O que por um lado foi mal interpretado pelas potências ocidentais, do outro foi concebido como uma vitória frente ao imperialismo na África, que daria respaldo nas futuras reivindicações por soberania de seus próprios recursos naturais (KODJO; CHANAIWA, 2010).

Influenciado por um pensamento pan-arabista, lidera a criação da República Árabe Unida em 1958, em que participaram o Egito, Síria e, no ano seguinte, a faixa de Gaza. Por mais que a União tenha perdurado apenas até 1961, a iniciativa integrativa chamou a atenção dos intelectuais pan-africanos. Para Nasser, os egípcios não poderiam ser apáticos com o imperialismo que consumia a parte astral do continente, fator que o aproximou das correntes que buscavam uma integração africana.

As ideias de criação de um Estado ou Federações integradas, que abarcasse diferentes territórios e grupos populacionais negros já estava presente nas correntes africanas anteriores, mas foi a grafia de Nkrumah pela necessidade de uma União que melhor escreveu esse anseio dentro do conceito do pan-africanismo e no pensamento africano. Esta conotação integrativa do pan-africanismo de Nkrumah fora a que ele destacou na maior parte de seus livros, discursos, teorias e criatividade. Muito embora a União jamais tenha sido conquistada, carecendo do sucesso material da fase independentista, diversas instituições de caráter continental foram largamente influenciadas por seu pensamento, cabendo destacar aqui a OUA, e esta bandeira parece seguir tatuada no pensar africano, sendo ainda no século XXI empunhada por intelectuais e políticos<sup>41</sup>.

### 3.4 O *OSAGYEFO* DE GANA

Kwame Nkrumah, nasceu em 1909, na pequena vila de Nkroful, localizada no sudoeste

---

<sup>41</sup> Henry Kam Kah (2016) destaca o trânsito que o pan-africanismo de Nkrumah teve na África, apresentando suas principais aceitações e rejeições. Para ele, um dos principais políticos que, ainda na virada do século, mantinham vivo o discurso de uma unidade política fora Muamar Qaddafi, Chefe de Estado da Líbia.

da então Costa do Ouro. Tendo frequentado um dos mais tradicionais colégios de seu país, *Achiomota School*, o ganês foi exposto desde pequeno aos pensamentos de intelectuais da diáspora africana como Du Bois e Marcus Garvey. Tal qual outros jovens africanos que de destacavam nos estudos ou proviam de famílias abastadas, Nkrumah complementou sua educação formal em universidades no Ocidente<sup>42</sup>.

Graduado na Lincoln University, universidade historicamente negra, Nkrumah passa dez anos nos Estados Unidos estudando principalmente áreas como sociologia, economia e filosofia, e já iniciando também seu ativismo político, sendo líder de organizações de africanos no país. A cena estadunidense que Nkrumah experienciou o ambientou ainda mais às pautas das lutas dos africanos nascidos no outro lado do Atlântico e possibilitou o contato direto com africanos vindos de todas as regiões do continente.

Em 1945, Kwame se muda para Inglaterra, onde auxilia na organização do 5º Congresso Pan-africano, se convertendo em uma das referências mundiais do movimento negro e da busca por libertação africana. Obtendo cada vez mais prestígio, em 1947 foi convocado a voltar a Costa do Ouro para ser o secretário-geral da UGCC, partido fundado por Joseph Boakye Danquah, que integrava Chefes, acadêmicos e advogados, isto é, membros das antigas e das novas elites africanas. O partido passou a organizar uma série de protestos e boicotes ao governo colonial, ganhando ainda mais notoriedade após a prisão dos seus seis principais líderes, que vieram a ser conhecidos como *Big Six*. Além de Nkrumah e Danquah, esses líderes correspondiam a Ebenezer Ako-Adjei, Edward Akufo-Addo, Emmanuel Obetsebi-Lampsey e William Ofori Atta.

A UGCC dominou a cena ganesa até o rompimento de Nkrumah em 1949, para a criação do CPP. No ano seguinte à fundação do partido, Nkrumah é preso novamente, desta vez com lideranças de seu novo partido. O ganês categoriza essas prisões como um bom indicativo, uma vez que "quando os ingleses começam a prender as pessoas a independência está dobrando a esquina" (NKRUMAH, 1967, p.40). Em 1951 Nkrumah é solto e, na primeira eleição geral do país, seu partido ganha a maioria esmagadora das cadeiras na assembleia. Ainda tendo o Reino Unido como metrópole no comando, Nkrumah é chamado para ser Líder dos Negócios Governamentais, movimento que já começa a esboçar uma maior autonomia interna.

Após diversos protestos, mobilizações, resistências internas e internacionais, articulações de variados grupos da sociedade e uma reivindicação constante por autonomia,

---

<sup>42</sup> Ngũgĩ wa Thiong'o (1986) descreve essa ida de pensadores africanos para o ocidente, e mesmo a escrita de seus trabalhos em línguas ocidentais, como o grande roubo europeu do século XX, que captura as mentes desses países periféricos para enriquecer sua própria língua e cultura.

Gana conquista sua independência em 1957, de maneira inédita para os territórios da África subsaariana. Nkrumah desponta como grande líder desse movimento revolucionário e seu partido ganha maioria nos espaços de representação.

Neste momento a figura de Nkrumah passa a ganhar uma propagação em larga escala. Como político, Nkrumah estava presente em diversos palanques e por conta de sua eloquência, atraía sempre uma grande plateia para prestigiar seus discursos. O sucesso de sua atividade política conduzindo o país à liberdade, promoveu uma circularidade ainda maior de suas ideias, que representavam os crescentes anseios da população africana do período. Após a independência, Nkrumah é aclamado como *Osagyefo*, que significa “o redentor” em Akan, título que ele passa a incorporar em seu nome e representa o êxito de sua atividade política e intelectual.

Devido a acordo com os britânicos, a constituição do país foi condicionada a aprovação inglesa e Gana teve de seguir sendo uma monarquia vinculada ao Reino Unido. Essa política fazia parte da pretensão do Reino Unido de manter as colônias britânicas próximas e subordinadas à Coroa, nos mesmos moldes que suas outras ex-colônias como o Canadá, Austrália e Nova Zelândia que possuem o ou a monarca do Reino Unido como seus próprios chefe de Estado. Após uma reforma constitucional em 1960, Gana se converte em uma República e rompe o que Nkrumah considerava uma reminiscência da hierarquização presente na antiga relação com sua ex-metrópole colonial (NKRUMAH, 1967, p.121).

Quando Gana se tornou um país soberano, ele passou a fazer parte de um já consolidado e regado sistema internacional que o ditava uma posição periférica nas relações globais. Esse sistema impedia que se pudesse trazer mudanças efetivas na divisão internacional do trabalho imposta aos seus habitantes durante o período colonial. Por mais que houvesse sobrepujado a dominação política direta do império britânico, o país se encontrava subordinado a forças econômicas que estavam além de seu alcance (CHAZAN 1984, p.96).

Nkrumah estava desperto sobre essa situação marginal. Seus esforços tanto quanto estadista, quanto como intelectual partiam dessa compreensão de subalternidade para uma tentativa de subverter a posição de Gana e da África nessa ordem. Seus livros mais famosos coincidem ou com o período em que ele esteve do poder como Chefe de Estado (1957-1966), podendo ser interpretado como ferramentas de criação de uma hegemonia em torno de seus ideais e busca por um consenso espontâneo, tanto interno quanto externo. Ou com o período de seu exílio político até sua morte (1966-1972), trazendo mais marcado um caráter de denúncia e pautando a luta por outros meios que não o institucional, em especial a luta revolucionária socialista.

Nkrumah ao longo de sua vida apresentou uma profícua produção. A saber, seus livros mais famosos foram *Gana: uma Autobiografia de Nkrumah* (1957), *Africa deve Unir-se* (1963), *Personalidade Africana* (1963), *Conscientismo: Filosofia e Ideologia para Des-colonização* (1964/1970), *Neo-colonialismo: o Último Estágio do Imperialismo* (1965), *Axiomas de Kwame Nkrumah* (1967), *Socialismo Africano Revisitado* (1967), *Voz de Conacri* (1967), *Dias Obscuros em Gana* (1968), *Manual de Guerra Revolucionária* (1968), *Luta de Classes na África* (1973), *A Luta Continua* (1973), *Eu Falo de Liberdade* (1973), *Caminho Revolucionário* (1973)<sup>43</sup>.

A trajetória internacional de Nkrumah fez com que o autor tivesse influência de diversos ambientes do mundo. Seu período nos Estados Unidos, e seu constante diálogo com intelectuais provenientes deste país, trouxe a experiência estadunidense como um caminho importante a ser seguido para a África. O desejo de criação de um Estados Unidos da África não é ao acaso. Nkrumah comparava a situação que os Estados Unidos tinham no Século XVIII com as da África do início do século XX. Se a pretensão das treze colônias situadas na América de obter sua independência eram legítimas, porque as das colônias africanas não? Ademais a União federada que essas colônias construíram em solo americano era um exemplo de como o desenvolvimento conjunto pode levar as ex-colônias para um caminho mais fortuito de desenvolvimento.

Porém também haviam limites para o espelhamento aos Estados Unidos. As profundas desigualdades sociais e raciais que o país enfrentava não fugia aos olhos do autor. E nem poderia. Seus articuladores no país, como Du Bois e Garvey, eram alguns dos mais importantes articuladores da denúncia da linha de cor que se criara no país. E o principal ponto de discordância ao país era o seu modelo capitalista de desenvolvimento, que entendia como baseado na exploração do próximo, característica incompatível com a identidade africana (NKRUMAH, 1970). A cada ano de governo, e de maneira gritante no exílio, o autor se afastava mais da influência estadunidense. Em seu livro “neocolonialismo” o país passa a estar no epicentro do Império Financeiro e é o principal responsável pelo neocolonialismo na África.

Se o seu viés identitário é marcado pelo contato com os Estados Unidos, o seu modelo econômico e de integração é fortemente tributário da União Soviética. A Revolução Russa

---

<sup>43</sup>Títulos originais respectivamente Ghana: The Autobiography of Kwame Nkrumah (1957), Africa Must Unite (1963), African Personality (1963), Consciencism: Philosophy and Ideology for De-Colonisation (1964/1970), Neo-Colonialism: the Last Stage of Imperialism (1965), Axioms of Kwame Nkrumah (1967), African Socialism Revisited (1967), Voice From Conakry (1967), Dark Days in Ghana (1968), Handbook of Revolutionary Warfare (1968), Class Struggle in Africa (1970), The Struggle Continues (1973), I Speak of Freedom (1973), Revolutionary Path (1973).

influenciara todo o mundo colonial. Em um curto espaço de tempo o país saíra de uma situação agrária para uma das principais potências do globo. Nkrumah devia esse sucesso ao modelo de planificação econômico soviético e acreditava que essa centralização, por meio da tomada de rédeas do Estado, era o melhor caminho para a África.

Além disso, o colonialismo por ser perpetrado por potências capitalistas, trazia a esse sistema uma representação negativa para os líderes nacionalistas africanos. O anti-imperialismo e anti-ocidentalismo que cresciam no continente provocavam uma crise estrutural que escancarava as portas para as ideias marxistas. Como será visto no próximo capítulo, as ideias de Lênin foram especialmente incorporadas pelo autor. O russo serviu de inspiração para sua interpretação do imperialismo, para seu entusiasmo pela centralização e organização política.

A República Popular da China também era motivo de espelhamento para o autor. Companheiros no movimento dos não alinhados, e ambos ex-colônias, Nkrumah via na longa extensão territorial e populacional chinesa um bom caminho para a União Africana. Por mais que o socialismo que o autor buscasse, quando era chefe de Estado, fosse distinto do modelo soviético e do chinês, os países demonstravam que o caminho socialista era possível.



#### 4 DA LUTA POR INDEPENDÊNCIA PARA A LUTA POR AUTONOMIA: ANÁLISE DAS OBRAS DE KWAME NKRUMAH

A dualidade intelectual/político presente no pensamento de Nkrumah, tem uma importância *sui generis*. Quando seus principais livros foram publicados, África Deve Unir-se (1963) e Neocolonialismo(1965), seus escritos não reverberavam somente em função de ele ser um teórico africano, mas principalmente por conta de sua condição de chefe de Estado que buscava ter um perfil altamente ativo nos espaços internacionais e se constituir em uma liderança africana. Essa conjugação do intelectual com o político demonstrava que suas obras tinham intenção de compor um discurso abertamente público. Transcendendo o mero ato de escrever ou da abstração filosófica com fins acadêmicos, os textos de Nkrumah eram encharcados de performances intencionais que buscavam validar e persuadir a sua doutrina política.

A combinação de retórica e teoria, prática e filosofia devem ser vistas em seus escritos mais como coexistentes do que como coisas separáveis, sendo necessário encará-lo tanto como um intelectual filósofo quanto como um político panfletista. Para analisar os enunciados que Nkrumah lança devemos ter uma compreensão de “o que ele estava fazendo” quando executou tais proposições, o que depende em grande parte de nossa compreensão da situação prática na qual ele se encontrava, do argumento que ele desejava defender, da ação ou norma que ele desejava legitimar ou invalidar, e assim por diante (POCOCK, 2003 p.39).

Via de regra, as obras de Nkrumah tornam esse trabalho ainda mais fácil, pois elas miram e dialogam com o contexto que as rodeiam em cada uma de suas folhas. As constantes referências de Nkrumah ao seu contexto auxilia dentro da própria leitura de suas obras a compreender seu texto dentro de sua historicidade. Quando tentamos situar um texto em seu contexto adequado, não nos limitamos a fornecer um “quadro” histórico para nossa interpretação, já estamos entrando no próprio ato de interpretar (SKINNER, 1996).

Os principais livros de Nkrumah possuem todos uma temática central parecida, percorrendo caminhos comuns para frisar seus principais pensamentos. Sua luta pela *libertação africana*, estava congregada em seu combate e denúncia ao *neocolonialismo*, e na apologia ao *Pan-africanismo* integrativo como elemento de efetivação dos itens anteriores através de um sistema *socialista*. A África Deve Unir-se (1963) foi escrito após o grande salto de independências que os países africanos obtiveram na aurora dos anos 1960 e já contava como pano de fundo alguns intentos práticos de unificação, ainda que pouco audaciosos ou robustos. O livro parte com um propósito político bem marcado e que efetivava lograr, com base em

elementos discursivos que circulavam nas redes africanas da época, uma movimentação para a integração africana. Todos esses temas se relacionavam com a necessidade que os intelectuais africanos do período tinham de pensar em uma nova África, agora permeada de novas dinâmicas e novos enfrentamentos que se impunham a ela.

Tal como *África Deve Unir-se, Neocolonialismo: O Último Estágio do Imperialismo*, traz contribuições importantes não somente para o continente africano, mas para todo o mundo pós-colonial, uma vez que a obra buscava examinar e lançar bases para combater os efeitos do imperialismo na manutenção da condição de subdesenvolvimento nos países que passaram por uma situação colonial. Nesta obra há a incorporação de diversos elementos explicativos das correntes marxista-leninista, de forma que o autor considera o neocolonialismo como o último estágio do imperialismo, em uma evidente alusão ao livro de Lênin, *Imperialismo, o último Estágio do Capitalismo*. Nkrumah expõe seu credo de que a soberania dos Estados não estava garantida ao se conquistar a independência política, pois o colonialismo possuía um substituto que mantinha as estruturas da colonização e a relação de inferioridade que os países africanos possuíam com o capital estrangeiro. Esse neocolonialismo era um sucessor imediato à subserviência política à metrópole e contaria com a colaboração das elites internas, sendo portanto mais astucioso e indireto.

A sociedade do período, e em especial a africana e afrodiaspórica, tinham ingressado na posse consciente destes novos conceitos, gerando todo um novo vocabulário para articulá-lo, analisá-lo e debatê-lo (SKINNER, 1996). Esses temas surgiam como inspiração para uma série de outros intelectuais que avivam as redes intelectuais africanas. Como visto no capítulo anterior, Nkrumah estava irmanado com vários outros intelectuais que buscavam lançar conceitos para explicar as novas dinâmicas que eles observavam e que desejavam consolidar. É importante salientar os conceitos de Nkrumah, assim como o dos demais autores, não deve ser encarado como meros epifenômenos da realidade que os cercava. Além de documentar o período elas performavam o mesmo. Esses intelectuais eram linha de frente na batalha semântica para a ressignificação de determinados conceitos, bem como no lançamento de novos que pudessem melhor dar conta de interpretar e conduzir as mudanças políticas e sociais que se presentificavam.

Neste momento passou a se fortalecer a rivalidade entre dois discursos oficiais antagônicos no continente: um correspondente ao ideal europeu de colonialismo consensual, da vantagem e progresso que a dominação política, econômica e cultural europeia concedia à África e das benesses que a empreitada colonialista teriam trazido para civilizar o continente; e outro associado a um pensamento mais autóctone africano que tinha como vanguarda essa elite

intelectual, que valorizava a ancestralidade do continente, buscava uma descolonização completa dos seus corpos e terras e acreditava numa unidade da identidade africana. Dessa forma, temos uma espécie de campo de batalha entre diferentes atores de pensamentos divergentes disputando quem tem maior capacidade de difusão de suas ideias e quem consegue melhor corporificar seus conceitos a ponto de torná-los palpáveis e aceitos pelo senso comum.

Nesse capítulo se mostrará como essas duas principais obras de Nkrumah acompanhadas de seu cinturão protetor formado de diversos outros de seus livros e discursos, buscavam projetar uma corrente de pensamento, ainda que essa se alterasse conforme a situação contextual a qual o autor se deparava, que fosse responsável por uma verdadeira revolução no continente e no mundo. À luz de outras experiências históricas anteriores, Nkrumah defendia a integração continental em torno de uma unidade, a planificação econômica dessa União e o protagonismo e não-alinhamento que esse novo ator estatal deveria ter no cenário internacional da Guerra Fria, que à época constrangia para a vinculação ao guarda-chuva de um ou outro bloco de poder hegemônico no período.

É preciso levar em conta que não necessariamente um grande intelectual que tenha se inserido na lógica de discursos políticos públicos com grande difusão tenha com isso criado uma teorização política sistemática. A maior parte das obras de Nkrumah não estavam animadas com a intenção de se tornar capítulos centrais do panteão da teoria de ciência política, sendo a busca pela justificativa de uma unidade conceitual e filosófica em suas obras muito mais complexa de se afirmar quando relacionamos com quem tem um esforço análogo de sistematização política, mas com um viés puramente acadêmico. Não há dúvidas da existência de linhas gerais e conceitos recorrentes em seus enunciados, porém o esforço de arquitetar uma doutrina filosófica bem explícita pode ser encontrado somente em seu livro *Conscientismo* (1970).

Se em ambos desses livros foram expostos os objetivos que deveriam ser alcançados, em *Conscientismo* o autor lançou as bases teóricas para se concretizá-los. É neste livro, mais teórico e filosófico do autor, que ele desejava projetar uma nova cultura política e social, amplamente aceita e bem fundamentada por meio de uma teoria filosófica africana que desse conta de congregar todo o continente. Instrumentalizando o que Nkrumah considerava como os três segmentos distintos que estariam presentes na África (1) o modo de vida tradicional; (2) a presença da tradição islâmica; e (3) a matriz e cultura cristã infiltrada por meio do colonialismo

e neocolonialismo<sup>44</sup>, deveria surgir uma ideologia que genuinamente representasse a vontade dos povos africanos, impedindo a competição entre essas três correntes e levando o continente a um progresso contínuo.

A experiência islâmica e ocidental deveria ser adicionada de forma propositiva e não passiva, devendo ser acomodada de acordo com as necessidades e urgências africanas. Uma vez que é impossível retroceder à investida e penetração que esses acúmulos exógenos tiveram no continente, eles devem ser repensados e adaptados para a busca de uma unidade africana, utilizando o conscientismo como um mapa para digerir essas culturas de uma maneira que represente alguns dos valores básicos da personalidade africana como o igualitarismo e comunitarismo (NKRUMAH, 1970, p. 68 -79).

Porém, mesmo esse seu livro mais sistematizado foi objeto de francas transformações com o decorrer de sua derrocada política. Conscientismo foi publicado em duas edições, a original de 1964 e uma segunda em 1970. Embora tenham sido lançadas em um curto espaço de tempo, há uma profunda diferença no *ser/estar* do autor nesses dois períodos. Se em sua primeira obra podemos conferir um Nkrumah mais otimista em seus planos para a integração continental e buscando trazer um consenso coletivo por meio de teorias que abarcassem a toda a população africana em torno deste objetivo, no segundo momento é possível encontrar uma aberta radicalização de seu pensamento encorajada por sua condição de exilado político e de presidente deposto. O Chefe de Estado agora sem seu Estado, abandona seu tom conciliatório e passa a fortalecer a resposta pan-africana por vias revolucionárias. O socialismo, que sempre foi presente em sua teoria, passa a ganhar uma nova conotação para se aproximar da ortodoxia do socialismo científico e revolucionário. A burguesia indígena já não encontrava seu papel de aliada no caminho para o desenvolvimento africano, mas era tida como uma colaboradora do neocolonialismo, isto é, uma traidora do continente africano. (BINEY, 2011, p.125,126; NKRUMAH, 1970, p.1)

Nkrumah define que a finalidade de sua obra de 1963 era explicar a sua filosofia política baseada em sua convicção da necessidade de libertar e unir a África e suas ilhas. Para isso ele explicaria o fundamento africano e os efeitos de séculos de colonialismo sobre a vida política, econômica e social da África como um todo, localizando a evolução de Gana em um contexto mais amplo da revolução africana (NKRUMAH, 1965 p.12). Já em 1965, Nkrumah centrou sua análise para examinar os efeitos do neocolonialismo, sua base histórica e atuação junto aos

---

<sup>44</sup>Teoria aprofundada anos depois por Ali Mazrui em sua teoria da herança tripla. Para ver mais *The Africans: A Triple Heritage* (New York: Little Brown and Co., and London: BBC) 1986.

grandes monopólios internacionais para a manutenção do continente como artificialmente pobre, apesar de todo o seu potencial revelado no livro anterior (NKRUMAH, 1967 p.XIII).

Para se analisar a filosofia do autor, se buscará analisar como Nkrumah buscou fixar os significados dos conceitos que ele empregava e os utilizou para impelir a uma prática política direcionada a sua utopia de futuro para a África. A fim de compreender seu pensamento por meio de seus próprios enunciados, a análise dará voz ao autor se valendo de citações de suas obras e discursos. Para se realizar essa abordagem do *nkrumaísmo* utilizaremos quatro eixos centrais de seu pensamento: Libertação africana, Pan-Africanismo, Neocolonialismo e Socialismo.

#### 4.1 LIBERTAÇÃO AFRICANA

Há uma evidente importância no uso do conceito de liberdade africana para Nkrumah. Com ele o líder ganês poderia capitalizar a experiência bem-sucedida de Gana como forma de elemento aglutinador e um modelo de exemplo para os demais países. Se quando Gana obteve sua independência se encontrou ilhada em meio a todo território da África subsaariana que ainda se encontrava em situação colonial, o constante clamor de seu Chefe de Estado para a necessidade da libertação total, auxiliou para que os ares de liberdade varressem o continente.

Na época da publicação de *África Deve Unir-se* a maior parte dos atuais estados africanos já estava independente e a libertação era um orgulho a ser alardeado. Se o Pan-africanismo que clamava pela união africana estava custando a surtir efeito, o que almejava a libertação africana estava cada vez mais exitoso. Essa libertação é usada por Nkrumah como um importante passo inicial para algo maior, que poderia, por fim, assegurar essa conquista. Para o autor a historicização e demonstração de luta pela libertação é de suma importância, pois se os Estados tinham conquistado algo tão importante quanto a sua autonomia política, eles poderiam seguir trabalhando em causas ainda mais vultuosas, como a unificação africana.

As conquistas realizadas até então não poderiam trazer conformismo. Nkrumah temia que os novos Chefes de Estado e suas populações se acomodassem apenas com a libertação nominal das suas ex-metrópoles. A importância de frisar que a liberdade era uma conquista dos Africanos e não uma concessão europeia estava diretamente relacionada com o desejo de ratificar de que essa liberdade política era um estágio – não inviolável - de outras liberdades que deveriam ser buscadas na esteira. “Porque a liberdade não é um produto que se dá aos escravizados quando a pedem: é uma recompensa preciosa, o brilhante troféu da luta e

sacrifício, luta e sacrifício que não cessam com a obtenção da liberdade.” (NKRUMAH, 1965 p.16).

Dessa forma o conceito de *liberdade africana* para Nkrumah não se limitava exclusivamente como um sinônimo da independência política, ou como descritivo de uma ação pontual de transferência de soberania da metrópole para a ex-colônia. A *liberdade africana* era um conceito de movimento que impulsionava para a prática de uma ação política. Esse é um ponto valioso para pensarmos no “futuro presente” no pensamento de Nkrumah.

Koselleck (2006) trabalha a ideia de filosofia da história como uma pretensão de se acelerar o futuro como uma tarefa do dever moral. Essa filosofia da história se popularizaria marcada principalmente após a Revolução Francesa e influenciada por uma série de novas dinâmicas que traziam uma constante sensação de surpresa e de ruptura de continuidade na Europa. Neste período a experiência e expectativa inauguravam uma nova relação. As expectativas passavam a se distanciar de tudo o que as experiências tinham a oferecer e o surgimento do conceito de *progresso* sintetizava esse novo fenômeno. O progresso marcava uma diferença temporal entre a experiência e a expectativa. Dentro da ideia de progresso “sempre se tratava de superar experiências que não podiam ser derivadas das experiências anteriores, e, portanto, de formular expectativas que antes ainda não podiam ser concebidas.” (KOSELLECK, 2006 p.320).

Para Nkrumah e os demais teóricos pan-africanos, nacionalistas, ou da negritude, a futuridade do passado, isto é, a expectativa de que o futuro espelhará o passado era cada vez mais impossível de se conceber. A expectativa que eles projetavam dava uma percepção de aceleração do tempo em passos gigantes na África. A filosofia da história de Nkrumah, trazia uma radicalidade de futuro, em que seus conceitos buscavam agir para alcançar um destino para a África que não estava contido na experiência do continente. Seus conceitos tratavam de antecipar teoricamente um novo movimento histórico e agir na sua condução.

A liberdade africana deve ser entendida como uma dessas utopias morais que se buscava para a África. Suas previsões para o continente não eram formuladas intencionando ser um prognóstico certo baseado unicamente nas experiências africanas, elas se embriam das máximas da ação que trariam sempre uma melhora do futuro em relação as experiências encontradas. A busca da liberdade africana era um caminho que se deveria trilhar perpetuamente. O conceito era usado para conduzir a população à ação em torno dessa necessidade de alcançar a liberdade. Por se tratar de uma utopia, a autonomia política não encerraria esse conceito. Muitos outros elementos estavam contidos nele e seu uso sempre se faria presente para empurrar o tempo em direção a um futuro melhor em relação ao passado.

O uso da liberdade se associa aos pares de amigo e inimigo que o autor usa. Conforme as dinâmicas da sociedade africana se alteram, se alteram também os significados contidos dentro desses pares. A liberdade africana estará sempre acompanhada da necessidade de combater um inimigo. Mudando o conteúdo presente dentro do inimigo pensado por Nkrumah, seja ele o colonizador, o imperialismo ou elites internas, novos elementos são incorporados à definição de liberdade. Dessa forma, o conceito tem uma grande potencialidade universal e seu uso pode se perpetuar na análise de diferentes conjunturas do continente.

Para o autor, no início do século XX, a conceituação da libertação era muito mais branda. Neste período ela se manifestava reivindicando, por meio de manifestações e greves, uma melhora nas condições sociais estabelecidas. Antes de rebentar a Segunda Guerra Mundial era rara a aglutinação em torno de partidos nacionais que buscassem a libertação, sinônimo de independência, sendo as revoltas demandantes apenas de reformas (NKRUMAH 1965, p.83).

Nkrumah atribui à gênese do desejo por libertação como sinônimo de autonomia política que começou a invadir o corpo da população africana, durante o decorrer da Segunda Guerra, em que diversos africanos das diferentes regiões coloniais foram lutar em defesa da liberdade de seus impérios coloniais. Esse *locus* específico é importante, pois é nessa vida na diáspora, em que se integram africanos de diferentes regiões da África, que a semente do pan-africanismo floresce com mais força e se alastra quando esses africanos voltam para suas casas imbuídos de uma concepção de macronacionalismo.

Nkrumah infere que, durante a Segunda Guerra Mundial, há uma incorporação dos discursos por liberdade na Europa pelos africanos que foram lutar a guerra. Os enunciados de liberdade que motivavam a luta das então metrópoles coloniais frente ao jugo nazista e fascista sofreram uma apropriação e reapropriação de seus termos por esses novos autores africanos que as resignificaram conforme seus contextos: “Todas as belas e corajosas palavras pronunciadas sobre a liberdade que haviam sido difundidas pelo rádio aos quatro cantos da terra, germinaram e cresceram num local onde não estava previsto que isso acontecesse.” (NKRUMAH, 1967, p.47).

Essa dicotomia de lutar pela liberdade de quem os transformara e mantinha cativos é que motivou a luta por libertação após a vitória frente ao Eixo. As ideias de liberdade e democracia que eram difundidas na Europa e eram usadas como motivadores pelas massas que lutavam nos campos de batalha, “voltaram como um bumerangue contra os que a haviam difundido, se convertendo em uma doutrina perigosa nos homens que não estavam destinados e foram alimentados com o desejo de liberdade nas zonas marginais do mundo” (NKRUMAH, 1965 p. 10). Esse jogo de linguagem dilatou a definição de liberdade africana.

Em ambos os livros de Nkrumah os inimigos da libertação africana sempre foram evidentes. Elementos como o colonialismo, neocolonialismo, imperialismo e capitalismo estão presentes em suas obras e são mormente os culpados pelo atraso e dificuldades pelas quais o continente passa. Entretanto, o detalhamento e importância das mazelas que impedem uma libertação completa do continente ganham contornos diferentes em cada uma de suas obras. Como era de se esperar, em *África Deve Unir-se*, a principal alternativa para vencer os problemas africanos vinha da integração continental e sua saída de resolução unificada. Não que isso não fosse um tema relevante em *Neocolonialismo*, mas a centralidade que o autor atribui a esse elemento é realmente notória no livro de 1963. Neste livro, o principal inimigo para o desenvolvimento do continente era o aspecto balcanizador que o neocolonialismo impunha aos países em que ele se alocava.

O maior perigo que a África está enfrentando nesses momentos é o neocolonialismo e seu máximo instrumento, a balcanização. O último termo resulta em particular apropriado para descrever a desmembração da África em estados pequenos, débeis posto que deriva das atividades das grandes potências, quando dividiram a parte europeia do antigo império turco e criaram, na península balcânica, uma quantidade de Estados dependentes e em mútua competição. (NKRUMAH, 1965, p.231)

Em 1963 quando o ganês buscava combater o neocolonialismo estava se referindo principalmente em barrar seus intentos de balcanizar ainda mais o continente para enfraquecê-lo. Se a referência à balcanização é um elemento central do neocolonialismo na primeira obra analisada (NKRUMAH, 1965 p.189, 214, 231, 232, 281, 286), na sua obra homônima, como será analisado mais adiante, ele ganha um caráter muito mais complexo e profundo.

Durante todos os seus livros e em especial em *Neocolonialismo*, sua tradição Leninista de determinismo econômico é fortemente acentuada. De maneira geral, Nkrumah adota de Lênin sua noção econômica da interpretação do Imperialismo, isto é, que esse fenômeno estava relacionado ao comportamento de corporações monopolistas no leito de países metropolitanos levando a bandeira da dominação dos financistas por meio de políticas coloniais. Nkrumah subscrevia que a anexação territorial não estava relacionada com o ímpeto de propagação do cristianismo e da civilização ocidental ou com a necessidade de pôr fim ao comércio árabe de escravos, sendo estes apenas camuflagens para o lucro imperial. (MAZRUI, 1967). “As potências imperialistas precisam das matérias-primas e do trabalho nativo barato das colônias para suas próprias indústrias capitalistas” (NKRUMAH, 1962)

Se em África deve unir-se a centralidade de fatores políticos para a resolução dos problemas africanos é mais manifesta, essa predominância econômica que Nkrumah advoga



em neocolonialismo poderia soar como contraditória dentro de sua doutrina política, mas ela tem seus motivos. De início, por seu primeiro livro ainda estar mais próximo do efeito dominó das independências e do clamor nacionalista que as motivou e as seguiu, a primazia política tinha um palanque imediato. Sua frase repetida em diversos discursos e presente em seus livros “Buscai primeiro o reino político e todo resto lhe será dado em suplemento”, demonstrava que o poder econômico não era o único fator que determinava as relações de poder. Na verdade o autor chegou a declarar que "o poder político é o um pré-requisito inescapável para o poder econômico e social (NKRUMAH, 1961 p.162).

A reversão dessa causa e efeito faz sentido, uma vez que em sua posição de nacionalista que buscava a derrubada do poder colonial, sua primeira tarefa foi conquistar independência política. Para servir de referência para o resto da África, Nkrumah busca cantar sobre sua aldeia: frequentemente traz a experiência ganesa para orientar qual caminho deve ser seguido. Como já relatado, a vanguarda de Gana no que tange à libertação política o credencia para este tipo de postura. Nesse sentido, seu papel como político e personalidade pública tem uma importância na performance que o texto assume, trazendo à sua teoria diversos elementos autorreferenciados e autolegitimadores de suas ações como Chefe de Estado.

O autor destaca que a Grã-Bretanha buscava criar mecanismos de concessão de reformas políticas para entregar a independência somente quando vários critérios, muitos deles tácitos e determinados pelos próprios britânicos, fossem cumpridos. Porém no caso ganês foi necessário antes que a independência pudesse ser alcançada, uma vigorosa campanha promovida pela CPP com o lema de "Autonomia Agora". Se o conceito de liberdade empurrava à ação, essa agência deveria ter como protagonistas os próprios africanos. “Porque quem, se não o próprio povo, pode dizer quando está preparado?” (NKRUMAH, 1965 p.40)

Os motes do CPP se confundiam com os motes do próprio Nkrumah, sendo seu jargão de “Buscar primeiro o reino político” um dos lemas do partido. O objetivo era alcançar primeiro a independência, pois “sem independência política, não se poderia levar a cabo nenhum dos planos de desenvolvimento social e econômico” almejados (NKRUMAH, 1965 p.82,83). A situação relatada por Nkrumah da Gana pré-independência é muito similar da relatada por outros intelectuais africanos sobre os seus próprios países (Nyerere, 1997). Com uma taxa de analfabetismo de 80%, estradas escassas e número ainda menor de ferrovias, existência de praticamente nenhuma indústria, salvo as extratoras de recursos naturais, o desenvolvimento do país era uma tarefa árdua.

Antes de nós assumirmos totalmente o poder, em 1951, não havia uma linha de trem direta de Accra e Takoradi, nossa capital e nosso maior porto. Passageiros e cargas deveriam viajar até Kumasi. Isso ocorria porque Kumasi era o centro das indústrias de cacau, de madeira e de minérios.(NKRUMAH, 1965 p. 53)

Para o líder, essa situação ocorreu pois a intenção da colonização nunca foi a de desenvolver esses estados coloniais. Se por acaso algum porto, estrada ou ferrovia fosse construído era sempre com a intenção de melhor escoar as mercadorias e satisfazer de forma mais eficiente ao capital metropolitano. “O detalhe que quero destacar é que qualquer atividade benéfica para o bem-estar do nosso povo era pouco mais que accidental. Estava longe de ser a finalidade subjacente do governo colonial” (NKRUMAH, 1965 p.s57).

Em Neocolonialismo a libertação africana por vias políticas parece ainda mais incompleta por si só. Se o reino político era causa necessária para a busca pela libertação ele se provava cada vez menos uma causa suficiente. A conquista da soberania política, se não acompanhada de mudanças estruturais nas relações econômicas desses Estados com o sistema internacional, apenas os tornaria estados neocoloniais. “Independência política é apenas uma fachada se a liberdade econômica não for possível também” (NKRUMAH, 1961 p.44).

Porém quando Nkrumah afirma que se deve buscar primeiramente o reino político ele não estava se referindo ao Reino de Gana. Seu terreno referencial com essa enunciação era o reino do continente africano por completo. Em Neocolonialismo, Nkrumah mantém sua alegação de que o reino político deveria ser conquistado inicialmente, isso porque ele acreditava que havia mais na política do que simplesmente a liberdade política individual. A África dividida, ou balcanizada como ele se referia energicamente, permaneceria vulnerável às ingerências e manipulações de potências exógenas. Isso ocorreria não porque a independência política era inútil sem o poder econômico, mais sim porque a independência política era fraca sem uma unidade política (MAZRUI, 1967).

Logo na alvorada de independência de Gana, Nkrumah em seu discurso havia declarado que ela era carente de sentido se não acompanhada com a independência total africana. De um lado, como chefe da CPP, declarou na constituição do partido que este “procuraria estabelecer relações fraternas com todos os movimentos nacionalistas, democráticos e socialistas que, na África e em outros lugares, lutam pela independência nacional e pela autodeterminação, e os ofereceria guia e apoio” (NKRUMAH, 1965 p.86). De outro, como chefe de Estado, garantiu que a constituição Ganesa declarasse em seu texto o seu compromisso com a libertação dos demais países e na sequência na adesão da causa da União Africana (NKRUMAH, 1965 p.125).

Nas primeiras emoções de sua independência alguns dos novos Estados africanos são ciumentos de sua soberania e tendem a exagerar em seu separatismo, em um período histórico que exige a unidade da África para que se possa salvaguardar a independência. Não posso conceber uma união africana na qual todos os membros, grande ou pequenos, densa ou escassamente povoados, não gozem de igualdade legal, baixo uma constituição em cuja elaboração todos tenham participado. Mas a insistência de não querer ceder certas funções a uma autoridade política central unificadora, na qual todos os membros tenham igual voz, é afastada da realidade e infundada. (NKRUMAH, 1965 p. 201)

Ademais, a condução tanto de sua política doméstica quanto a externa buscavam dar protagonismo à liderança de Gana como incentivadora da libertação e unificação africana, fenômenos que Nkrumah considerava estritamente correlacionados. No âmbito interno buscava construir estruturas físicas que vislumbrassem uma futura possibilidade de união continental. Para mostrar a grandeza de que Gana era capaz, o mundo testemunhou o pequeno país recém-criado na África ocidental fundar sua primeira companhia de linhas aéreas nacional, Ghana Airways, sua frota nacional de navios, a Black Star Line<sup>45</sup> e uma Usina Hidrelétrica no rio Volta, criando o Lago Volta, atualmente o maior lago artificial do mundo. Gana seria o ponto de partida para as comunicações e necessidades materiais dos países que quisessem buscar sua independência, mas tivessem receios de que com isso ficassem sem o apoio estrutural de seus ex-colonizadores. O estadista buscava construir uma materialidade para um maior convencimento e adesão em torno de sua projeção para a África.

Conforme os anos passavam, o deslocamento dos significados de liberdade africana se transferiam da autonomia política para a integração política, de acordo com a mudança de inimigo do colonialismo para o neocolonialismo. Após sua destituição, a liberdade começa a se associar cada vez mais com o socialismo, uma vez que a burguesia africana passa a se presentificar como inimiga para o autor.

Ainda assim, há um trânsito no uso dessa liberdade. A demora na conquista da independência por alguns países faz com que Nkrumah siga usando esse conceito também em referência ao fim da colonização. “Enquanto fique somente um metro de solo dentro do domínio estrangeiro a batalha deveria continuar” (NKRUMAH, 1965 p.84). É importante considerar que por domínio estrangeiro Nkrumah se referia aos países que fossem administrados por europeus ou seus descendentes, mesmo esses tendo nascido na África. A libertação como sinônimo de independência ainda se aplicaria aos países do que ele chamou de triângulo branco, a África do Sul, Rodésia e o colonialismo português. Isso ocorria pois “para os africanos, o colono europeu,

---

<sup>45</sup>Tal nome foi uma homenagem a empresa de navegação marítima do pan-africano Marcus Garvey (BINEY, 2011).

seja o que viva na África do Sul, Quênia, Angola ou qualquer outro lugar da África, é um intruso, um estranho que se apoderou da terra africana.” (NKRUMAH, 1965 p.32)

O conceito de libertação africana entendido de maneira ampla passa a ser um elemento de radiação de todos os principais paradigmas de Nkrumah. Este seu objetivo final só seria alcançado por meio de uma base Pan-africana em que o continente unificado e socialista combatesse o neocolonialismo que seguia servindo aos interesses imperialistas do capitalismo ocidental. Esses conceitos-chave estavam intimamente interligados, sendo impossível pensar em um sem estabelecer uma ligação com os demais.

#### 4.2 PAN-AFRICANISMO

Nkrumah sustentava a primazia da busca pelo reino político, porém a fronteira deste reino não se continha aos limites territoriais de Gana, ela se estenderia até os oceanos que banhavam o continente. A libertação africana, quando conjugada com o pan-africanismo, era muito mais complexa que apenas a independência nacional individual dos países africanos. Essa libertação só seria completa se dilatada por toda a África, uma vez que os artifícios imperialistas, econômicos, financeiros e culturais que subjogavam o continente estavam estabelecidos também em uma base pan-africana (NKRUMAH, 1967 p. 41).

Em sua análise da conjuntura política internacional, Nkrumah apontava que havia uma tendência moderna para o surgimento de grandes unidades econômicas e políticas, consoante a crescente interdependência de povos e nações<sup>46</sup>. A fragmentação da África em torno de Estados pequenos, antieconômicos e inviáveis a ponto de ter que lutar por sua sobrevivência, os obrigava a se agarrar a antigos laços coloniais em que “eram presas fáceis ao neocolonialismo”, ou a se submeterem às políticas de rivalidade da Guerra Fria, em que se viam como fantoches em meio a disputas de potências estrangeiras. Para o autor, somente quando as fronteiras artificiais que dividem o continente fossem eliminadas, “a fim de criar unidades econômicas viáveis e finalmente uma só unidade africana, a África será capaz de se desenvolver industrialmente, em seu próprio interesse e, a longo prazo, no interesse de uma economia mundial sadia” (Nkrumah, 1967 p.28-29). Dessa forma,

---

<sup>46</sup> É de se destacar que à época a Comunidade Econômica Europeia (CEE), uma dos embriões da atual União Europeia, estava se consolidando por meio do Tratado de Roma de 1957, como uma organização internacional cada vez mais coesa em direção a um mercado comum europeu e no estabelecimento de políticas conjuntas entre os seus partícipes.

A ideia da união africana não é de mera índole sentimental, emanada de uma experiência comum de colonialismo e do desejo de Estados jovens, inexperientes, de se reunir na efervescência de sua nova liberdade, ainda que, sem dúvida, esse sentimento tem sua parte nisso. A unidade dos países africanos é um prerequisite indispensável para o desenvolvimento mais rápido e completo, não somente da totalidade do continente, mas também de cada um dos países que hajam integrado a união. (NKRUMAH, 1965 p. 220)

Para Nkrumah, essa união era a principal forma de antagonizar os países imperialistas que “para assegurar sua continuada hegemonia sobre o continente, usarão todos e cada um dos recursos que estejam a seu alcance para deter e neutralizar o crescimento do desejo de unidade que se estende entre as grandes massas da população africana.”(NKRUMAH, 1965 p.18 grifos nossos). Dessa maneira, se a força dos países imperialistas residia na desunião do continente, a força dos países africanos só viria com “uma política e ação unificadas para o *progresso e desenvolvimento*” conjuntos (NKRUMAH, 1965 p.18 grifos nossos).

Essas citações dão uma dimensão interessante do pan-africanismo do autor. Assim como o conceito de libertação africana, o pan-africanismo também projeta uma intenção de futuro dentro de seu uso. Os conceitos de progresso e desenvolvimento grifados acima, estavam relacionados com o objetivo de se alcançar esse pan-africanismo integrativo e remontam diretamente a ideia de conceitos de movimento de Koselleck (2006).

Para Koselleck (2006 p.325), enquanto o conceito de “república” está relacionado a uma “finalidade que podia ser deduzida da razão prática, e à qual o homem desde sempre aspirou”, o caminho que levaria a este fim estava impresso no conceito de “republicanismo” cunhado por Kant. O sufixo “ismo” viria a compor diversos conceitos que buscavam atrelar a eles uma noção de direcionamento a algum horizonte de expectativa. Liberalismo, comunismo, socialismo, fascismo e muitos outros conceitos traziam colados a eles a busca por alcançar determinadas projetos de futuro.

O Pan-africanismo carrega esse mesmo sentido. Seu conceito buscava rumar em direção a um devir da unidade africana. A partir de seu uso, Nkrumah projetava um futuro integrado para o continente e intencionava aproximar do campo presente a movimentação histórica por sua conquista. Frente a isso, há novamente o uso dos pares de amigo/inimigo. Enquanto os amigos seriam os participantes deste projeto integrativo que possibilitaria o desenvolvimento africano, o inimigo era tratado como preponderantemente exógeno e balcanizador.

Outro elemento importante destacado acima é o uso da retórica direcionada a uma mobilização social que o autor abarca. Há uma constante instrumentalização de quem se inseria no par de amigo de Nkrumah. Além de sempre defender este projeto como uma necessidade urgente e como única garantia para salvaguardar as independências e rumar para uma libertação

total, o intelectual sempre lança enunciados que intencionam falar em nome dos anseios de toda a população africana. O inimigo desse período era facilmente de identificar como externo, afinal para o autor o “desejo de unidade” se estenderia “entre as grandes massas da população africana”. A construção dos pares se dá de tal forma, que os critérios impostos à posição contrária são impregnados de uma valoração depreciativa. Em seu livro *Neocolonialismo* o autor já começa a abrir espaço para a representação de inimigos também dentro do continente africano. Os que discordavam de seu projeto político eram tidos como colaboradores do neocolonialismo e agentes da perpetuação do subdesenvolvimento. Negar a utopia do pan-africanismo era encarado como condenar o continente ao seu campo de experiência, sendo este marcado por assimetrias.

A abordagem sociocultural de Nkrumah para defender a União é uma parte importante de sua análise. O Ganês pondera que muitos acreditam que a África não poderia se unir por não ter uma raça, uma cultura e uma língua comum em todo o continente. Esses elementos seriam sobrepujados por algo que Nkrumah considerava mais importante. O sentido de unicidade do africano seria mais denso que somente o passado colonial e objetivos similares em comum<sup>47</sup>. A profundidade da unidade estaria no crescente desenvolvimento do pan-africanismo em todo o continente e na *Personalidade Africana* (NKRUMAH, 1965 p.182-183).

Este conceito de *Personalidade Africana* está espalhado ao longo das obras de Nkrumah, porém não há um comprometimento do autor em explorá-lo a fundo. Uma explicação para isso é de que o conceito de *Personalidade Africana* era um código de linguagem popular em sem meio, o que levou o autor a crer não ser necessário peneirá-lo. Seja como for, Nkrumah normalmente associa essa personalidade na projeção internacional que o continente deveria ter e considera que sua potencialidade só seria alcançada com o desenvolvimento de aspectos que nutrissem a cultura e a história africana. Esses fatores o aproximam da definição deste conceito defendida por Blyden e continuada por Hayford e tantos outros após deles. O uso deste conceito por Nkrumah para tratar as relações da África com o resto do mundo, estaria interligado com a ideia de Blyden das contribuições que a raça negra deixaria para a *civilização universal*. Outro aspecto é que Blyden acreditava que os africanos deveriam se desenvolver a partir de seus próprios signos e culturas, manifestações também encontradas no pensamento de Nkrumah. Por último, Kwame defenderá em *Conscientismo* que a personalidade africana era marcada pelo igualitarismo e comunitarismo, aspecto antecipado por Blyden décadas antes.

---

<sup>47</sup> Apesar do autor também afirmar textualmente que “concebemos a União Africana como uma livre fusão de povos com uma história comum e um destino comum.” (NKRUMAH, 1965 p.250)

Nkrumah tenta consolidar a ideia de um macronacionalismo<sup>48</sup> africano como elemento legitimador da construção de um Estado unificado Pan-africano. Seus livros tinham uma grande repercussão no continente e suas falas ecoavam em diversas regiões da África. Esses textos não eram um mero epifenômeno da realidade, mas dialogavam com ela e a transmutando. O autor não somente descrevia esse macronacionalismo, mas o praticava. Isto é, se consideramos que as identidades possuem múltiplas camadas e são um meio necessário para a busca de significado, pertencimento e ordem aos indivíduos e que a identidade nacional é conectada a uma determinada imagem do mundo partilhada em maior ou menor medida entre seus partícipes, Nkrumah, congregando suas veias intelectuais e políticas, buscava fortalecer significados intersubjetivos entre a população africana em torno de uma identidade em comum, o que subsidiaria os ímpetus por um governo unificado e centralizado.

Seus discursos não somente descreviam a realidade, como tinham potencial de penetrar no cotidiano e práticas sociais diárias. Eles se tornavam importantes elementos nas arenas semânticas que afetavam de maneira causal certas ações, não por as determinarem direta ou inevitavelmente, mas por conferir a elas aceitabilidade ou inaceitabilidade, torná-las respeitadas ou duvidosas, plausíveis ou implausíveis, viáveis ou inviáveis (YEE, 1996: 97).

Ciente disso, o autor constantemente faz diversas apelações ao público, clamando para a construção/fortalecimento de um sentimento de união continental em torno de um nacionalismo estendido. Ao mesmo tempo que o autor defendia que “cada africano deve julgar por si mesmo que ponto de vista é mais progressista e realista, que está dedicado plenamente às necessidades e interesses práticos da África, sem restrições derivadas do temor a pressões externas, e qual reflete a verdadeira voz da África” (NKRUMAH 1965 p.201) ele chamava a atenção que “por todos os cantos da África, homens, mulheres e crianças repetem lemas do nacionalismo africano, o mais importante fenômeno político dos últimos anos do século XX” (NKRUMAH, 1965 p.9). Seu palanque de fala era o continente africano e ele buscava encarnar a voz pan-africana dessa população.

O autor demonstra sua gênese de pensamento Pan-africano fortemente tributária aos Pan-africanismos de W.E.B. Du Bois e Henry Sylveste-Williams e ao movimento de regresso à África de Marcus Garvey (NKRUMAH, 1965 p.182, 183). Em África Deve Unir-se, Nkrumah

---

<sup>48</sup>É interessante pensar esse termo em oposição ao que o autor descreveu como “nacionalismo exclusivo” para classificar o sentimento europeu do séc XIX e início do XX que teria gerado períodos de paz intranquila mesclados com diversas guerras, duas delas mundiais, e a aniquilação de impérios. Esse tipo de nacionalismo, devastou o continente em guerras por não ter conseguido construir uma base segura de associação política e entendimento entre os povos (NKRUMAH, 1965 p. 284).

busca historicizar a cronologia do uso do Pan-africanismo para demonstrar que a semente da integração já estava sendo plantada há tempos entre os africanos da África e da diáspora. Além de referenciar os autores acima como os precursores no século XX desse pensamento, o autor memoriza importantes momentos do entrelaçamento da teia pan-africana por todo o atlântico negro, destacando especialmente os cinco Congressos Pan-africanos.

Destes congressos o que tem uma relevância maior para o autor, seja no número e aprofundamento de suas citações em seus livros, seja no impacto de seu pensamento e nos rumos da intelectualidade africana é sem dúvida nenhuma o V Congresso, sediado em Manchester, Inglaterra em 1945. Kwame e George Padmor haviam sido co-secretários do comitê organizador deste congresso que “pela primeira vez se destacou a necessidade de movimentos bem organizados, estreitamente unidos, como condição primária para o êxito da luta por libertação nacional na África” (NKRUMAH, 1965 p.184).

É neste congresso que pela primeira vez na história do movimento pan-africano os delegados que compunham as discussões eram majoritariamente africanos e os debates que centralizavam o evento envolviam essencialmente a libertação da África colonizada (KODJO; CHANAIWA 2010, pp. 897-898). Como encaminhamento Nkrumah redigiu uma Declaração para os Povos Colonizados que foi aprovada e adotada pelo Congresso afirmando: “[O] objetivo dos poderes imperialistas é explorar. Impedindo o direito colonial das pessoas ao autogoverno, elas estão concluindo esse objetivo.” Dessa forma, foi deliberado que “a luta por poder político dos povos coloniais e subjugados é o primeiro passo, e pré-requisito necessário, para a emancipação social, política e econômica completa.” (NKRUMAH, 1962). Escrito em 1945, essa Declaração já prefacia a primazia pela soberania política que encontrará eco por toda sua trajetória, tal qual o apelo pela organização popular que o autor advogava:

O quinto congresso Pan-Africano pede aos intelectuais e às classes profissionais das colônias que tomem consciência de suas responsabilidades. A grande noite terminou. Ao lutar por direitos sindicais, pelo direito de formar cooperativas, pela liberdade de imprensa, de reunião, de manifestação e de greve, pela liberdade de imprimir e ler a literatura necessária para a educação das massas, estará utilizando os únicos meios que permitirão adquirir e conservar nossas liberdades. *Hoje só existe um caminho para a ação eficaz: a organização das massas.* (NKRUMAH, 1962, grifo nosso)

Mais uma vez, um projeto direcional de tempo está presente na filosofia do autor. O projeto de futuro que o pan-africanismo presentificava, viria por meio da organização das massas, fator que será explanado mais em seguida.

Como partícipe desses congressos, Nkrumah julgava esses espaços como importantes encontros para a troca de experiências entre africanos de distintas regiões. Quando assume sua



posição de chefe de Estado, o político busca capitalizar essa sistemática e foro de pensamentos para dentro do continente como forma de incentivo às independências e à integração. Em 1958, Nkrumah organiza em Acra a Primeira Conferência de Estados Africanos Independentes<sup>49</sup>. Esse deslocamento geográfico da realização de eventos destinados a congregar intelectuais e ativistas africanos e pensar o rumo do pan-africanismo, tem uma importância estratégica e simbólica para o autor: “Quando em abril de 1958 dei as boas vindas aos representantes na conferência, senti que finalmente o Pan-africanismo havia se deslocado ao continente africano, onde verdadeiramente deveria estar.” (NKRUMAH, 1965 p.187).

Nessa utopia de futuro de Nkrumah, a África seria completamente diferente da atual condição de subdesenvolvimento que ela se encontrava. A unidade seria o caminho para a ficção moral de uma África plena e próspera. A ruptura da colonização permitia aos africanos criarem novos trajetos e ressignificarem suas vivências. Esse fenômeno incentivou uma criatividade generalizada e ingênua na medida que subestimava suas realidades materiais. Se o campo de experiência africana não fornecia muitos aspectos neste prognóstico de futuro, eles serviam de sustentáculo da necessidade de ação.

A ávida leitura do período por Nkrumah, permitia que ele tivesse diversos elementos discursivos para persuadir a urgência de seu projeto político. O autor soube como ninguém apresentar os problemas africanos, suas disparidades e deficiências. Suas análises vinham acompanhadas de um desígnio de ação. Para o autor, “nenhum de nossos problemas é insuperável, a menos que nos oponhamos a sua solução” (NKRUMAH, 1965 p. 212), e essa ação era o pan-africanismo. Cabe aqui, fazer uma breve análise desses problemas levantados por Nkrumah e como eles eram instrumentalizados por uma resposta pan-africana.

À época da escrita de África Deve Unir-se, quando o autor mais se debruçou em torno do tema da unificação, os agrupamentos territoriais africano se encontravam submetidos em condições díspares umas das outras. Havia uma série de nações recém-independentes e aquelas que ainda lutavam por essa conquista. Havia as que ao passar por este estágio de soberania, o conquistavam de maneira relativamente pacífica e os tiveram que encarar guerras sangrentas, a perda de boa parte da sua burocracia técnica e um déficit econômico com a retirada de divisas dos antigos colonizadores. Existiam os países em que a população africana<sup>50</sup> se encontrava

---

<sup>49</sup> Na época dispunham dessa condição apenas o Egito, Gana, Túnis, Marrocos e Etiópia, sendo importante destacar o esvaziamento da possibilidade de países da África subsaariana participar dessa discussão, uma vez que em 1958 ainda seguiam como colônias.

<sup>50</sup> É importante delimitar quem Nkrumah deixava de fora da demarcação de população africana. Ele não se limitava a considerar a África de seu pan-africanismo como uma África negra. Em suas análises, o autor congrega os africanos do norte do continente, que possuíam origem árabe, tal qual os da África subsaariana. Casada com a

submetida em regimes de supremacistas brancos ou de *apartheid*. Países interiores que tem sua produção dependente da compra de países vizinhos ou do escoamento por países costeiros. Existia os países com um número elevado de colonos europeus povoando seu território e os em que esse número era muito mais escasso. Todos esses fatores influenciavam na posição e condição que os países se encontravam social, cultura e politicamente.

Para Nkrumah, a superestrutura do exclusivismo colonial colocada sobre as economias de subsistência da África teve por consequência um desenvolvimento regional do continente em grande medida desparelho. As regiões bem-aventuradas geograficamente como as zonas costeiras, zonas com potencial de extração de minérios e as terras com solo e clima férteis, foram exploradas dentro das limitações que impunham as necessidades coloniais de matéria prima. As demais regiões do continente não se encontraram contempladas com a inversão de capitais ou com o incentivo ao seu desenvolvimento (NKRUMAH, 1965 p. 203).

Frente a essas evidentes disparidades entre os países e territórios africanos, Nkrumah insistia na construção de uma África conjunta para remediá-las. Com a promessa de que agrupar uma extensão territorial tão grande e tão diversa entre si em torno de um só país macronacional, o líder apostava na planificação econômica e centralização política para a resolução das mazelas africanas e como forma para corrigir essas assimetrias internas existentes no continente. Essas transformações seriam feitas por meio do “núcleo essencial da integração: que coordenará todos os recursos existentes, econômicos, agrícolas, minerais, financeiros, e os utilizará de forma metódica de modo a melhorar o excedente total, para contribuir a um mais amplo desenvolvimento do capital” (NKRUMAH, 1965 p. 226).

Esse desejo de Nkrumah por unificação econômica e política continental estava associada prioritariamente a três eixos de atuação. O primeiro era a de uma planificação econômica geral sobre a base do continente, que incrementaria o poder industrial e econômico da África. A exemplo disso, Nkrumah cita os Relatórios de Missão da Coordenação Industrial da CEA (Comissão Econômica das Nações Unidas para a África) que apontam que a produção de “produção de ferro e aço, metais não-ferrosos, instrumentos de engenharia, produtos químicos e fertilizantes, cimento, papel e têxtil devem ser desenvolvidos em uma base interafricana, uma vez que a eficiência depende de uma produção em larga escala” (NKRUMAH, 1967 p.32).

---

ideia de dominação estrangeira apresentada antes, era a população descendente de europeus, que mesmo já tendo nascido a mais de uma geração no solo africano, que para o autor seguiam sendo colonizadores europeus na África e portanto intrusos no continente.

Principalmente em Neocolonialismo onde ele expõe extensamente a crescente deterioração dos termos de troca entre os países exportadores de matéria prima para os exportadores de produtos manufaturados<sup>51</sup>, o autor busca persuadir a respeito da importância do desenvolvimento industrial no continente. Em sua visão o “continente africano não poderia esperar se industrializar efetivamente ao acaso, no sistema laissez-faire da Europa” (NKRUMAH, 1967 p.12). Essas indústrias deveriam representar os interesses e vontades dos próprios africanos, sendo por isso necessário que fossem administradas pela população nativa e não por representantes do capital estrangeiro.

Individualmente, os países africanos não teriam capital para investir em processos produtivos que os permitissem entrar em um nível de competição internacional em que eles não dependessem mais da reserva de mercado das suas antigas metrópoles coloniais. A planificação econômica, decorrente da unificação e centralização política africana, contaria com maiores volumes de divisas e poderia coordenar de maneira estratégica uma industrialização que conduzisse ao desenvolvimento econômico.

As vantagens econômicas da integração iriam para além da industrialização. “Um continente como a África, por mais que aumente sua produção agrícola, não lucrará com isso a não ser que esteja política e economicamente unido para forçar o mundo desenvolvido a pagar um preço justo pelas suas colheitas primordiais.” (NKRUMAH, 1967 p.10).

Se as mudanças sociais que o autor defendia passavam pela necessidade de uma planificação econômica e esta só poderia ser produzida de forma rápida e efetiva quando os países estivessem politicamente unidos, a análise política do autor estaria estritamente intrincada em sua análise econômica, sendo difícil separar uma de outra. Sendo assim sua noção de “independência nacional só poderia adquirir plena significação quando criada uma enorme fusão de recursos econômicos e industriais que proporcionem aos diversos estados africanos uma base forte para servir de apoio ao bem-estar dos seus respectivos povos” (NRUMAH, 1965, p.225).

---

<sup>51</sup>Para subsidiar esse pensamento o autor cita que no biênio de 1954/55, quando a produção de Gana era de 210 mil toneladas de cacau, o rendimento que o país obtinha com a safra era de 85,5 milhões de libras. Dez anos depois, após uma série de iniciativas de seu governo para solidificar a produção na área, como a “devida a elevação do investimento interno, controle de doenças e pestes, do subsídio a inseticidas e máquinas pulverizadoras fornecidas aos fazendeiros e na importação de sementes de novas variedades de cacau que são resistentes a doenças endêmicas contraídas pelos antigos cacaueiros.” a produção de Gana passou a 590 mil toneladas, porém suas estimativas de recebimento do exterior é de cerca de 77 milhões. De maneira semelhante, a Nigéria produziu em 1954/55 89 mil toneladas o que lhe rendeu 39 milhões de libras. Em 1965 a estimativa era que a sua produção fosse de 310 mil toneladas, porém seus ganhos se limitavam a 40 milhões de libras. Os países teriam triplicado suas produções, porém seus rendimentos brutos caíram de 125 milhões para 117 milhões de libras (NKRUMAH, 1967 p.10-11).

O segundo eixo para essa unificação seria o estabelecimento de uma estratégia militar e defensiva unificada. Todos os apelos e chamados de Nkrumah para as ações que direcionariam ao caminho de uma unificação tinham como linha argumentativa os passivos que geravam angústias para os nacionalistas africanos da época. E poucas questões eram tão recorrentes aos entusiastas nacionalistas do que “Que estado africano pode hoje proteger sua soberania contra um agressor imperialista?” (NKRUMAH, 1965, p.287).

Com a construção de exércitos profissionais por parte das forças coloniais, os novos Estados viram a sua manutenção como a salvaguarda de suas frágeis independências. Porém seus custos econômicos (salário do efetivo permanente, armaria, treinamento e etc) e sociais (grandes grupos populacionais dedicados exclusivamente a essas atividades enquanto havia carência de mão de obra em outras áreas; e a permanência de uma estrutura poderosa a qual os líderes mostraram ter, via de regra, pouco controle) acabavam por vezes ultrapassando sua importância de garantidor político.

Nkrumah via os exércitos individuais das nações africanas como fracos em comparação com os dos seus possíveis interventores europeus. É importante retomar que na dialética de amigo/inimigo de Nkrumah, não se projeta a necessidade de exército para manutenção de soberania frente inimigos internos dentro do continente, apenas em relação às potências exógenas europeias e aos países que seguiam vitimados pelo colonialismo e/ou supremacia branca.

Sua solução para remediar essa debilidade militar era a criação de uma força militar comum, a fim de garantir a prevalência africana no continente. Individualmente, defende ele, os exércitos seriam uma carga muito onerosa para os Estados, que necessitavam do máximo de recursos para os seus desenvolvimentos. Seu apelo a esse planejamento militar de base macronacional era em contraposição às intervenções francesas no continente, alegando que dificilmente a “França teria se atrevido a atacar Bizerta se nós estivéssemos unidos”, “tampouco teria explodido bombas no Saara, apesar das urgentes e repetidas objeções africanas.” (NKRUMAH, 1965 p. 268).

Além da planificação econômica e do o exército coordenado, com custos compartilhados entre todos, temos como terceiro eixo de centralização administrativa que o autor buscava defender. A necessidade de uma política exterior e diplomacia unificadas. Essa relação da África com o resto do mundo, deveria ser calcada na busca por garantias das condições que permitissem a soberania e unidade africana e a manutenção da paz mundial e deveria ser alçada por meio da neutralidade positiva e não alinhamento.

Nkrumah reconhecia uma assimetria de poder entre os países da África e os países imperialistas, porém não significava que aqueles países deveriam se ausentar dos assuntos internacionais, tão somente por não ter uma estrutura material imponente. Os conflitos realizados entre as grandes potências trariam implicações e acabariam transbordando também para os demais países que não participassem deles. Essas nações, teriam o dever de assumir um posicionamento todas as vezes que paz fosse ameaçada. Essa foi a diferenciação que ele usou entre neutralismo positivo e neutralismo negativo, em que no segundo, os países pecariam pela omissão nos assuntos chave.

Essa atuação seria ainda mais central nos acontecimentos situados dentro do continente. As referências ao caso congolês são um insumo constante para a construção das proposições do autor. A crise do Congo teve uma grande repercussão mundial, devido a sua falha generalizada, e fora ponto de interesse para os ânimos nacionalistas africanos, dada a queda abrupta de Lumumba. Para o autor, se os “os Estados tivessem se unido e constituído um alto comando militar conjunto e uma política exterior comum, talvez tivessem alcançado alguma solução para o Congo” que “permitiria que o país elaborasse seu próprio destino, não precisando de interferência não africana” (NKRUMAH, 1967, p.189).

O conceito de unidade africana de Nkrumah, como observado, está relacionado e dependente de uma organização estatal forte, amalgamada em torno de uma autoridade central que possa coordenar e mobilizar as massas para a reconstrução e o progresso continental. Neste culto à centralização e especificamente à organização, podemos rememorar vários elementos leninistas incorporados pelo intelectual ganhês. Parte dessa semelhança pode ser atribuída pela semelhança de papéis aos quais os dois líderes se propunham, de guias nacionais rumo a construção de um novo regime político-social-econômico, em um país deficitário dos elementos que se tornavam consagrados com o advento da modernidade.

Porém as quatro décadas que separavam as duas revoluções, a de 1917 de Lênin e a de 1957 de Nkrumah, também influenciaram quais elementos seriam incorporados como decisivos na “organização” de cada um dos autores.

Se é evidente a orbitação da teoria de *organização* Nkrumah em torno do Leninismo, cabe observar que características foram incorporadas pelo autor e, principalmente, quais foram preteridas, a fim de compreender o contexto de formulação e adaptação de suas teses. Tal qual Lênin, Nkrumah acreditava que a revolução deveria ser gestada e coordenada por um partido forte e centralizador, sendo que sua ideia de organização estaria estritamente associada a sua ideia de *unidade*. “Sem força organizacional, somos fracos; a unidade é a força dinâmica por trás de qualquer grande empreendimento” (NKRUMAH, 1961 p.3). Nkrumah chegou inclusive

a incentivar a criação de um jornal marxista chamado *Spark*, ideia inspirada no jornal *Iskra*, fundado em 1901 por Lênin, com a intenção de ser não somente um propagandista e agitador social, mas um organizador coletivo.

Neste quesito de organização há uma fissura entre a teoria dos dois autores. Enquanto Lênin adotava um caráter de organização pensado em termos muito mais elitistas, com um partido menos extenso liderado por um destacamento de vanguarda, Nkrumah insistia no partido de massas que integrasse a todos os elementos da população<sup>52</sup>. O autor russo fazia questão de separar quem eram os membros do partido e quem apenas colaborava com o mesmo. Para ele não se deveria confundir o *partido*, que seria um destacamento de vanguarda da classe operária, com toda a classe (LÊNIN, 1904).

Seria unicamente enganar-se a si próprio, fechar os olhos sobre a imensidade das nossas tarefas, restringir essas tarefas, esquecer a diferença entre o destacamento de vanguarda e toda a massa que pende para ele, esquecer a obrigação constante do destacamento de vanguarda de elevar camadas cada vez mais amplas ao seu nível avançado. E é precisamente esse fechar dos olhos e esse esquecimento que se comete quando se apaga a diferença que existe entre os que têm ligação e os que entram, entre os conscientes e os ativos, por um lado, e os que ajudam, por outro (LÊNIN, 1904)

Podemos aferir que a divergência de seus escopos dos participantes ativos dos partidos revolucionários estaria justamente na concepção de inimigo que cada um dos autores projetava. Enquanto nos escritos de Lênin o inimigo da organização e do partido revolucionários seria uma tirania doméstica, os de Nkrumah remontavam a um inimigo externo bem articulado. Para o primeiro, os planejamentos de tomada de poder se centravam na derrubada da aristocracia tsarista por meio de uma elite revolucionária organizada, enquanto para o segundo a regra colonial e posteriormente neocolonial só poderia ser combatida com pressão e atividades de massa bem organizadas (MAZRUI, 1967 p.12).

Lênin não nega a importância das massas e de sua conscientização para a criação do seu objetivo final, porém a classe como um todo era um instrumento muito mais acessório, estando ele essencialmente voltado para a parte vanguardista e revolucionária das classes. O exemplo de independência indiano de 1948, o qual Nkrumah era ciente, defensor e espelhou por meio de suas campanhas de “ação positiva” em Gana, havia demonstrado para as demais colônias que

---

<sup>52</sup> Inclusive sua saída do partido UGCC para o CPP, foi pelo autor considerar o primeiro muito elitista e demasiadamente classe média para liderar a revolução por independência.

os boicotes, protestos, greves, desobediências civis e agitações contra o regime colonial dependiam do adensamento das massas para consagrar seus efeitos.

Para Nkrumah, fora a pressão das massas que convenceram os líderes políticos da transição descolonizadora de seus países a cortar o vínculo políticos com as metrópoles coloniais e garantirem a soberania nacional e seria essa mesma pressão que arrebataria essas nações para uma união continental. É depositando seus votos nessa agência popular que o autor sempre concilia em seus textos um caráter mobilizador e de articulação política centrada nos diferentes países e territórios do continente africano.

Apesar de mais aberto e receptivo às massas coloniais, o partido de Nkrumah, assim como o de Lênin, prezava por um alto nível de organização interna e de submissão à estrutura do partido. Se Lênin (1904) declara que “exprimo assim, de maneira absolutamente clara e precisa, o meu desejo, a minha exigência de que o partido, como destacamento de vanguarda da classe, seja algo o mais organizado possível, que o partido só aceite nas suas fileiras aqueles elementos que admitam, pelo menos, um mínimo de organização”, Nkrumah concorda alegando que o “forjador essencial da revolução política é um partido forte, bem organizado, com bases amplas, amalgamado por um programa que resulte aceitado por todos os membros, que, ademais, devem estar submetidos à disciplina do partido (NKRUMAH, 1965, p.82)

Nkrumah estava convencido de que marchando individualmente, os países africanos se movimentariam muito pouco no cenário internacional. O grande promotor do Pan-Africanismo de seu período, também foi um dos principais intérpretes da estrutura que impedia a concretização desse desejo que ele julgava partilhada pelas massas africanas. Se a dialética de amigo/inimigo foi trabalhada neste tópico opondo individualmente as investidas das nações imperialistas frente ao ímpeto de unificação africano, a partir da análise do neocolonialismo, o inimigo para Nkrumah assume uma estrutura mais organizada, coesa e interdependente. Com as independências, o imperialismo financeiro se reconfigurava para gerar um tecido que interligado “fornece, em parte, a corda do carrasco que está servindo para tentar estrangular a independência africana e a unificação política da África.” (NKRUMAH, 1967, p.188). Com os sistemas econômicos e financeiros dependentes do antigo dominador colonial, os Estados seriam constringidos a não se unirem e, para Kwame Nkrumah, o agente desse imobilismo da unidade africana e da concretização da luta pan-africana seria o Neocolonialismo.

### 4.3 NEOCOLONIALISMO

Com o lançamento de Neocolonialismo em 1965, há uma complexificação na análise de Nkrumah a respeito dos “inimigos incansáveis das independências e da unidade africana” estando eles ligados a uma cadeia internacional de interesses comuns que consideravam a ideia de União como um obstáculo à continuação de seu domínio sobre os recursos e economias africanos (NKRUMAH, 1967, p.41). Este império do capital financeiro, que congregava uma vasta rede intercontinental altamente diversificada, seria o responsável pelo controle da vida de milhões de pessoas das regiões da periferia global, manipulando mercados, indústrias e explorando seus trabalhos e riquezas.

Com uma base de atuação que se estendia por todo o continente, esse império do capital financeiro, ciente de que o colonialismo tradicional estava se retraindo na África<sup>53</sup>, buscou articular novas formas de atuação para manter seus domínios sobre seus territórios. A essa manutenção da dependência dos povos africanos frente a potências imperialistas exógenas à África mesmo com o advento de sua soberania política nominal, Nkrumah chamou de neocolonialismo.

Mesmo já tratando de maneira transversal desse conceito desde o início da década de 1960, é com a publicação do livro, que veio a se tornar o seu mais famoso, que o neocolonialismo ganha robustez<sup>54</sup>. Em 1965, praticamente todos os países que atualmente compõe o continente africano já tinham sua independência política ante suas antigas metrópoles coloniais, porém seguiam distante de alcançar um pleno desenvolvimento para os seus territórios. O neocolonialismo, enquanto conceito, constrói uma ferramenta importante para a análise não somente do continente africano, mas de todo o mundo pós-colonial, uma vez que ele tem por objetivo lançar as bases para compreender e combater os efeitos do imperialismo na manutenção da condição de subdesenvolvimento nos países que passaram por uma situação colonial.

---

<sup>53</sup> Isto não significa, entretanto, que Nkrumah considerasse a forma de colonialismo direto como completamente extinta. Para ele haviam várias potências imperialistas que eram extremamente apegadas a territórios coloniais que eram estrategicamente importantes, como nos casos do Vietnã, Coréia, Suez e Argélia (NKRUMAH, 1967 p.48).

<sup>54</sup> Neste livro, O intelectual buscou analisar o neocolonialismo a partir de três frentes. Primeiro examinando o continente africano e demonstrando como o neocolonialismo é o franco responsável por mantê-lo artificialmente pobre apesar de todo o potencial que ele possui. Segundo, por meio da apologia a Unidade Africana, que viria com a derrota do neocolonialismo e permitiria uma ligeira elevação no nível de vida da população. E por último realizando uma análise do neocolonialismo, primeiro historicamente e depois a partir dos grandes monopólios internacionais (NKRUMAH, 1967 p.XIII).



Com o objetivo da independência nacional já lograda na maior parte do continente, Nkrumah se debruça para sistematizar o que seria o novo desafio do continente. Para o autor, uma vez que adquirida a independência, a antiga metrópole não poderia mais reverter o processo, como ocorrera no século anterior no caso do Egito. Ao mesmo tempo, os Estados que ainda possuíam colônias, poderiam se dedicar apenas na sua preservação, pois não haveria possibilidade de ser criadas novas. Com um sistema altamente dependente da exploração de terceiros para sua manutenção, uma vez que o colonialismo se desfazia, esses impérios necessitavam que o neocolonialismo entrasse em seu lugar.

“A essência do neocolonialismo é de que o Estado que a ele está sujeito é, teoricamente, independente em todos os adornos exteriores da soberania internacional.” Porém na prática “seu sistema econômico e, portanto, seu sistema político é dirigido do exterior.” (NKRUMAH, 1967 p.I). O neocolonialismo não deve, entretanto, ser encarado como um indicativo de força do imperialismo, mas sim como desesperado e repugnante último estertor demonstrando a incapacidade de dominar mais tempo pelos antigos métodos (NKRUMAH, 1967, p.297).

Como já abordado, a análise do Neocolonialismo de Nkrumah é fortemente tributária do Imperialismo de Lênin, utilizando as ferramentas teóricas do livro deste autor para historicizar sobre o processo de consolidação do imperialismo. Influenciado pelo conturbado período da Primeira Guerra Mundial, o autor russo realizou a primeira grande revisão da supremacia imperialista, que segundo Nkrumah, teria dado conta de explanar sobre a fase monopolista do capitalismo que “por meio de uniões, fusões, acordos de patentes, acordos de vendas, cotas de produção, fixação de preços e uma série de outros mecanismos comuns, se constituía em uma confraria internacional” (NKRUMAH, 1967 p.43). Dessa forma, concomitante com o processo de “fusão de empresas industriais, houve a concentração de bancos e sua penetração nas grandes empresas industriais e comerciais para cujo capital contribuíram fortemente”, criando o cenário que Nkrumah designou como a união entre o industrial e o banqueiro, na qual o último é quem tinha o domínio (NKRUMAH, 1967 p.92).

De intermediários, fazendo inicialmente o papel apenas de emprestadores de dinheiros, os bancos passaram a poderosos monopólios, tendo sob seu comando quase que todos os meios de produção e fontes de materiais primários de um determinado país e de diversos países. Essa transformação de numerosos intermediários humildes em um punhado de monopolistas representa um dos processos fundamentais da passagem do capitalismo para o imperialismo capitalista. (LÊNIN 1961 p. 45 Apud NKRUMAH, 1967, p. 92)

Se Lênin havia tentado levar a análise de Marx adiante, estabelecendo o Imperialismo como o “Último Estágio do Capitalismo”, Nkrumah agia de maneira análoga intencionando

aprimorar a teoria de Lênin por meio de seu Neocolonialismo: o “Último Estágio do Imperialismo”. Entretanto há uma diferença entre o que cada um estava tentando explicar. Ao passo que o objetivo principal de Lênin era examinar as condições dos países imperialistas em si, isto é, o que havia na Grã-Bretanha que permitia que ela dominasse os outros e criasse um império cujo sol nunca se punha, o de Nkrumah era a investigação dos países na condição de antigas colônias, ou seja, que fatores estão presentes na permanência do continente africano como um território a ser dominado por impérios (MAZRUI, 1967 p.12). Cada um dos autores estava interessado em entender um lado oposto de uma mesma moeda que era o imperialismo.

Outra parte do imperialismo de Lênin apropriada por Nkrumah está na expansão imperial como remodeladora da luta de classes internas, prevista por Marx. Lênin usava essa explicação como resposta ao porquê da luta de classes na Inglaterra, principal país capitalista e o mais industrializado do período, não estava trazendo uma pauperização da classe operária ou aflorando os ímpetus por uma eclosão revolucionária por parte dos trabalhadores como previu Marx. Com o domínio do império britânico de outras regiões do mundo, ocorre uma exportação desse conflito entre a burguesia e o proletariado para o cenário internacional, levando a dicotomia para os Estados imperialistas versus os territórios coloniais. Porém quando o império britânico inicia sua desintegração na década de 50 e 60, Nkrumah teoriza sobre a manutenção do deslocamento dessa luta de classe para fora do reino inglês.

Sua teoria do neocolonialismo baseada no imperialismo de Lênin, confere a esse novo sistema de explorar outras pessoas no exterior, sem de fato governá-las, como um fenômeno que serviria ao mesmo propósito do antigo imperialismo tradicional (MAZRUI, 1967 p.7). Dessa maneira permaneceria na ativa o conceito de *guerra internacional de classe* cunhado pela economista britânica Barbara Ward e que Nkrumah adota em seu livro (Nkrumah, 1967 p.XII) para explicar o adiamento do embate de questões sociais internas nos países centrais. O capitalismo dos países europeus apenas adiou a sua crise interna, à custa de transformá-la em uma crise internacional.

No início do século XX, momento em que o domínio do capital financeiro se tornou absoluto, é quando se atinge o nível de imperialismo. Tendo na livre competição um elemento central de seu discurso fundador, o capitalismo agora neste seu *estágio mais elevado* é permeado de monopólios formados por trustes e cartéis que adquirem um caráter internacional dividindo o mundo e seus mercados entre si. (NKRUMAH, 1967 p.96; 1965, p.45) A partir disso, o capital passa a ter a necessidade de encontrar novas esferas de investimento além-mar que produza lucros mais rapidamente do que os encontrados em seus próprios países. “A exportação de capital, portanto, torna-se o dínamo do imperialismo que movimenta a

exportação e leva à captura de colônias como meio de assegurar o controle monopolista” (NKRUMAH, 1967 p.97).

Porém, se durante o século XIX as colônias foram usadas como fonte de riqueza para mitigar os conflitos de classes dentro da Europa, análise de Nkrumah corroborando com a teoria de Lênin, esse objetivo foi alcançado apenas parcialmente e de maneira paliativa. Para o ganês, no imediato pré 2ª Guerra Mundial, o hiato entre a população mais pobre e mais rica dentro da Europa estava chegando a níveis insustentáveis. Nesta conjuntura, os lucros que eram obtidos com o advento do colonialismo eram destinados apenas a um pequeno número de abastados empresários o que não acarretaria grandes diferenças para o restante da população

Com o fim da guerra e suas consequências imediatas, como a necessidade de reconstrução de uma Europa arrasada pelos conflitos bélicos, os trabalhadores começaram a demandar mais direitos e condições sociais mais justas, impossibilitando a que os Estados seguissem a sua organização tal qual o período anterior a Guerra. Para evitar disputas internas com sua população, a maioria dos governos, objetivando também manter sua legitimidade e governabilidade, iniciaram reformas para se transformar em Estados de Bem-Estar Social (*Welfare States*). Esses impérios, portanto, começaram a reconfigurar as suas políticas domésticas aumentando direitos e oportunidades para os seus cidadãos e também as suas políticas externas, sobretaxando os territórios do além-mar para que eles pagassem por esses avanços. Assim se firmaria o princípio colonial, e posteriormente neocolonial, de exportar os conflitos sociais dos países capitalistas para o terceiro mundo (NKRUMAH, 1967, p.iv-vi). Para se sustentar o *welfare State* de um lado do Mediterrâneo, se implementava um *Warfare State* no outro.

A Segunda Guerra Mundial trouxe uma série de transformações no interior do continente africano também. Como já relatado, a partir desse momento o coro por libertação nacional começou a ganhar mais força e ecoar por toda África. Ao perceberem que a manutenção dos sistemas coloniais como tidos no pré-guerra era impossível, as potências imperiais começaram a reformar sua relação com a continente<sup>55</sup>. O imperialismo tendo de ser adaptado para a perda do controle político direto, passou a utilizar um aparato dominativo mais tácito para estender seu domínio econômico, e conseqüentemente sua força política, recorrendo ao artifício da insinuação neocolonialista (NKRUMAH, 1967, p.38)

---

<sup>55</sup> O Reino Unido em especial percebeu a necessidade dessa manobra em um estágio inicial, o que o resguardou dos conflitos fracassados do colonialismo francês na Argélia e no extremo oriente (NKRUMAH, 1967, p.ix-xx).

Quando obtida a independência, a maioria dos novos Estados africanos ficavam receosos de ter que lidar com uma série de adversidades as quais eles eram empurrados ao sair do ventre do colonialismo. Com a perspectiva de ter de encarar a pobreza, doenças, ignorância e a falta de recursos técnicos e financeiros sem os devidos instrumentos para isso, muito desses países relutam em cortar as relações com a antiga metrópole colonial. “Sua hesitação é reforçada pela água com açúcar da ajuda, meio-termo entre a avidez da fome e a maior alimentação esperada, que nunca chega” (NKRUMAH, 1967, p.38).

Para o ganês a maior parte da ajuda que era despendida pelas potências capitalistas tinha como único objetivo nutrir a dependência dessas ex-colônias. O líder de Gana acreditava que por meio do cavalo de troia da ajuda, o mundo ocidental buscava exercer o domínio neocolonial ante a esses povos e inseri-los nas políticas de guerra fria (NKRUMAH, 1965 p.243). A camuflagem de ajuda bilateral não passaria de uma armadilha neocolonialista, que investiria nesses Estados somente pautados pelos seus próprios interesses. “Antes do declínio do colonialismo, o que se conhece hoje como ajuda era simplesmente investimento estrangeiro” (NKRUMAH, 1967 p. 59)

Já a ajuda multilateral gera algumas controvérsias para o autor. Se por um lado ele considera que o multilateralismo “é na realidade a única forma eficiente de ajuda” (NKRUMAH, 1967 p.VIII), por outro ela também está no rol de armadilhas neocolonialistas de frente econômica, fazendo com que organizações internacionais como o FMI, Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), a Corporação Internacional de Finança e a Associação Internacional de Desenvolvimento, forçassem seus mutuários a se submeter as suas políticas fiscais e econômicas e “a várias condições ofensivas, como o fornecimento de informações sobre suas economias, submeter sua orientação e planos a exame pelo Banco Mundial e aceitar a supervisão do uso dado aos empréstimos.” (NKRUMAH, 1967 p.285).

Essa divergência em seu pensamento sobre o caráter que a ajuda multilateral poderia assumir, repousa em que organização internacional oferecerá essa ajuda. Nkrumah era cético quanto a possibilidade de ajuda multilateral enquanto o neocolonialismo existisse, pois com ele estão inerentemente ligadas as esferas de influência que apenas ressaltariam hostilidades internas entre os países capitalistas, sendo que o incentivo à criação de indústrias manufatureiras que permitissem um desenvolvimento autônomo contrariaria a lógica dos industriais e financistas do mundo ocidental, pois competiria direta ou indiretamente com as exportações que lhes gerava lucro nestes territórios (NKRUMAH, 1967 pVIII). Apesar de acreditar que a ajuda multilateral teria a potencialidade de encaminhar para um desenvolvimento que fosse

pautado pela agenda africana e não pelos anseios individuais dos países capitalistas, as Organizações Internacionais citadas anteriormente, para Nkrumah eram apenas agentes do império financeiro internacional, uma vez que tinham como principal financiador o capital estadunidense (Nkrumah, 1967 p. 285)

Dito isso, Nkrumah também tinha que lidar com as necessidades urgentes de Gana, conciliando seu espaço teórico com a sua condição de Chefe de Estado. Com as constantes ondas de industrialização e modernização que ele implementava no país havia uma demanda altíssima pela entrada de capital estrangeiro em seus cofres públicos como forma de financiar esses gastos. Nkrumah busca evidenciar que a luta contra o neocolonialismo não visava impedir que o capital internacional entrasse no continente, mas impedir que esse dinheiro e o império financeiro aumentassem a discrepância entre os países mais ricos e os mais pobres do mundo. Era esse capital estrangeiro utilizado “para exploração em lugar de ser para o desenvolvimento das partes menos desenvolvidas do mundo” (NKRUMAH, 1967 p.II) que deveria ser combatido. A cooperação junto a esses países capitalistas era inclusive um dos objetivos do não-alinhamento de Nkrumah, que buscava a colaboração com todos os Estados, sejam eles Capitalistas, socialistas ou de economia mista. “Tal orientação, portanto, envolve o investimento externo de nações capitalistas, mas este deve ser investido de acordo com um plano nacional organizado pelo governo do Estado não-alinhado, com seus próprios interesses em mira.” (NKRUMAH, 1967 p.II)

Porém, se os governos não alinhados buscavam nessa inversão internacional de recursos um mecanismo para seu desenvolvimento interno, os países que possuíam governos títeres do neocolonialismo não se interessariam em “desenvolver educação, aumentar o poder de negociação dos trabalhadores e nada que contradiga a antiga trama colonial”. A *ajuda* que esses governantes ganhavam era “receber um crédito rotativo, pago para o senhor neocolonial, passando pelo Estado neocolonial e retornando ao senhor neocolonial sob a forma de lucros aumentados.” (NKRUMAH, 1967 p.II). Isso ocorre, pois os governantes desses países nunca vão fazer nada que contrarie o interesse do além-mar, e “até a educação é vista com suspeita, uma vez que ela pode criar um movimento estudantil, que em vários países menos desenvolvidos, tem sido a vanguarda da luta contra o colonialismo.” (NKRUMAH, 1967 p. VIII).

O grau de ajuda que os países africanos recebiam é diretamente proporcional ao retorno que eles poderiam proporcionar à nação que lhe ajudasse. Na visão de Nkrumah, haveria gradações entre os auxílios prestados, sendo a ajuda militar o traço mais manifesto e irresponsável do neocolonialismo tendo desdobramentos extremamente danosos para o país que

a recebesse. “A ajuda militar marca na realidade o último estágio do neocolonialismo e seu efeito é autodestruidor. Mais cedo ou mais tarde, as armas fornecidas passa às mãos dos oponentes do regime neocolonialista e a própria guerra agrava a miséria social que a provocou originalmente.” (NKRUMAH, 1967 p.IX)

Em sua análise do fenômeno neocolonial, a persistência de países submetidos a esse jugo traria complicações a todos os outros Estados que buscavam o desenvolvimento conjunto e não-alinhado. Um dos principais problemas que esse domínio neocolonial traria ao continente eram as constantes ingerências que esses territórios ficavam a mercê, uma vez que na tentativa de se adaptar ao modelo ocidental de Estado-Nação, principalmente esses países que Nkrumah considerava administrados por governantes títeres do imperialismo, sendo assim, não popularmente aclamados, tinham uma grande instabilidade política<sup>56</sup>. À diferença do modelo colonial, quando o governo neocolonial não apresentava os resultados desejados para o ocidente, ou a população nativa demonstrava descontentamento, o conglomerado de forças internacionais que os colocou neste posto rapidamente o substituía, para que seus interesses seguissem garantidos. “Nos territórios neocolonialistas, uma vez que a antiga metrópole colonial teoricamente cedeu o controle político, se as condições sociais provocadas pelo neocolonialismo causarem uma revolta, o governo neocolonialista local pode ser sacrificado e outro, igualmente subserviente, posto em seu lugar.” (NKRUMAH, 1967 p.VII)

A questão da unidade continental ou de ao menos diretrizes políticas comuns entre os Estados africanos eram essenciais mecanismos do combate ao neocolonialismo, pois para Nkrumah caso o império financeiro obtivesse controle em qualquer porção territorial africana, todas as demais regiões também seriam vitimadas com o neocolonialismo. “Todos os lucros do

---

<sup>56</sup> Um dos principais exemplos que Nkrumah recorre para elencar sua teoria sobre os governos títeres e Estados neocoloniais, e que também despertava os discursos efusivos de todos os líderes pan-africanos do período, é o sistema estabelecido na Rodésia do Sul (atual Zimbábue). Em 1965, uma minoria de colonos brancos na Rodésia do Sul, liderados por Ian Smith, declararam unilateralmente a independência do país e iniciaram um regime de supremacia branca de segregação racial sem sufrágio universal e eleições livres. Para o ganês, uma “minoria europeia de menos de um quarto de milhão de pessoas não poderia manter, nas condições atuais da África, o domínio sobre 4 milhões de africanos sem apoio externo de alguma parte.” (NKRUMAH 1967, p.25). Uma vez que a Grã-Bretanha não reconhecia a independência do país, ela ainda o mantinha nominalmente como uma colônia. E essa relação trazia na ótica de Nkrumah um status de proteção oficial para os colonos brancos, uma vez que, assim como na África do Sul, “os racistas europeus ficam livres para tratar os habitantes africanos como lhes aprouver” pois estariam na zona de influência britânica. Neste caso, Nkrumah considerava escancarado que a Grã-Bretanha “cede a um governo local, sobre o qual diz não ter controle, poderes ilimitados e exploração ilimitada dentro do território. No entanto, a Grã-Bretanha conserva ainda poderes para excluir outras nações de intervir, seja para libertar sua população africana ou para levar a sua economia para outra zona de influência.” (NKRUMAH 1967, p.25)

neocolonialismo podem ser garantidos se, em qualquer área determinada, uma razoável proporção dos Estados tiver um sistema neocolonialista. Não é necessário que *todos* o tenham.” (NKRUMAH, 1967 p.VI). Tendo o controle indireto por essas regiões, uma eventual organização dos demais Estados africanos para a imposição de preço de suas matérias-primas é enfraquecida, uma vez que as potências exógenas teriam uma entrada facilitada a esses produtos. Essa ruptura na unidade política causaria também um fraturamento em qualquer tentativa coesa de desenvolvimento endógeno no continente, pois os estados neocoloniais seriam atalhos para os impérios ocidentais imprimir suas marcas na África. A existência desses Estados clientes abalaria o sistema de cooperação de todos os demais que pautavam o pan-africanismo. “Enquanto o Neocolonialismo puder evitar as condições políticas e econômicas para o desenvolvimento ótimo, as nações em desenvolvimento, quer estejam ou não sob o controle neocolonialista, serão incapazes de criar um mercado suficientemente amplo para sustentar a industrialização.” (NKRUMAH, 1967 p.vi)

Para Nkrumah, a criação desses Estados clientes também estava associada com a nova formatação de guerra que se inaugurava durante a Guerra Fria. Nessa nova fase “Com a proliferação das armas nucleares o balanço de forças, que se apoiava em uma guerra em grande escala, se tornou ultrapassado, pois existia a possibilidade de uma destruição mútua maciça” (NKRUMAH, 1967 p.III), sendo assim a guerra em âmbito mundial começava a se tornar insustentável e passou a ser cambiada pelo conceito de guerras limitadas. Neste terreno, Nkrumah infere que o neocolonialismo seria um palco fértil. Com a balcanização que advém com esse sistema, o continente não possuiria grandes unidades que pudessem inviabilizar a ocorrência de guerras limitadas em seu solo. Nkrumah temia que esses países, subservientes ao bloco capitalista, fossem usados em guerras *proxy* que abririam as portas do continente para a entrada da Guerra Fria em seu terreno. Mais uma vez o autor busca convencer por meio do pan-africanismo a busca de uma solução integrada para essa contingência que ocupava as mentes dos líderes e cidadãos africanos do período.

Se a África se unisse, nenhum bloco de grandes potências iria tentar subjugar-la através de uma guerra limitada, porque pela própria natureza das guerras limitadas, o que se pode conseguir através dela é, em si, limitado. É apenas onde existem pequenos estados que se pode desembarcar centenas de fuzileiros ou financiar tropas mercenárias que se torna possível assegurar resultados decisivos. (NKRUMAH, 1967 p.III)

Para a sustentação do padrão de vida ocidental, esse predomínio econômico não poderia cessar. A Europa e os Estados Unidos haviam alcançado uma expansão tão grande de suas

capacidades produtivas e suas produções potenciais que havia o corolário de exportar também em escala crescente os seus produtos industrializados e o excesso de seu capital para um mercado que gerasse uma quantia ainda maior de lucro. “o fato mais notável é de que o índice de lucro da exportação das áreas menos desenvolvidas é maior do que o obtido das nações mais industrializadas”, sendo assim “é muito mais fácil então a finança imperialista penetrar mais e mais nos países em desenvolvimento onde o domínio colonial se rompeu ou está se rompendo.” (NKRUMAH, 1967 p. 58)

Nkrumah analisa que a permanência desse sistema seria orquestrado de várias formas e métodos diretivos. Nos casos mais extremos ele se daria por meio da ação militar deflagrada, como o envio de tropas imperialistas para guarnecer o território de um Estado neocolonial e controlar seu governo. Porém, via de regra, essa atuação se aplicaria utilizando métodos mais latentes como manipulações econômicas e monetárias<sup>57</sup>, e infiltração religiosa, educacional e cultural. Através de acordos de cooperação amistosa nas áreas educativas, culturais e sociais, que na verdade seriam tão somente subterfúgios, os países neocolonizadores objetivavam “subverter os padrões desejáveis de progresso nacional aos objetivos imperialistas dos monopólios financeiros.” (NKRUMAH, 1967 p.54)

Com esses argumentos, Nkrumah tenta denunciar a penetração de uma ideologia ocidental que estaria sendo utilizada para manter o domínio sobre o continente. Por meio de uma filosofia social bem articulada, esses intelectuais orgânicos do imperialismo buscavam vender a ideia de uma civilização harmônica tendo como princípio a cooptação de seus termos socioculturais para a África. Desta feita, o ganês busca disputar essa narrativa denunciando essa empreitada neocolonial por meio do fortalecimento de uma via pan-africana.

Dentre os principais agentes que competiam com a narrativa neocolonial de Nkrumah estava a França de De Gaulle que almejava a criação de uma comunidade francesa intercontinental. O autor buscava convencer os demais Estados e seus partícipes dos malefícios dessa aproximação euroafricana, destacando que “posto que a França vê seu crescimento e desenvolvimento continuados na manutenção da atual relação neocolonialista com as nações subdesenvolvidas colocadas dentro de sua órbita, isso só pode significar o engrandecimento da brecha que as separa.” (NKRUMAH, 1965 p.235).

---

<sup>57</sup> Como exemplos desses métodos, o autor cita a obrigação da aceitação de produtos manufaturados da potência imperialista com a exclusão de produtos de competidores de outras procedências; a manipulação das políticas governamentais por meio do envio de especialistas que orientariam a burocracia interna desses países e a imposição de um sistema bancário controlado pela potência imperialista, como é o caso do Franco CFA (NKRUMAH, 1967 p.i).



Porém, liderando a luta ideológica da imposição do neocolonialismo na África estariam as forças imperialistas sediadas nos Estados Unidos, pois esta seria a principal potência imperialista de então. Nkrumah afirmava que este país era o franco candidato a preencher o suposto vácuo que se instaurava com a retirada das potências coloniais ante a ascensão dos governos nacionais africanos (NKRUMAH, 1967 p.66). Na sistematização adotada pelo autor em *África Deve Unir-se*, o neocolonialismo atuaria em segredo, dirigindo homens e governos, sendo dessa forma livre do estigma que acarreta o governo político. Ele criaria Estados clientes, com uma independência apenas nominal, mas que de fato, “são peões que manejam a mesma potência colonial, que, supostamente, os deu a liberdade” (NKRUMAH, 1965 p. 233). Esse conceito permanece estável dois anos depois, porém há uma dilatação em quem dita as regras para esses Estados Clientes.

O principal responsável pelo reavivamento do colonialismo agonizante das antigas potências imperiais seria a crescente de coalizões internacionais do monopólio financeiro que lançavam seus tentáculos por todo globo. Nkrumah via nos EUA o principal ator dessa internacionalização financeira e, conseqüentemente, o protagonista do novo imperialismo neocolonial na África. Para analisar os indicativos dessa relação de domínio, Nkrumah apresenta os desdobramentos econômicos que o país teve com o continente do outro lado do Atlântico e como eles se modificaram ao fim da Segunda Guerra Mundial. A instabilidade de Europa do pós guerra foi convertida em vantagens para o país americano que foi responsável por uma *nova divisão da África*. Antes da Guerra, apenas 3% dos investimentos externos dos EUA eram na África e o comércio do continente com o país representava menos de 5%. “Quando a guerra chegou ao continente, bases militares e ligações comerciais foram criadas pelos norte-americanos, a partir das quais realizaram suas penetrações maiores, depois de acabada a guerra.” (NKRUMAH, 1967 p.70-71)

Também no caráter ideológico o autor faz referência às constantes vinculações midiáticas da imprensa e outros meios de propaganda lembrando das movimentações estadunidenses contra o colonialismo e a favor da libertação dos povos africanos. Para Nkrumah, o país desejava “obter o colonialismo de fato pregando, ao mesmo tempo, a independência.” (NKRUMAH, 1967 p. 283)

Essa penetração estadunidense não ocorreu sem conflitos com os antigos impérios coloniais que ali se instalaram. No neocolonialismo, as antigas metrópoles perdem o monopólio de subjugação desses países, tendo que concorrer e muitas vezes ver seus interesses contrariados frente a este Super-Estado que também impunha suas vontades políticas. O autor evidencia essa rivalidade no não alinhamento da política externa de países neocoloniais que estariam sob a

guarida francesa, quando o posicionamento do país europeu contrariasse as diretrizes estadunidenses<sup>58</sup>. Além disso, para Nkrumah (1967, p.66) “Vietnã e Congo são exemplos de amargos antagonismos entre os EUA e outros imperialismos”.

Em seu livro Neocolonialismo notamos uma postura muito mais contundente em relação aos EUA do que a apresentada em seus escritos anteriores. Se em África Deve Unir-se ele se limitava a falar do imperialismo que o país exercia na América do Sul (Nkrumah, 1965 p.286), em Neocolonialismo Nkrumah confere ao país uma política de franca agressão em diversas partes do globo acobertada por uma postura de potência anticolonial e de crítica ao imperialismo britânico (NKRUMAH, 1967, p.66). “Porém essa pose é superficial e a máscara cai a todo momento, mesmo, frequentemente, ante resoluções anticolonialistas cruciais pressionadas pela maioria afro-asiática e socialista nas Nações Unidas, quando os EUA e a Grã-Bretanha se veem isolados, ou apenas com a França, Portugal, África do Sul e Austrália votando contra ou se abstendo” (DUTT, 1964 Apud NKRUMAH, 1967, p. 66).

Um dos grandes avanços da teoria de Nkrumah é que o neocolonialismo se ampliou a ponto de não ser mais gerido tão somente pelos Estados-Nação imperialistas, de forma que o autor narra a emergência de uma força internacional que teria intenções mais ou menos coesas e que dirigiriam direta ou indiretamente os demais atores neocoloniais para concretizar seus objetivos, seja pela persuasão, seja pela força. Existiria o que o autor chama de “Governo Invisível”<sup>59</sup> comandado pelo Império do Capital Financeiro, que seria um “um agrupamento frouxo e amorfo de indivíduos e órgãos tirados de muitas partes do governo visível” (NKRUMAH, 1967, p. 282). O autor busca explorar os mecanismos que os interesses financeiros de gigantes internacionais operam para controlar Estados independentes, podendo assim transcender uma concepção de controle pautada unicamente nos Estados imperiais. Não

---

<sup>58</sup>Nkrumah relata os episódios da oposição Francesa a política dos EUA ao reconhecer a República Popular da China, recomendar a neutralização do Vietnã e não dar apoio à intervenção “humanitária” belga e estadunidense no Congo em Stanley-ville. Episódios esses que não sofreram o acompanhamento em massa dos países que a França teria o controle neocolonial (NKRUMAH, 1967 p.22).

<sup>59</sup>O conceito de Governo Invisível foi tomado emprestado do livro homônimo de David Wise e Thomas B. Ross, publicado em 1964. O livro buscava analisar o papel da Agência Central de Inteligência (CIA) dos EUA na política externa do país e nas ingerências que ocorriam em outros governos em desenvolvimento, como o golpe na Guatemala de 1954, o golpe iraniano de 1953 e a tentativa de golpe em Cuba orquestrada na invasão da Baía dos Porcos. Tal livro se tornou o nº1 dos mais vendidos da lista da revista Time e número dois na lista da New York Times um ano antes da publicação do Neocolonialismo de Nkrumah, sendo a incorporação do seu conceito pelo autor um aporte importante para trabalhar com a probabilidade de ingerências internacionais nos países africanos, corroborando com a ideia de *inimigo* estadunidense à África que o autor passou a performar. O Governo Invisível está inserido em uma trilogia dos autores a respeito de espionagem internacional contemporânea, iniciada com *The U-2 Affair* (1962) que remonta a derrubada do avião espião da CIA por parte da União Soviética em 1960, pilotado por Francis Gary Powers e finalizada com *The Espionage Establishment* (1967) que trata das agências de espionagem e inteligência dos principais atores internacionais do período.

é como se a lógica do Estado como o garantidor da exploração no país neocolonial houvesse sido abolida, muito pelo contrário, Nkrumah inclusive salienta que a manutenção das colônias portuguesas até o momento<sup>60</sup> se devia pelo interesse que o império financeiro tinha na continuidade dessas possessões portuguesas. Neste caso específico, para Nkrumah até Portugal teria características de Estado neocolonial, uma vez que a manutenção de seu império não era fruto de seu próprio poder ou estrutura, sendo apenas um títere desse governo invisível<sup>61</sup>.

Fruto dessa relação perniciosa e cada vez mais indissociável entre o capitalismo industrial e o capitalismo financeiro, o governo invisível, apesar de invisível e de possuir caráter global, Nkrumah delega aos Estados Unidos o principal responsável pelo fortalecimento desse novo agente. Nesta crescente crítica aos Estados Unidos, Nkrumah dispõe no seio deste país a cidadela do neocolonialismo, sendo ditado a partir de seu solo as diretrizes dessa força global que ganhava força. Fruto das conexões de Wall Street com o Pentágono estadunidense e de vários outros serviços de informação, defesa e segurança que a periferia global que buscava meios alternativos de desenvolvimento teria sofrido com diversos golpes e tentativas de golpes de Estado, além de campanhas bem articuladas de difamação, seguidos de inúmeros assassinatos, desaparecimentos e acidentes fatais de políticos que governavam as novas nações emergentes (NKRUMAH, 1967, p283).

Se o horizonte de expectativa de Nkrumah tinha um tom costumeiramente positivo e otimista para a construção de uma autonomia e unificação africana, ele era sempre fatalista para o destino do imperialismo e mesmo para as nações desenvolvidas que o praticavam, considerando a manutenção do neocolonialismo uma pedra amarrada no pescoço destas, que “a menos que possam livrar-se dele, serão afogadas” (NKRUMAH, 1967, p.IX). Essa concretização de futuro seria alcançada não pelas vias do capitalismo difundido no ocidente, mas por meio do socialismo que emergia como uma possibilidade cada vez mais real, principalmente após o “triunfo da revolução de outubro na Rússia” que “representou um golpe severo para o capitalismo monopolista internacional” (NKRUMAH, 1967 p.44). Era por meio dessa ideologia e sistema político alternativo, que “estava alcançando um êxito significativo ao

---

<sup>60</sup> Em que pese, na década de 1960, as guerras por libertação fossem ficando cada vez mais populares, e até violentas, na África sob colonização portuguesa, foi só na metade de década de 1970 que estes países puderam gozar de sua soberania política.

<sup>61</sup> Nkrumah delega a Portugal uma posição de extrema subserviência a seus pares imperialistas, sendo aquele inclusive uma semicolônia da finança britânica (NKRUMAH, 1967 p.45). A própria participação de Portugal na OTAN, para o autor não está relacionada com a eventual possibilidade do país fornecer qualquer assistência militar aos demais membros da aliança, mas sim com o empréstimo de forças e estruturas que os demais países o dispõem para que seus territórios ultramarinos sigam sendo enclaves europeus na África.

retirar um sexto da superfície da terra do campo de operações capitalismo monopolista”(NKRUMAH, 1967 p.44), que Nkrumah tomaria como veículo que o conduziria para o futuro que ele idealizava. Seria incorporando esse conceito que ele buscaria a concretização de suas projeções em oposição às vias de desenvolvimento ocidentais que passavam pela inerentemente pela hierarquização império/colônia.

#### 4.4 SOCIALISMO

Presente em alguma medida em todos os seus livros, o caminho socialista é uma importante chave para a compreensão dos escritos de Kwame Nkrumah e também um decisivo ponto em sua mudança de pensamento após o golpe político que o alijou do poder. Muito embora as teorias correntes no ocidente tivessem sempre uma pretensão de alcance universal e um caráter milenarista, a transposição do marxismo para os contextos políticos, econômicos e sociais distintos da Europa Ocidental industrializada perpassava por uma série de entraves práticos e teóricos<sup>62</sup>. Dessa feita, a reapropriação de elementos do socialismo marxista-leninista como uma importante via política na arquitetura da sociedade a qual ele tentava construir remonta a um esforço intelectual interessante de ser analisado. Para o ganês,

As teorias econômicas formuladas na Europa nasceram da experiência desse continente. Não foram concebidas como guias para promover o desenvolvimento, mas antes foram resultados das análises desse desenvolvimento alcançado. Incluso a teoria do imperialismo do Lênin surgiu do estudo do crescimento do capitalismo e sua expansão monopolística. (NKRUMAH 1965 p.224)

Nessas teorias ocidentais as culturas indígenas eram identificadas como a imagem do atraso, presas em ideias de índices evolutivos em que as sociedades africanas já iniciavam em

---

<sup>62</sup>Para saber mais, Fabrício Cardoso de Mello, faz uma análise entre as diferentes formas que intelectuais engajados na periferia global enfrentaram os desafios teóricos e políticos para a adaptação do socialismo em suas sociedades que passavam pelo colonialismo ou a sua sombra ainda trazia consequências. A partir da construção de vias socialistas recriadas a partir das vicissitudes históricas de suas sociedades, Mello analisa o pensamento de Mariátegui, Senghor e Nkrumah.(MELLO, 2016). Outra pesquisa interessante a esse respeito pode ser encontrada na obra do historiador queniano Ali Mazrui, *Towards a Pax Africana: A Study of Ideology an Ambition* (1967), em que o autor busca analisar o alcance e as colorações que o socialismo na África assumiu, comparando o caráter mais marxista defendido por Guiné e Mali; a perspectiva leninista abordada em Gana, tendo inclusive chamado Nkrumah de “*Leninister Kzar*”; o comunismo de apelo ao modo de vida tribal do *Ujamaa* de Nyerere na Tanzânia; o dilema Queniano entre estabelecer o socialismo e africanizar o capitalismo já existente e o protagonismo da justiça social nos debates na Nigéria, Senegal e Uganda.

uma posição subordinada. Tais matrizes de pensamento eram fiduciárias de um evolucionismo social que costumeiramente revelava o diagnóstico do fracasso como estando associado a características inerentes de seus indivíduos ou aos particularismos intrínsecos às culturas autóctones.

Mesmo com a ressalva de reinterpretar o socialismo a partir da experiência africana, Nkrumah traz para si diversos elementos do marxismo-leninismo. Autores como Marcus Garvey e Du Bois foram importantes na fase inicial da trajetória de Nkrumah como intelectual, pois propiciaram ferramentas para exaltar a glorificação da negritude, principalmente quando o autor se deparou, durante a sua formação, com o racismo dos Estados Unidos dos anos 30 e 40; e introduziram no autor as ideias embrionárias do Pan-africanismo do início do século XX. Quando este passa a conjugar seu caráter estadista ao de teórico, os pensamentos marxista-leninista passam a ter um predomínio importante em sua análise, pois lhe permite trabalhar o continente como um todo, não só sua parte subsaariana e o auxiliavam a lançar mão de ferramentas teóricas econômicas e políticas de gerenciamento de nação que seus antecessores do Atlântico Negro não forneciam. Quando chegou ao posto de líder de Gana, sua análise buscava abarcar a África de maneira integral, não carregando nenhum marcador que limitasse seu escopo. Comprometido com o continente africano, Nkrumah abraçava tanto a África árabe quanto a negra, carregando uma solidariedade trans-saariana. O autor buscava transcender a fronteira da cor da pele e a fixando na localidade geográfica, traçando uma nítida distinção entre ser anti-ocidental e ser anti-branco (MAZRUI, 1966 p.4).

Estes autores forneciam aportes para a organização da estrutura política e econômica que Nkrumah via como necessários. O autor afirma que “Karl Marx e Lênin me impressionaram particularmente, pois eu tinha certeza de que sua filosofia era capaz de resolver esses problemas” (NKRUMAH, 1957 p. 37). Além da infraestrutura econômica no centro da análise, Nkrumah também utiliza a lógica da luta de classe como turbilhão da história e da centralidade do partido para a condução da revolução defendida por Lênin.

O próprio materialismo histórico era presente em sua análise, considerando que “o neocolonialismo e antes o colonialismo, adiam o embate de questões sociais que terão que ser enfrentadas pelo setor plenamente desenvolvidos do mundo, para que o perigo de guerra mundial possa ser eliminado ou o problema da pobreza mundial resolvido” (NKRUMAH, 1967 p.IV) sendo ambos para o autor tentativas de exportar os conflitos sociais das nações capitalistas, como já apresentado no subitem anterior. O próprio advento do imperialismo e sua elevação no neocolonialismo repousam na sua abordagem da luta de classes como elemento central nos fenômenos políticos e acontecimentos históricos, chegando inclusive a citar que

“Marx predisse que a crescente distância entre a riqueza das classes possuidoras e os trabalhadores que elas empregam acarretaria finalmente um conflito fatal ao capitalismo, em cada Estado capitalista isolado” (NKRUMAH, 1967 p.X).

Em África deve unir-se e Neocolonialismo, Nkrumah centra a sua análise do socialismo como o sistema político que poderia propiciar a união do continente e o rompimento com o imperialismo na África. Porém nesses livros a definição do *que é* esse socialismo não é bem explicitada. Quando o autor evocava o socialismo estava se referindo principalmente na centralização dos rumos econômicos e políticos em torno de um Estado forte e poderoso o bastante para administrar esse progresso que outros setores da sociedade não teriam estrutura para tal. Nkrumah delega ao governo colonial a impossibilidade de os próprios cidadãos africanos liderarem a construção industrial por meio de seus investimentos privados, pois durante a regência desse governo, a acumulação de capital por parte dos africanos foi dificultada quando não totalmente impossibilitada (NKRUMAH, 1965 p.167).

Nesta fase, o autor não trata como inimiga uma possível classe empresarial ou burguesa nativa, apenas constata que ela não existe de maneira forte e coesa o suficiente para auxiliar no progresso econômico do país. “Em consequência, ficou reservado ao governo, como dono dos meios, desempenhar o papel de empresário principal na cimentação do progresso social e econômico da nação”, e para isso o “socialismo é nossa única alternativa, porque esse sistema supõe a propriedade pública dos meios de produção das terras e seus recursos, e a utilização dos meios para satisfazer as necessidades do povo” (NKRUMAH, 1965 p.167).

Essa inclusão estatal na economia privada, era na análise de Nkrumah, possível de ser encontrada inclusive nas nações em que haveria um imperialismo monopolista mais desenvolvido. A extensão do setor estatal e sua expansão planejada seriam dependentes do sistema que os países escolhessem: capitalismo ou socialismo. Fato é, para o autor, que o objetivo das potências imperialistas, por meio de seus programas de ajuda, era transformar o setor estatal em acessório do capital privado. Assim sendo, a defesa de um Estado concretamente autônomo da ingerência neocolonial e responsável pelo progresso social da África, estava alicerçado no socialismo de centralização econômica que o autor preconizava (NKRUMAH, 1967 p.65).

Para o autor, os países que percorreram um passado de subjugação e estavam na periferia do capitalismo mundial comungavam de problemas provenientes de causas comuns e, portanto, suas soluções também seriam comuns. “É notável que a maior parte do mundo menos desenvolvido, e aqui temos que incluir a URSS, escolheu e está escolhendo o caminho socialista para o progresso nacional.” (NKRUMAH, 1967 p.63). Era a exploração capitalista que criara

essa brecha para a proliferação do socialismo nas partes do globo mais alijadas do foco inicial dessa teoria. Principalmente em Neocolonialismo, o capitalismo como o causador das mazelas do continente é abordado de maneira bem explícita. “A África está tendo que pagar um preço enorme, mais uma vez, pelo acidente histórico segundo o qual este vasto e compacto continente trouxe lucros fabulosos ao capitalismo ocidental, primeiro através do comércio do seu povo e depois através da exploração capitalista” (NKRUMAH, 1967 p.6-7). Se vimos que o uso dos Estados Unidos e do Capitalismo como inimigo do progresso africano é esbanjado por Nkrumah principalmente em Neocolonialismo, pareceria natural, em se tratando de um contexto exacerbado de Guerra Fria, que na narrativa do autor o alento africano viesse por meio do caminho socialista.

Sendo esse um caminho necessário a ser seguido, a sombra da URSS, que o escolhera quase meio século antes, exerce uma grande influência em Kwame. O modelo soviético de planificação econômica serviria de fonte de inspiração para o seu sistema de organização continental. À época, os feitos de rápido progresso econômico que levaram o país europeu predominantemente agrário a se converter em uma potência global atraíram a atenção de Nkrumah e de outros líderes e intelectuais periféricos interessados em trazer melhoras semelhantes a seus países<sup>63</sup>. Nkrumah (1965, p.223) declarava que a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas<sup>64</sup> “unida com objetivos socializados claramente definidos, que fez possível esta façanha notável” deveria ser posta “como exemplo do que pode fazer pela África um programa econômico integrado”. Porém o modelo soviético seguiria de exemplo até esse ponto, “Tampouco sugeriria que nós, na África, seguissemos como escravos o modelo soviético”, não fazendo com que o autor se furtasse de reconhecer a criação de um maquinário repressivo e de lamentar os excessos na repressão social que o regime instaurava, ainda que pudesse, por sua própria experiência, “compreender algumas das causas que os motivaram” (NKRUMAH, 1965 p.223).

O socialismo também ia seduzindo os novos países por meio das ajudas que eles lhes proporcionavam. Em Neocolonialismo Nkrumah se mostra extremamente crítico às ajudas dos países capitalistas, pois esta seria apenas uma carapaça para a manutenção dos laços de dependência com os impérios ocidentais. Porém as ajudas das nações socialistas por mais que não apresentassem capacidade estrutural para um aporte financeiro tão alto quanto as

---

<sup>63</sup> É de se destacar que o recente envio do satélite Sputnik (1957) e do cosmonauta Yuri Gagarin (1961) para a órbita do espaço tiveram um grande apelo para o imaginário da época (NKRUMAH, 1965 p.223).

<sup>64</sup> O próprio nome já denotava o elemento agregador de diferentes conjuntos populacionais que o Chefe de Estado queria também para o seu continente.

capitalistas, elas pediam em contrapartida juros mais baixos, flexíveis e eram menos exigentes quanto às condições para empréstimo, possibilitando um desenvolvimento independente do país africano à nação credora<sup>65</sup> (NKRUMAH, 1967, p.285-286).

Sob a égide do neocolonialismo, por mais que o poder real dos novos estados africanos fosse limitado, a sua autonomia política ainda assim o outorgava algum poder. Se esses Estados não eram fortes o suficiente para existirem sem um senhor colonialista, eles teriam, ainda assim, a capacidade de trocar de senhor. Nesse contexto, Nkrumah aponta a existência de um caminho alternativo, no caso o socialismo, como um grande desafio ao regime colonialista. Porém o autor adverte que a via socialista para a integração continental e como gerador das benesses sociais que eles buscavam implementar não seria trilhado sem o repúdio dos impérios ocidentais que viam nesses países uma fonte de lucro exponencial<sup>66</sup>.

Essas nações imperialistas seriam as responsáveis por árduas campanhas anticomunistas, utilizando armas ideológicas e culturais sob a forma de intrigas, manobras e campanhas de calúnias. “Onde quer que haja luta armada contra as forças da reação, os nacionalistas são chamados de rebeldes, terroristas ou frequentemente ‘terroristas comunistas’” (1967, p.290). Tendo atingido seus pontos mais altos do desenvolvimento passando pelos vários estágios do capitalismo, essas nações buscam por todos os meios manter esse sistema que as levou ao pináculo do imperialismo. Para Nkrumah, os países que optavam pelo caminho de desafio a esse sistema entrariam em uma ferrenha disputa de narrativas consumida por uma guerra ideológica típica do período.

Porém, parece no mínimo curioso, que sendo promotor de vias autóctones para decidir o destino da África, Nkrumah tenha se apropriado tanto dessa teoria essencialmente ocidental. Essa incongruência, para o autor, não teria nada de contraditório, uma vez que na África dita tradicional, os princípios de *igualitarismo* e *comunitarismos* estariam presentes na sociabilização de todos africanos, sendo o socialismo que ele defendia subsidiado por esses princípios, de nada teria de exógeno ou ocidental, sendo baseado na própria experiência

---

<sup>65</sup>Nkrumah relata um aumento da ajuda técnica e econômica comunista nas nações em desenvolvimento de todo o mundo durante a década de 60. Somente em 1964, a assistência oferecida foi de cerca de 600 milhões de libras, representando um terço da ajuda total comunista na década anterior. Parte dessa crescente se deveu ao aumento das atividades chinesas, ainda que essa correspondesse a um quarto da ajuda total das nações comunistas. A URSS arcava com metade da ajuda e as nações da Europa Oriental com o restante (NKRUMAH, 1967 p.285-286)

<sup>66</sup>Ainda recentes fenômenos históricos que marcaram a guerra fria, como a revolução cubana, a Invasão da Baía dos Porcos e a Crise dos Mísseis, Nkrumah toma Cuba como exemplo dos extremos a que os grupos de nações podem ir no esforço de impor o seu domínio onde este foi expulso e de reestabelecer a zona de influência e controle em locais que se convertiam como socialistas anti-imperialistas (NKRUMAH, 1967, p.48).



africana. Em sua visão o socialismo inclusive seria descendente desses valores africanos: “Se alguém procura o ancestral político-social do socialismo, é preciso ir ao comunitarismo. O socialismo tem características em comum com comunitarismo, assim como o capitalismo está ligado com o feudalismo e escravidão” (NKRUMAH, 1964 p.73).

Sendo assim, principalmente em seu livro *Conscientismo: filosofia e ideologia para descolonização*, o ganês advoga por um socialismo permeado de elementos societários pré-coloniais como uma necessidade para um horizonte de autonomia do continente. Conscientismo é o seu livro mais teórico e possivelmente o menos direcionado para o público africano. Enquanto em algumas de suas obras, o caráter de simplificação e síntese de suas ideias vem na esteira de sua orientação para a mobilização das massas, nesta o autor buscava referendar uma teoria que amalgamasse o que ele considerava as três principais correntes que confluíam no solo africano: a cristão, a árabe e a tradicional. Apesar de o livro voltar seus primeiros capítulos para postular sobre a filosofia ocidental, revelando o público com quem o autor queria dialogar e o espaço de autoridade que seu texto almejava se impor<sup>67</sup>, essa sua filosofia congregacional buscava fixar suas raízes na experiência e tradição africanas.

A África deveria ter um devir socialista carregado de elementos autóctones que evocassem ao seu passado *igualitarista e comunitarista*. Para o autor, o socialismo era uma teoria atinente aos valores tradicionais africanos e por isso era a melhor via política para a construção dessas novas sociedades que buscavam superar as mazelas orquestradas pelo colonialismo e neocolonialismo. Chegando a declarar, textualmente, que o “socialismo, portanto, pode ser e é a defesa dos princípios do comunitarismo em um ambiente moderno”(Nkrumah, 1964 p.73). Esses valores autóctones dispunham sobre o que se tornariam os princípios cardeais da ética filosófica conscientista, como tratar cada ser humano como um fim em si mesmo, e não meramente como um meio<sup>68</sup> e tratar o bem-estar das pessoas como algo supremo, não devendo nunca ser sobreposto pelos interesses seccionais. Aqui reside um ponto importantíssimo do pensamento de Nkrumah desse período, para ele, a existência desses valores indígenas africanos estava relacionada com a inexistência de classes antes do advento da colonização.

Essa ideia do valor original do homem nos impõe deveres de caráter socialista. Aqui reside a base teórica do comunitarismo africano. Esta base teórica se expressa no nível

---

<sup>67</sup> Sua narrativa é construída a partir de uma crítica pós-colonial contundente ao estudo ocidental de áreas do conhecimento como história, filosofia, ciência política e das humanidades em geral, porém busca a todo momento conversar com os clássicos ocidentais dessas teorias.

<sup>68</sup> Para Nkrumah, enquanto ser humano no cristianismo seria visto portador de um pecado original e de uma degradação inata, na África ele era concebido como um ser espiritual, dotado de dignidade, integridade e valores intrínsecos (Nkrumah, 1970, p.68)

social em termos de instituições como os clãs, sublinhando a igualdade inicial de todos e a responsabilidade de muitos por um. *Nessa situação social, era impossível que surgissem classes de tipo marxista.* (NKRUMAH, 1970 p.69, grifo nosso)

Por conta deste espírito comunalista seguir existindo em alguma extensão nas sociedades com um passado comunitarista, o socialismo e o comunismo não são, no sentido estrito da palavra, credos “revolucionários”. Para estas sociedades, Nkrumah julgava que o socialismo seria a reformulação de tais princípios subjacentes apenas em um idioma contemporâneo, diferentemente das “sociedades sem história de comunitarismo”, em que “os credos do socialismo e do comunismo são totalmente revolucionários, e a palavra para o socialismo deve ser guiada pelos princípios do socialismo científico” (NKRUMAH, 1964 p.74).

A construção deste conscientismo filosófico corresponde a um momento político interno importante em Gana. Nkrumah necessitava harmonizar os anseios de seu partido que rumava para a fragmentação na fase pós-independência, e mais do que apenas isso, congregar os interesses da sociedade africana em um sentido geral (BINEY, 2011, p.127). Se bem é verdade que durante a égide do colonialismo, a construção dos pares amigos/inimigos dos povos africanos era muito mais óbvia, sendo os inimigos manifestos e evidentes tais quais seus objetivos, no pós-independência, sem o controle direto por alguém exógeno à África, as teorias pan-africanas e nacionalistas iniciavam seu esvaziamento de sentido. Com a crescente de oportunidades que aureolava os autônomos países africanos, cada grupo tinha liberdade para criar uma narrativa diferente a cerca de qual caminho deveria ser trilhado para o progresso nacional e/ou continental. Como vimos, Nkrumah deu novo ânimo a essas correntes pan-africanas projetando no neocolonialismo o novo inimigo da África. Porém este só seria combatido por meio de uma ideologia conjunta que organizasse todo o continente e seus habitantes. O abrangente e pouco explicativo conscientismo seria o responsável por participar e formatar todas as dimensões da vida das pessoas, congregando as distintas ideologias que pairavam na África e se convertendo na ponte de ligação entre o passado comunitarista e igualitário com o devir socialista que reinaria na África unida (NKRUMAH, 1970, p.105).

Ao que parece, temos então dois importantes traços do pensamento do autor que inferem um alcance do socialismo por vias reformistas. O primeiro é a assertiva de que o regime socialista nada mais é que a defesa, em um viés mais contemporâneo, dos valores já presentes na sociedade africana por sua herança tradicionalista. Sendo o capitalismo injusto, irreconciliável com os valores que animavam a África tradicional e até complicado demais para ser desenvolvido nos recém-criados países (NKRUMAH, 1964 p. 76), as bases políticas e sociais dos Estados africanos já estariam prontas para o socialismo e para impedir a

continuidade forçada daquele regime alienígena. Agregado a isso, temos o Conscientismo, ideologia forjada por Nkrumah, que possuía um caráter remediador e conciliatório com diferentes pensamentos em voga no continente. Essa filosofia seria direcionada a consolidar uma prática social e política que evitaria a divisão de classes, fenômeno intrincado na exploração e hierarquização entre as classes(NKRUMAH, 1964 p.98).

Porém em seu texto *Socialismo Africano Revisitado* (1973) ele fornece uma nova visão sobre a tradição comunitarista africana, e mesmo das vias que o continente deveria seguir para alcançar o socialismo, que destoava daquela oferecida anteriormente. Esse artigo foi publicado pela primeira vez como “*African Socialism Revisited*” em 1966, sendo no ano seguinte difundido em um seminário no Cairo, em que o autor apresentou sua crítica. A versão utilizada como referência aqui é a publicada em seu livro *Revolutionary Path*, de 1973, coletânea compilada durante seus últimos dois anos de vida que é dividida em três partes da trajetória do intelectual, recortadas conforme sua conjuntura política: A primeira é sobre a luta por libertação nacional, trazendo desde textos como *Towards Colonial Freedom*, escrito entre 1942 e 1945, Editoriais do seu jornal *Accra Evening News*, publicado em Costa do Ouro a partir de 1948, até seu discurso da meia-noite do dia 5 para o dia 6 de março de 1957, celebrando a independência de Gana; A segunda é sobre a construção socialista e a luta pela libertação e unificação africana focando essencialmente em seus discursos como chefe de Estado; se estendendo até a terceira parte, deflagrada em 1966 com seu exílio forçado, tratando então da luta de classes e fase armada da revolução africana. É importante mundanizar suas novas formulações sobre o socialismo para compreender seu alinhamento mais forte com a corrente ortodoxa deste pensamento e sua radicalização do processo para se chegar a esse estágio político. Logo após o golpe de Estado, em 24 de fevereiro de 1966, seus textos passaram a ser notoriamente mais fortes, agressivos e menos conciliatórios do que em sua fase conjugada de líder da nação ganesa.

Nkrumah se defronta com o caráter polimórfico que o termo socialismo era usado pelos estadistas africanos. Se a expressão socialismo era usada generalizadamente, mesmo por agentes que seguiam políticas contrastantes, caberia questionar qual “significado real o termo retêm no contexto da política africana contemporânea?” (NKRUMAH, 1973 p.439). Devido ao desprestígio que o capitalismo teria, pela sua associação imediata à antiga condição colonial, o uso dos elementos discursivos do socialismo seriam um elemento obrigatório na oratória dos líderes africanos, porém haveria o que Nkrumah (1973) distingue de *Socialistas na África* para os *Socialistas Africanos*.

Enquanto alguns usam o termo socialismo da maneira apropriada, isto é, “descrever um complexo de propósitos sociais e seus consequentes padrões organizacionais de políticas

econômicas e sociais, estruturas estatais e ideologias que podem levar à obtenção desses propósitos” (NKRUMAH, 1973 p.439), outros, entretanto, usariam o termo socialismo para suavizar e tornar seus discursos mais carismáticos para a realização de políticas que não promoveriam de fato o desenvolvimento social e econômico. Esses seriam respectivamente os *Socialistas na África* e os *Socialistas Africanos*.

Para o autor, o termo socialismo africano estaria muito mais relacionado com um objeto de estudo antropológico do que propriamente econômico e político como se pretende o socialismo científico. Enquanto no período de formulação do socialismo africanos, líderes políticos e interpretes africanos usavam esse conceito para rotular formas concretas que o socialismo poderia assumir na África, as inconciliáveis propostas políticas, econômicas e sociais lançadas pelos Estados africanos que adotavam esse termo o levaram ao descrédito e esvaziaram seu sentido e relevância<sup>69</sup>. “É a eliminação das fantasias de cada ação socialista que faz do socialismo científico. Supor que existem socialismos tribais, nacionais ou raciais é abandonar a objetividade em favor do chauvinismo.” (NKRUMAH, 1973 p.445)

Nessa ruptura com o socialismo africano vemos uma das mudanças mais concretas do pensamento do autor. Neste texto, seu repúdio ao socialismo africano estaria relacionado com esta teoria “se alinhar à visão de que a sociedade tradicional africana era uma sociedade sem classes, imbuída do espírito de humanismo, e expressa uma nostalgia por esse espírito”, ao qual o autor completa alegando que

...tal concepção do socialismo produz uma imagem fetichista a sociedade comunal africana. Mas essa idílica sociedade sem classes africana (em que não havia ricos nem pobres) que desfrutaria de uma anestesiada serenidade, é certamente uma simplificação fácil; não há nenhuma evidência histórica ou mesmo antropológica da existência de tal sociedade. Temo que a realidade das sociedades africanas fosse um pouco mais sórdida. (NKRUMAH, 1973 p.440)

Nessa sua reformulação, as “evidências disponíveis na história da África” apontavam que previamente ao regime de dominação colonial europeu, nada apontaria que a sociedade africana fosse tida como desprovida de classes ou de hierarquia social, tendo passado inclusive pelo sistema feudalista e escravagista (NKRUMAH, 1973 p.440). Porém parece pouco provável que essa transformação de seu pensamento tenha se originado a partir de novas ou diferentes evidências que o autor coletou sobre a história da África. Seu impedimento inconstitucional o

---

<sup>69</sup> A essa ruptura entre as correntes socialistas na África, Nkrumah faz alusão ao rompimento entre os socialistas e os sociais-democratas na cisão ocasionada na Segunda Internacional (NKRUMAH, 1973).

despertou um antagonismo acelerado aos agentes internos que auxiliaram na arquitetura do golpe, sendo para o autor, colaboradores do neocolonialismo.

Mesmo assim, o autor não abandona por completo a concepção de que “muitas sociedades africanas em diferentes períodos da história”<sup>70</sup> manifestassem um passado comunitarista e uma filosofia voltada para propósitos humanistas. Porém o socialismo não deveria retomar a estrutura da sociedade tradicional africana, estando essa meta aquém da criatividade e do esforço de seus povos, mas sim o seu espírito comunitarista, representado pela filosofia e propósitos humanistas.

Essa transição do pensamento do autor é bem demonstrada com a reedição que ele necessitou fazer de *Conscientismo*. Momento ímpar da trajetória de Nkrumah, durante a primeira edição de 1964 o autor e seu partido contavam, em certa medida, com a adesão de todas as camadas: agricultores, trabalhadores, funcionários públicos, comerciantes, chefes, e empresários de Gana. Para manter essa coesão sua teoria e formulações eram conciliatórias e prezavam pela construção de uma identidade nacional ampla, a fim de evitar a desintegração e permitir uma governabilidade. Porém a segunda edição, datada de 1970, quatro anos após seu ostracismo, seu tom conciliatório não encontra mais elementos fiadores práticos em sua vida política. Nesta sua nova leitura, a burguesia indígena já não encontrava mais o seu papel de possível parceira no caminho para o desenvolvimento africano, mas era tida como uma colaboradora do neocolonialismo, e portanto, uma traidora do continente africano (BINEY, 2011, p.125,126; NKRUMAH, 1970, p.1).

A sucessão de golpes de Estados<sup>71</sup> e o abalo provocado pelo seu próprio, o fizeram intensificar seu discurso pela via revolucionária, pelo socialismo científico e pela centralidade de uma insustentável luta de classes na África. Em seu livro *Luta de Classes na África* (2018), publicado originalmente em 1970, ele segue se distanciando ao máximo do que considera como

---

<sup>70</sup> É válido destacar a diferença de generalizações que o autor assume nesse período. Enquanto em suas obras prévias o autor normalmente se referia à África como uma cultura ou sociedade só, com um passado quase que ahistórico, sofrendo poucas mutações, neste ele é muito mais cuidadoso, pluralizando o interior do continente e singularizando suas experiências.

<sup>71</sup> O autor relata, à época, os golpes que já haviam ocorrido no continente, a saber: Togo em 13 de janeiro de 1963, Congo (Brazzaville) 12-15 de agosto de 1963, Dahomey em 19 a 28 de outubro de 1963, Gabão em 18 de fevereiro de 1964, República Centro Africana 1 de janeiro de 1965, Alto Volta em 4 de janeiro de 1965, Argélia 18 de junho de 1965, Congo (Kinshasa) em 25 de novembro de 1965, Dahomey em 22 de dezembro de 1965, Nigéria em 15 de Janeiro de 1966, Gana em 24 de fevereiro de 1966, Nigéria em 29 de julho de 1966, Burundi em 29 de novembro de 1966, Togo em 13 de janeiro de 1967, Serra Leoa em 24 de Março de 1967, Dahomey em 17 de dezembro de 1967, Serra Leoa 18 de 1968, Congo (Brazzaville) em 3 de agosto de 1968, Congo (Brazzaville) em 4 de setembro de 1968, Mali em 19 de novembro de 1968, Sudão em 25 de maio de 1969, Líbia em 1 de setembro de 1969, Somália 15-19 de outubro de 1969, Daomé 10 de dezembro de 1969, Lesoto de 30 de janeiro de 1970 (NKRUMAH, 2018 p.64).

os mitos do “socialismo africano” ou “socialismo pragmático”, justamente por essas perspectivas realizarem uma distorção sobre a não existência de classes na África. Extremamente defensor da existência desta divisão, Nkrumah se refere justamente a ela para lidar com o fracasso de suas tentativas de levar ao caminho socialista por meio de sua atuação política como chefe de Estado. Há um evidente deslocamento da projeção de Nkrumah sobre par amigo/inimigo da África. Enquanto em seus primeiros livros e relatos, o inimigo era explicitamente exógeno, agora o autor centralizava seu combate aos inimigos internos. Agora a “burguesia local era seu real inimigo” (NKRUMAH, 2018 p.30)

Durante o período precedente à independência, as lutas de classe foram momentaneamente esquecidas, período esse em que parecia existir unidade nacional e todas as classes se ligaram com o objetivo de expulsar o poder colonial. Foi esta época que inspirou a tese segundo a qual a África não conhecia divisões sociais e não havia luta de classes em uma sociedade tradicional africana comunitária igualitária. Esta teoria provou-se falsa. A independência fez emergir de novo, por vezes até com maior intensidade, as divisões sociais, temporariamente esquecidas na luta pela libertação política, sobretudo nos Estados recentemente independentes de tendência política. Porque a burguesia africana, classe que se desenvolveu sob o colonialismo, é a mesma classe se que beneficia, depois da independência, do neocolonialismo. (NKRUMAH, 2018 p. 24-25)

Essa radicalização de seu pensamento passa pela total apologia à luta armada para a obtenção do socialismo e fim do neocolonialismo na África. Se durante seu tempo de gabinete em Acra o autor era promotor de mudanças com um viés institucional, político e sobretudo liderado pelas massas, em Conacri essas massas deveriam pegar em armas para seguir o caminho antes interrompido. Em 1968, Nkrumah lança o livro *Manual da Guerra Revolucionária – um guia para a fase armada da revolução africana* em que busca auxiliar e conclamar as massas para uma fase armada da revolução que penetre em todo o continente e traga a emancipação e a União Governamental de toda África. Obra de caráter panfletário e difusionista, apresentava seus conceitos de forma condensada e didática para engajar os eventuais leitores. É válido destacar que em África deve Unir-se sua dedicatória fosse à George Padmore e a Nação Africana que haveria de existir, em Neocolonialismo aos lutadores pela liberdade da África vivos e mortos, no luta de classes na África foram os trabalhadores e camponeses da África, e neste livro não fosse dedicado a ninguém, apenas constatado que a guerrilha é as massas com armas<sup>72</sup>.

---

<sup>72</sup> do original “The guerrilla is the masses in arms”.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

“O meio social afeta o conteúdo da filosofia, e o conteúdo da filosofia visa afetar o meio social” (1970, p.56, tradução nossa). Esta frase de “Conscientismo” se mostra assertiva na análise da filosofia de Kwame Nkrumah. As redes intelectuais que Nkrumah participou, os conceitos que empregava e os conteúdos que buscava fixar nesses conceitos demonstram como o autor foi filho de seu tempo e ao mesmo tempo criador de novos tempos para a África.

Nkrumah fora *filho* de seu tempo na medida em que era influenciado pelas principais contingências que se impunham aos africanos e seus Estados. Nascido na Costa do Ouro, o nome de seu território já revelava a essência exploratória que tinha essa região. Situado entre a Costa do Marfim e a Costa dos Escravos, essas regiões eram vistas a partir de seus potenciais de recursos para abastecer os empreendimentos das metrópoles ocidentais, sendo estes recursos tanto de matérias-primas, quanto de humanos tratados como matéria-prima, por meio de sua escravização.

Com a colonização, as instituições africanas passaram a sofrer profundas transformações e abriram caminho para o surgimento de novas classes e elites políticas. A classe intelectual letrada se mostrou como uma das mais dinâmicas e influentes no período do entre guerras e principalmente no pós Segunda Guerra. Nkrumah fizera parte dessa elite, sendo um dos seus principais representantes. Seus discursos e textos promoviam uma mobilização de massas que o outorgaram um protagonismo político nos rumos que seu país tomaria. Tanto como membro do UGCC, quanto como fundador e líder do CPP, a agência política e intelectual de Nkrumah foram preponderantes para a condução à independência de Gana em 1957, feito inédito para os países da África subsaariana.

A condução dessa independência, a proposição de conceitos que direcionassem a África a um determinado projeto de futuro e os arranjos políticos e institucionais que o estadista ensejou para realizar alguns intentos de unificação o colocaram também como *pai* de novos tempos para o continente.

Neste contexto africano, em que se intencionava projetos de futuro que ultrapassassem os limites territoriais do Estado-nação, a circularidade de ideias que permeavam as diferentes partes do continente merecem um destaque especial. Ao trabalhar com a ideia de redes intelectuais, certas sociabilidades podem ser historicizadas, se pode pensar em uma integração de ideias que vá além das contenções nacionais e pensar nas problemáticas que se tornavam recorrentes entre os seus principais formuladores, de maneira que se fornece um contexto para

as ideias que mesmo se manifestando por palavras escritas não se esgotam nestas, adentrando uma profundidade muito maior (ARMANI, 2013).

Nkrumah não estava sozinho em seu lado da trincheira na busca pela ressignificação de conceitos importantes para se trabalhar a realidade africana. O autor se colocava como legatário consciente de intelectuais africanos de períodos anteriores e ao lado de outros filósofos nacionalistas e políticos africanos.

Em linhas gerais, ambas gerações de intelectuais usavam e abusavam de aspectos societários autóctones pré-coloniais para realizar suas interpretações sobre o continente. Nesse aspecto, havia um mito palingênico do africano que era usado de substância para criar as nacionalidades e uma pan-nacionalidade. A noção de *personalidade africana* de Blyden irradiaria para a construção de novas formulações como a da negritude e de pan-africanismo. Mais do que um mero revivalismo de aspectos entendidos como tradicionais da África, eles buscavam uma rearticulação desses elementos para um futuro propriamente africano.

Se seus atuais campos de experiência não eram capazes de realizar prognósticos para a condição que o continente *deveria* assumir, o horizonte de expectativa que os intelectuais estadistas africanos projetavam, repousava em experiências ancestrais que ganhavam contornos idílicos. Ao predizer seus futuros, eles também transformavam seus passados. E esse aspecto estava diretamente relacionado com o fenômeno de construção das nacionalidades africanas.

A construção de um passado digno de orgulho e que destacasse a virtude de seus descendentes não é uma exclusividade africana, mas tem uma conotação fortemente acentuada no continente, visto que houve diversas tentativas de negar que a África tivesse uma história digna de registro (MAZRUI, 1966).

Havia uma crise na identidade africana nesse início de independências. Além da necessidade de ter que integrar diferentes grupos étnicos e linguísticos e distintas realidades econômicas e sociais em torno de um mesmo projeto nacionalista, os intelectuais ainda tinham que lidar com a lembrança da colonização que ainda constringia seus cotidianos. Se normalmente a identidade de um país é relacionada com a sua idade, esses líderes buscaram remontar essa idade se situando como herdeiros dos grandes reinos africanos do passado. Quando a Costa do Ouro conquista a independência ela se transforma em Gana, em alusão ao Império de Gana que teve seu auge entre os séculos VII e XIII, o mesmo fizeram Mali, Malawi, Zimbábue, Benin<sup>73</sup> e muitos outros.

---

<sup>73</sup> Quando obteve a independência primeiro o país se nomeou como Daomé, também em alusão a um reino africano do passado, que vigorou do século XVII à 1904. Foi só em 1975 que ele foi rebatizado em homenagem ao Império de Benin.



Havia uma necessidade de se envelhecer como nação. Nkrumah buscava criar raízes profundas para provar que a árvore africana era uma só e para que ela pudesse crescer de maneira unida e forte. Neste olhar ao passado, a colonização só é mencionada como legitimadora do projeto de futuro pan-africanista e socialista de Nkrumah. A Europa capitalista subdesenvolvera a África. O campo de experiência que esses novos chefes de Estado encontraram eram tidos como campos arrasados. As experiências provindas desse passado recente não condiziam com o futuro que eles projetavam, daí o resgate desse passado esplêndido.

Essa construção de uma identidade africana passava também por delimitar o que não era *ser* africano. Cercado por colonos brancos europeus e descendentes que aclamavam ter também direito sobre as terras, a definição de autogoverno africano para Nkrumah só seria conquistada quando esses colonos não ocupassem as posições centrais no governo. À época os principais casos de preocupação do autor eram a África do Sul e a Rodésia, ambos regimes de supremacia branca com *apartheids* em vigor e os países que permaneciam sob domínio colonial português, em que pese fossem considerados pela coroa portuguesa como território português ultramarino.

Esses elementos cristalizados em um anti-ocidentalismo gerado por conta da colonização, auxiliavam na construção de uma identidade africana. Neste ponto é válido destacar que o pan-africanismo de Nkrumah era mais abrangente que um pan-negrismo. A África também compreendia a parte norte do continente, devendo o Saara ser visto não como uma barreira geográfica, mas como um lugar de passagem. Árabes e negros se irmanavam ao ser vítimas de um passado colonial e de estruturas de dominação semelhantes. Ademais sempre houve circularidade entre as regiões acima e abaixo do deserto, sendo inclusive reivindicada a gênese egípcia como negra<sup>74</sup>.

Como o processo de emancipação política da África árabe e da África negra se deu em um período de tempo próximo, ambas regiões se assemelhavam ao passar por um processo de novidades que não poderiam ser anteriormente previstas na condução destes novos Estados, o que contribuiu para a busca por caminhos em comum para encarar as adversidades. A considerar que em 1963 com a criação da Organização da Unidade Africana e em 2002 em sua conversão para União Africana, se integrara majoritariamente os territórios situados nos dois lados do continente, a institucionalização da integração se mostrou exitosa.

---

<sup>74</sup> De maneira embrionária podemos destacar intelectuais como Blyden que apontava para traços negros nas esfinges egípcias. Mas é nos anos 1950 que a teoria de reivindicação de uma origem negra na civilização egípcia ganha corpo e solidez com a publicação do livro “Nações Negras e Cultura” do polímato senegalês Cheikh Anta Diop, que apresentou aspectos historiográficos, antropológicos e físicos para validar sua teoria.

Se Kwame Nkrumah travou a batalha semântica para uma libertação africana total ao lado de muitos outros intelectuais africanos, a maneira de se obter essa libertação também foi alvo de uma batalha interna entre esses intérpretes. Na mesma medida que o autor, durante a década de 1950, tinha como lema “Independência agora!”, na década de 1960 ele parecia adotar como mote “União Agora!”. Por mais que a união estivesse presente nos discursos da maior parte dos chefes de Estado do período, as formas para se alcançar essa união eram as mais plurais possíveis. Na mesma medida que a OUA em 1963 pode ser tida como um sucesso das intenções de Nkrumah, o fato de que ainda em tempos atuais não se tenha avançado para a integração política de nenhum desses países podem ser interpretados como um malogro dos objetivos do ganês.

Em termos práticos, raramente Nkrumah conseguia mobilizar um consenso entre os países africanos. Logo no início das independências se formaram blocos de Estados, cada um com visões diferentes acerca das formas de integração, que rivalizavam entre si a projeção de seus intentos. Entre esses grupos os de mais destaque foram o Monróvia e o Casablanca. O Grupo Monróvia, integrava os membros do grupo Brazzaville, formado por 12 ex-colônias francesas<sup>75</sup> que se uniram para pensar termos de cooperação entre si e na manutenção de relações especiais com a antiga potência colonizadora, mais oito países de passado colonial diverso<sup>76</sup> que buscavam de maneira muito mais moderada e menos ambiciosa a integração do continente. Para o Grupo Monróvia a integração deveria ser gradual e sem sobressaltos, iniciando com a integração de aspectos econômicos.

O Grupo Casablanca<sup>77</sup>, se uniu em torno do repúdio a determinadas ações que eles consideravam calamitosas para a África, como a atuação da ONU durante a crise do Congo, os testes nucleares no Saara realizados pela França, as lutas argelinas e em defesa de uma integração africana incluindo sua perspectiva política. A oposição que os países francófonos do grupo Monróvia fizeram a esse bloco não foi mero acaso, os Casablanca se posicionavam contrários a diversas ações da França no continente e tinham como integrantes a Frente de

---

<sup>75</sup> Congo-Brazzaville, Senegal, Chade, República Centro-Africana, Costa do Marfim, Níger, Alto Volta, Mauritânia, Gabão, Benin, Madagáscar e Camarões.

<sup>76</sup> Libéria, Monróvia, Nigéria, Etiópia, Serra Leoa, Somália, Tunísia e Líbia.

<sup>77</sup> Integraram o grupo Casablanca um grupo heterogêneo de países e de intenções. O Marrocos, cuja cidade mais populosa dá nome ao grupo, buscava apoio contra a Mauritânia, o Egito buscava difundir sua influência para a África e angariar apoio contra Israel, Gana buscava cooptar os países em torno de seus ideais de união política africana; Guiné e Mali estavam unidas a Gana e desejavam se firmar como oposição às ex-colônias francesas que seguiam orbitando em torno da ex-metrópole; e a Frente de Libertação Nacional da Argélia, tida por estes como legítima representante da Argélia, intencionava atrair legitimidade para seu movimento, receber ao apoio externo e participar de estruturas que permitissem um enfrentamento à autoridade francesa e aos países que não apoiavam sua libertação (ORWA, 1985).

Libertação Nacional da Argélia. Esses pontos, em destaque para o caso argelino, eram centrais no relacionamento com a França o que empurrou para o repúdio dessas posições por parte dos países que desejavam a manutenção do vínculo. A própria forma de colonização francesa, mais pautada em políticas integracionistas se tornou um aspecto negativo na tentativa de criação de uma identidade macronacionalista africana. O Pan-africanismo acabava tendo que concorrer com a Euráfrica, coordenada principalmente pela França e suas ex-colônias, na construção de pontos identitários em comum e ambições semelhantes.

Mesmo no interior dos Casablanca, Nkrumah não logrou consenso ou pôde botar em prática suas ideias pan-africanas. Os ideais de um pan-africanismo mais “suave”, calcado em valores morais compartilhados e na perspectiva de gradação de tarifas alfandegárias e zonas comerciais parceiras derrotaram a busca pela integração política.

Gana não é um país grande. Comparando com a realidade brasileira, Gana é pouco menor que o Rio Grande do Sul. Ainda que nos anos de 1960 fosse um dos principais produtores de cacau do mundo e tivesse herdado uma condição estrutural que mesmo precária era comparativamente melhor que a da maior parte dos outros estados africanos, dificilmente o país poderia se caracterizar como um importante *global player* no cenário internacional. À falta de tamanho, população e matérias-primas, Nkrumah compensava com alegorias morais e discursos bem articulados em torno da necessidade de unir o continente. Se Gana não se destacava por sua capacidade material, sua liderança ideológica em busca de uma união pan-africana a impedia de passar despercebida no plano das nações. Entretanto, trazer diferenças estruturais tão profundas no sistema internacional e nas estruturas internas de cada um desses países, não era uma tarefa qualquer. Os projetos de um futuro pan-africano que perseveraram foram os que tinham um potencial de mudanças sistêmicas muito mais tímidos e portanto muito mais aceitos externamente.

Há também um ponto de virada importante para se pensar nos conteúdos que Nkrumah buscava fixar em seus conceitos. Em 1966 um golpe de Estado o tira do poder e se torna o ponto determinante de uma postura que Nkrumah já nutria nas diversas tentativas de assassinato que ele sofrera em anos anteriores: Era preciso combater o ocidente e seus aliados burgueses internos. Esse pensamento não surgiu do nada na mente de Nkrumah, o anti-imperialismo sempre fez parte de sua análise e de maneira gradual passou a ganhar um foco maior em um antiestadunidismo e anticapitalismo. Os assassinatos e atentados de outros líderes terceiro-mundistas que desafiavam o ocidente o tornavam ainda mais cauteloso sobre a possibilidade de formas de desenvolvimento que transicionariam para um regime socialista pan-africano. A Revolução passara de uma forma para a única forma.

Como chefe de Estado ele dialogava em uma arena política com seus pares estadistas africanos, sendo a radicalização do discurso nesse momento uma estratégia perigosa de ser executada, pois viria acompanhada do distanciamento dos demais. Gana dependia da relação com os demais países africanos, não somente para trilhar trajetórias de futuro comuns, mas para as relações mais mundanas e imediatas, como transações comerciais. Da mesma maneira sua economia era muito dependente do ocidente. Se uma radicalização do discurso nesse período teria sido um erro estratégico, seu exílio foi um comburento para essas formulações.

Seria difícil imaginar um chefe de Estado incentivando abertamente a revolução armada nos outros países considerados livres, isto é, não coloniais ou supremacistas brancos, e ao mesmo tempo participar de organizações coletivas como a OUA e buscar planejamentos de cooperação com esses estadistas. Não precisando mais conjugar sua posição de chefe de Estado, e até por estar desgostoso do golpe que sofrera, o discurso de Nkrumah começa a se radicalizar. Radicaliza-se na medida que passa a negar os espaços políticos e institucionais, que ele mesmo ajudara a construir, como uma possível via para a sua utopia de futuro para a África.

O conceito que mais se percebe nessa transição é o do socialismo. O conteúdo que o autor buscava fixar no conceito de libertação africana dependia do contexto relacional de quem ele mirava como amigo e inimigo na hora da proposição de seu discurso. A libertação era a utopia máxima, podendo contemplar diversos aspectos novos sem se esgotar quando outros fossem alcançados. A libertação se relacionava com todos os outros, sendo a busca pelo pan-africanismo e socialismo e o término do neocolonialismo etapas para o alcance desse projeto de futuro. Por ser muito mais flexível e abrangente a libertação africana acaba sendo a menos sensível a essa mudança, mas, mesmo assim, a primazia que o fim do capitalismo e das elites burguesas e demais colaboradores internos assumiram nesse conceito merecem destaque.

Em Neocolonialismo, que é onde ele melhor explica sobre o conceito homônimo, o autor já havia sofrido tentativas de assassinato e já se posicionava de maneira mais contundente contra o capitalismo, os Estados Unidos e, ainda de maneira mais tímida, contra elites autóctones. Nesse momento ele já dava os ares de quem eram os inimigos da África, sua integração e desenvolvimento, apenas acentuando, com o exílio, o papel das elites. Nesse sentido, e aqui combina com o conceito de pan-africanismo, as elites burguesas e demais grupos políticos que obstaculizassem os intentos de unificação apontavam para a necessidade de uma revolução socialista, uma vez que o consenso e a transição pacífica nunca seria conquistada.

Esses papéis dos agentes internos refletem sobremaneira na virada que o conceito de socialismo do autor apresentou. Essa mutação já foi bem elaborada no subcapítulo concernente ao tema, mas cabe aqui destacar como o contexto do autor condicionava seus escritos. Exilado

em Guiné, graças a seu antigo parceiro Sékou Touré, Nkrumah se vê derrotado pelos inimigos que ele declarara exaustivamente e se desilude da luta política institucional. Sua utopia de futuro deveria ser alcançada por meio das massas unidas em torno de guerrilhas e organizações político-militares e não mais de partidos estritamente políticos. As canetas e os palanques deveriam ceder espaço para as armas.

O ganês passou a apostar nas vias que foram exitosas, mesmo que sangrentas, de locais como Quênia, Vietnã e Argélia, em que a presença da colonização europeia e a pressão pela manutenção dessas possessões coloniais foi mais intensa. “O confronto direto demonstrou a prontidão dos povos oprimidos em implementar suas reivindicações com sangue e fogo” (NKRUMAH, 1968 p.3). Nkrumah passou a buscar vias revolucionárias manifestadamente contrárias ao Ocidente, ocupando o lugar que a imprensa ocidental já lhe atribuía muito antes de sua radicalização. Ele assumira uma função contrassistêmica que suas amarras políticas anteriores não o permitiam e passou a pregar a destruição daqueles que ele considerava que o destruíram.

O Ocidente liberal é categoricamente hostil a modos rivais de desenvolvimento (BUZAN, WEAVER, 2003, p.25). No intervalo de seis anos, entre janeiro de 1963 e dezembro de 1969, 25 golpes de Estado foram realizados na África. Em Gana, Nkrumah foi destituído três meses após cortar relações políticas com a Grã-Bretanha por conta da posição desta em relação à Rodésia. O clima de instabilidade política que sucedeu as independências mostrou ser certa a análise de Nkrumah das ingerências ocidentais na vida doméstica de suas ex-colônias. Se sua análise das problemáticas que o continente enfrentava foram apuradas, seus prognósticos para o mesmo não encontraram sucesso. A integração gradual que derrotou a integração imediata, passados mais de 50 anos, ainda não aconteceu. Os regimes considerados como socialistas que iniciaram com as independências ou pouco avançaram nessas proposições ou foram logo destituídos. As sangrentas guerras civis que o continente sofreu no último terço do século XX, contaminaram negativamente qualquer desejo de transição para uma utopia por meio de guerrilhas armadas. Seus projetos de futuro, sem ter o consenso necessário para impulsioná-los, se destruíram como castelos de areia. Mas assim são as utopias, mesmo sem que se as alcance elas sempre impulsionarão ao movimento.



## REFERÊNCIAS

ACHEBE, Chinua. **An Image of Africa: Racism in Conrad's 'Heart of Darkness'** Massachusetts Review. 18. 1977

\_\_\_\_\_. **A educação de uma criança sob o protetorado Britânico**. Ensaios. Companhia das Letras, São Paulo 2012.

ADLER, E. **O Construtivismo no Estudo das Relações Internacionais**. Revista Lua Nova Nº47. 1999. p. 201-252

AFIGBO, A. E. Repercussões sociais da dominação colonial: novas estruturas sociais (p.567-589). In: BOAHEN, Albert Adu. **História Geral da África VII - África sob Domínio Colonial, 1880-1935**. 2. ed. rev. Brasília - UNESCO. 2010

AGAMBEN, Giorgio. **Homo Sacer: O poder soberano e a vida nua**. 2. ed. Belo Horizonte: Humanitas – Editora UFMG, 2010.

APPIAH, K. A. **Na casa do meu pai: A África na filosofia da cultura**, Rio de Janeiro, Contraponto, 1997.

ARMANI, C. H. **História Intelectual e Redes Contextuais**. Anos 90 (Online) Porto Alegre, v. 20, p. 137-150, 2013.

ASANTE, S. K. B. O Pan-africanismo e a Integração Regional. In: MAZRUI, Ali A.; WONDJI, Christophe (eds.) **História da África Volume VIII: África desde 1935**. Brasília: Unesco, 2010

Ata geral da conferência internacional de Bruxelas para por termo ao tráfico de Escravos. Disponível no arquivo da Faculdade de Direito Universidade Nova de Lisboa por meio do link <https://www.fd.unl.pt/Anexos/Investigacao/1391.pdf> acessada em 14/05/2019.

Ata geral redigida em Berlim em 26 de fevereiro de 1885. Disponível por meio do link [https://web.archive.org/web/20131029200637/http://www.casadehistoria.com.br/sites/default/files/conf\\_berlim.pdf](https://web.archive.org/web/20131029200637/http://www.casadehistoria.com.br/sites/default/files/conf_berlim.pdf)

BALLESTRIN, Luciana. **América Latina e o giro decolonial**. Revista Brasileira de Ciência política. n. 11. Brasília: UNB, 2013.

BARBOSA, Muryatan Santana. **A África por ela mesma: a perspectiva africana na História Geral da África (UNESCO)**. USP 2012.

BASTOS, E. R. & RÊGO, W. D. L. (Orgs.). **Intelectuais e política: a moralidade do compromisso**. São Paulo: Olho 'água, 1999.

BEIRED, José Luís Bendicho. A função social dos intelectuais. In: AGGIO, Aberto (Org.). **Gramsci: a vitalidade de um pensamento**. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1998.

BETTS, R. A dominação europeia - métodos e instituições (p. 353-375) In: BOAHEN, Albert Adu. **História Geral da África VII - África sob Domínio Colonial, 1880-1935**. 2. ed. rev.

Brasília - UNESCO. 2010

BELLOC, Hilaire. **The Modern Traveller**. London : E. Arnold. 1898. Acessada na versão digitalizada disponível em <https://archive.org/details/moderntraveller00belluoft>

BHABHA, Homi. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

BINEY, Ama. **The Political and Social Thought of Kwame Nkrumah**. Palgrave Macmillan, Nova York, 2011

BLYDEN, E. **African Life and Customs**. Londres: C. M. Phillips, 1908. Reimpressão: Baltimore, Black Classic Press, 1994.

BOAHEN, A.A. A África diante do desafio colonial (p. 1-20). In: BOAHEN, Albert Adu. **História Geral da África VII - África sob Domínio Colonial, 1880-1935**. 2. ed. rev. Brasília - UNESCO. 2010

BOAHEN, A.A. O colonialismo na África: impacto e significação (p.919-950) In: BOAHEN, Albert Adu. **História Geral da África VII - África sob Domínio Colonial, 1880-1935**. 2. ed. rev. Brasília - UNESCO. 2010b

BOATENG, C.A. **The Political Legacy of Kwame Nkrumah of Ghana**. The Edwin Mellen Press, African studies Nova York, 2003

BUCK-MORSS, S. **Hegel e Haiti**. Novos estud. - CEBRAP, São Paulo , n. 90, p. 131-171, 2011

BUZAN, B.; WEAVER, O. **Regions and Powers: The structure of International Security**. New York: Cambridge University Press. 2003

CÉSAIRE, A. **Cahier d'un retour au pays natal: diário de um retorno ao país natal**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

\_\_\_\_\_. **Discurso sobre o colonialismo**. Letras contemporâneas oficina editorial LTDA, Blumenau. 2010

CHAKRABARTY, D. **Provincializing Europe: Postcolonial Thought and Historical Difference**. Princeton University Press, 2000

CHAZAN, Naomi. Ghana. In: ALUKO, O.; SHAW, T. **The Political Economy of African Foreign Policy: Comparative Analysis**. p.94-121. 1984

CONRAD, Joseph. **O Coração das Trevas**. Clássicos Abril Coleções. 2010

CREARY, N. **African Intellectuals and Decolonization**. Ohio University Research in International Studies Africa Series No. 90 Ohio University Press, Athens. 2012

DEI-ANANG, M. **The Administration of Ghana's Foreign Relations, 1957- 1963: A Personal Memoir**. London: 1975.



DEVÉS-VALDÉS, E. **O Pensamento Africano Sul-Saariano**. Conexões e paralelos com o pensamento Latino-Americano e o Asiático (um Esquema). Brasil, São Paulo, Clacso – EDUCAM, 2008.

DE OTO, A.; QUINTANA, M. M. **Biopolítica y Colonialidad**. Uma lectura crítica de Homo Sacer. Tabula Rasa Nº12, Colômbia. janeiro -junho 2010

DU BOIS, W.E.B. **As almas do povo negro**. Tradução José Luiz Pereira da Costa. 1998

DUSSEL, E. **Europa, modernidade e Eurocentrismo**. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires 2005

ESEBEDE, P. O. **The Growth of the Pan-African Movement**, Tarikh, 6, 1980.

FANON, Frantz. **Os Condenados da Terra**. Editora civilização Brasileira S.A. Rio de Janeiro, 1968

\_\_\_\_\_. **Pele negra, máscaras brancas**. EDUFBA, Salvador. 2008

FULLER, Harcourt. **Building the Ghanaian nation-state: Kwame Nkrumah's symbolic nationalism**. Palgrave Macmillan, 2014

GILROY, Paul. **O Atlântico Negro: Modernidade e dupla consciência**, São Paulo, Rio de Janeiro, 34/Universidade Cândido Mendes – Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2001.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Os intelectuais. O príncipe educativo. O jornalismo. Tradução e edição Carlos Nelson Coutinho. Co-edição Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, vol. 2.

GROSGOUEL, R. **Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: Transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global**. Revista Periferia, UERJ, Rio de Janeiro v. 1, n. 2, jul./dez. 2009.

HALL, Stuart. Quando foi o pós-colonial. In: **Da Diáspora - identidades e mediações culturais**. Org Liv Sovik. Editora UFMG, Belo Horizonte, 2003. p. 101-128

HARDY, G. **Vue générale de l'histoire d'Afrique**. 2. ed. Paris, A. Colin. 1930

HAYFORD, J. E. C. **Gold Coast Native Institutions**. Londres. 1905

HEGEL, G. **Filosofia da História**. Brasília: UNB, 1999.

HERBST, Jeffrey. **States and Power in Africa**. Princeton: Princeton University Press, 2000.

HERNANDEZ, L. L. **A África na sala de aula: visita à História contemporânea**. Selo Negro Edições; Edição: Edição revista. 2008

HOBSON, J.A. **Imperialism: A Study**. Cosimo Classics, New York. 2005

HOUTONDI, P. **O antigo e o moderno: a produção do saber na África contemporânea**. Mangualde: Luanda: Edições Pedagogo; Edições Mulemba, 2012.

HUME, D. "Of National Characters". In: D. Hume. **Essays: Moral, Political and Literary**. Editado por T. H. Green e T. Grose. London: Longmans, Green and Co., 1875

JATOBÁ, Daniel; LESSA, Antônio Carlos, OLIVEIRA, Henrique Altemani (Coord.), **Teoria das Relações Internacionais**. Saraiva, São Paulo, 2013.

KAH, H. K. **KWAME NKRUMAH E A VISÃO PAN-AFRICANA: ENTRE A ACEITAÇÃO E A REJEIÇÃO**. Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais v.5, n.9, Jan./Jun. 2016

KANT, I. **Observações sobre o sentimento do belo e do sublime**. Campinas: Papirus, 1993.

KODJO, E.; CHANAIWA, D. Pan-africanismo e Libertação. In: MAZRUI, A. **História da África Volume VIII: África desde 1935**. Brasília: Unesco, 2010

KOSELLECK, R. Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, V.5, nº10, 1992

\_\_\_\_\_. **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto: E.d Puc-Rio Editora. 2006

LEITE, Leonardo de Magalhães. **Sobre as teorias do imperialismo contemporâneo: uma leitura crítica**. Economia e Sociedade, Campinas, v. 23, n. 2 (51), p. 507-534, ago. 2014.

LENIN, V.I. **Imperialismo - Estágio Superior do Capitalismo**. EXPRESSAO POPULAR. 2012

\_\_\_\_\_. **Um Passo em Frente Dois Passos Atrás**. Disponível no link [www.marxists.org/portugues/lenin/1904/passo/](http://www.marxists.org/portugues/lenin/1904/passo/) . 1904

LOPES, Carlos. **A pirâmide invertida - hitoriografia africana feita por africanos**. In: *Actas do Colóquio Construção e ensino da História de África*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1994

LUXEMBURGO, R. **A Acumulação do Capital: contribuição ao estudo econômico do imperialismo**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

LUGARD, F. D. **The Dual Mandate in British Tropical Africa**. Londres, Frank Cass. Edição de 1965.

LYNCH, H R. **Edward Wilmot Blyden – Pan-Negro Patriot (1832-1912)**. Londres: Oxford University Press. 1967

MACEDO, J.R. **Desvendando a história da África**. Editora da UFRGS, 2008. Porto Alegre

\_\_\_\_\_. **O pensamento africano no século XX**. Outras expressões, São Paulo. 2016

\_\_\_\_\_. **Intelectuais africanos e estudos pós-coloniais: considerações sobre paulin hountondji, valentin mudimbe e achille mbembe**. Catalão-GO, v. 16, n. 2, p. 280-298, jul./dez. 2016

MAZRUI, A. Early Struggles against Dependency: Nkrumah versus de Gaulle. In: \_\_. **Africa's international relations: the diplomacy of dependency and change**. Heinemann, London, 1977.

\_\_\_\_\_. "Procurai primeiramente o reino político..." (p.125-149) In: MAZRUI, Ali A. **História Geral da África VIII - África desde 1935**. 2. ed. rev. Brasília - UNESCO. 2010

\_\_\_\_\_. The Leninist Kzar. *Transition*, No. 26.(p. 8-17) 1966

\_\_\_\_\_. A Reply to critics. *Transition*, No. 32.(p. 48-5) 1967

MELLO, F. C. **Socialismo, modernidade e identidade regional em Mariátegui, Senghor e Nkrumah**. Rev. bras. Ci. Soc. vol.31 no.92 São Paulo 2016

MEMMI, Albert. **Retrato do Colonizado precedido de Retrato do Colonizador**. Civilização Brasileira, RJ. 2007

MIGNOLO, W. **The geopolitics of knowledge and the colonial difference**. The South Atlantic Quarterly, v. 101, n. 1 (p. 57-95) 2002.

NGUGI, Wa Thiong'o. **Decolonising the Mind: The Politics of Language in African Literature**. ZIMBABWE PUBLISHING HOUSE, Harare, Zimbabwe. 1986

NKRUMAH, Kwame. **Ghana: The Autobiography of Kwame Nkrumah** (Edinburgh: Thomas Nelson and Sons Ltd; 3rd edn 1976, New York: International Publishers). 1957a

\_\_\_\_\_. **Ghana's Policy at Home and Abroad. Ghana Parliament**. 1957b

\_\_\_\_\_. **I Speak of Freedom: a statement of african ideology**. Nova Iorque: Prager, 1961.

\_\_\_\_\_. **Towards colonial freedom**. Africa in the struggle against world imperialism. Heinemann, Londres. 1962

\_\_\_\_\_. **Consciencism: Philosophy and Ideology for De-Colonisation**. First Modern Reader Paperback Edition, 1970

\_\_\_\_\_. **Africa Debe Unirse**. Editorial Universitaria de Buenos Aires, 1965

\_\_\_\_\_. **Neocolonialismo: último estágio do imperialismo**. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro. 1967

\_\_\_\_\_. **The Handbook of revolutionary warfare - A guide to the armed phase of the African revolution**. International Publishers, Nova York. 1969

\_\_\_\_\_. **Revolutionary Path**. Panaf Books. 1973

\_\_\_\_\_. **Lutas de classes em África**. Nova Cultura. 2018

NOGUERA, Renato. **Dos condenados da terra a necropolítica: diálogos filosóficos entre Frantz Fanon e Achille Mbembe**. Marcações e mobilizações em tempos de biopoder. Número 3 Janeiro de 2018.

NOGUERA, Renato. **O Ensino de Filosofia e a Lei 10.639**. Rio de Janeiro: CEAP, 2014.

NYERERE, J. Africa's place in the world. Em **Symposium on Africa**, Wellesley College, 1960.

\_\_\_\_\_. **Diversidade Étnica e resistências nacionais**. 1997

\_\_\_\_\_. **Ujamaa-Essays on Socialism**, London: Oxford University Press. 1977

ORWA, D.K. The Search For African Unity, In: OJO, Olatunde J.C.B. et al. **African International Relations**. London ; New York : Longman, p.96-108. 1985

ORUKA, H. Four Trends in African Philosophy. In DIEMER, A. **Philosophy in the Present Situation of Africa**. Weisbaden: Franz Steiner Erlagh, 1978.

PACTO DA SOCIEDADE DAS NAÇÕES, 1919. Disponível no link <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Documentos-Internacionais-da-Sociedade-das-Na%C3%A7%C3%B5es-1919-a-1945/pacto-da-sociedade-das-nacoes-1919.html> . acessado em 12 de maio de 2019.

PADMORE, George. **Pan-Africanism or Communism?** The Coming Struggle for Africa (Foreword by Richard Wright. London, Dennis Dobson, 1956)

PALM, R. e DUTT. Política colonial britânica e rivalidades neocolonialistas. **Assuntos Internacionais**. Moscou, agosto de 1964.

POCOCK, J.G.A. **Linguagens do ideário político**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulos, 2003

PONTES, K. R. Kemet, **escolas e arcádeas**: a importância da filosofia africana no combate ao racismo epistêmico e a lei 10639/03. 2017

QUÍJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. In: **Perspectivas latino-americanas**. Edgardo Lander (org). Buenos Aires: CLACSO, 2005.

RANGER, Terence O. Iniciativas e resistência africanas em face da partilha e da conquista (p.51-71) In: BOAHEN, Albert Adu. **História Geral da África VII - África sob Domínio Colonial, 1880-1935**. 2. ed. rev. Brasília - UNESCO. 2010

RALSTON, Richard David. A África e o Novo Mundo (p.875-918) In: BOAHEN, Albert Adu. **História Geral da África VII - África sob Domínio Colonial, 1880-1935**. 2. ed. rev. Brasília-UNESCO. 2010

RAMOSE, Mogobe. **Sobre a Legitimidade e o Estudo da Filosofia Africana**. Revista Ensaios Filosóficos v. 4, p. 06-24, Out. 2011

ROBINSON, R. e GALLAGHER, J. **The imperialism of free trade**. EHR, VI, 1 :1-15. 1953

ROBINSON, R. e GALLAGHER, J. **African and the Victorians**: the official mind of imperialism. Londres, Macmillan. 1961

ROBINSON, R. E. e GALLAGHER, J. The partition of Africa. In: F. H. HINSLEY, org. **The**

**New Cambridge Modern History**. v. XI, p. 593-640. 1962

RODNEY, W. **How Europe Underdeveloped Africa**. Howard University Press, Washington D.C. 1981

ROSA, R. M. Nação, **Nacionalismo e Diferenças de Gênero e Raça na República Dominicana e no Haiti**. Universitas: Relações Internacionais, Brasília, v. 3, n. 02, p. 62-92, 2005.

SARTRE, Jean-Paul. Prefácio. Em: MEMMI, Albert. **Retrato do Colonizado precedido de Retrato do Colonizador**. Civilização Brasileira, RJ. 2007

SAID, Edward. **Orientalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SILVA, Alberto da Costa e. **Um rio chamado Atlântico: a África no Brasil e o Brasil na África**. 2ª ed. - Rio de Janeiro: Nova Fronteira: 2011

SKINNER, Q. **as fundações do pensamento político moderno**. São Paulo, Companhia das Letras. 1996

TOCQUEVILLE, A. **A democracia na América**. São Paulo: Ed USP, 1977.

UZOIGWE, Godfrey N. Partilha europeia e conquista da África: apanhado geral (p.21-50) In: BOAHEN, Albert Adu. **História Geral da África VII - África sob Domínio Colonial, 1880-1935**. 2. ed. rev. Brasília - UNESCO. 2010

UZOIGWE, G. N. **Spheres of influence and the doctrine of the hinterland in the partition of Africa**. JAS, m, 2. p. 183-203. 1976

VILLEN, P. **Amílcar Cabral e a crítica ao colonialismo**. Expressão Popular, São Paulo. 2013

VOLTAIRE, François. **Tratado de metafísica**. São paulo: Abril cultural – Coleção os Pensadores, 1984.

YEE, Albert S. **The Causal Effects of Ideas on Policies**. International Organization 1996, p. 69-108